

**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA**



**ALEXANDRE MONTEIRO DANFÁ**

Aspirante a Oficial de Polícia

**Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais**

XXXIII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

# **REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO A INTERVENÇÃO DA POLÍCIA NA MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA NA GUINÉ-BISSAU**

Orientadores

**PROFESSORA DOUTORA RAQUEL DUQUE**

**PROFESSOR DOUTOR EDUARDO PEREIRA CORREIA**

Lisboa, 2021



**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA**



**ALEXANDRE MONTEIRO DANFÁ**

Aspirante a Oficial de Polícia

**Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais**

XXXIII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

# **REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO A INTERVENÇÃO DA POLÍCIA NA MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA NA GUINÉ-BISSAU**

Orientadores

**PROFESSORA DOUTORA RAQUEL DUQUE**

**PROFESSOR DOUTOR EDUARDO PEREIRA CORREIA**

Lisboa, 2021



Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais e Segurança Interna a  
apresentada no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna para  
obtenção do grau académico de Mestre em Ciências Policiais, sob orientação  
da Professora Doutora RAQUEL DUQUE e do Professor Doutor  
EDUARDO PEREIRA CORREIA.

---

As provas públicas desta dissertação de mestrado realizaram-se no dia 22 de junho de 2021, no Auditório Superintendente-chefe Afonso de Almeida do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, perante os senhores membros do Júri Superintendente, Professor Doutor LUÍS ELIAS e Professora Doutora RAQUEL DUQUE, sob a presidência do Intendente, Professor Doutor EZEQUIEL RODRIGUES, resultando a aprovação e obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais, com a classificação de 16 valores, por unanimidade.

*Aos meus pais.  
À minha esposa e às nossas  
queridas Gra e Luciana.*

## AGRADECIMENTOS

A concretização deste trabalho não teria sido possível sem a colaboração, disponibilidade, envolvimento, estímulo e empenho de diversas pessoas. Assim, gostaria de expressar a minha profunda gratidão e apreço a todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para a concretização deste trabalho.

Ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna pelo acolhimento e transmissão de valores e, aos docentes, pela transmissão de conhecimentos. Ao Corpo de Alunos e ao pessoal do quadro orgânico, especialmente aos senhores da messe e às senhoras da limpeza, obrigado pelos cinco anos de convívio e de aprendizagem constante.

À Professora Doutora RAQUEL DUQUE e ao Professor Doutor EDUARDO PEREIRA CORREIA por terem aceitado o desafio de orientar esta dissertação, pelo apoio, pela paciência, disponibilidade e pelos ensinamentos transmitidos.

Agradeço aos entrevistados, por terem despendido o vosso valioso tempo concedendo contributos pessoais que acrescentaram ao trabalho um grande valor. Ao Subintendente AGOSTINHO TONECA DJATA, pela disponibilidade, a atenção e apoios concedidos.

Aos meus amigos e camaradas do XXXIII CFOP, com quem partilhei ao longo dos últimos cinco anos várias vivências, que ficarão para sempre na minha memória, especialmente NEVES e MOREIRA. Aos camaradas guineenses no ISCPSI, pelo suporte, companheirismo, amizade e camaradagem, especialmente para OLÍVIO LIMA SAMPA, ARUNA NAU e AMINATA. Um agradecimento estendido a todos os camaradas dos PALOP pelos cinco anos de camaradagem, companheirismo e amizade.

À minha família, em especial à minha mãe, ao meu irmão AGRIPINO MONTEIRO DANFA, MAMAMDU DJAQUITE, à minha tia QUINTA MANJAI, pelos apoios prestados durante todo este período. Ao meu tutor e mentor MÁRIO DJOCO.

Um agradecimento especial à minha esposa e à nossa ALEXANDRA GRACIANA MONTEIRO DANFA pelo apoio e amor incondicional manifestado, especialmente pela compreensão durante este período de ausência. A vocês, dedico esta dissertação.

A todos, o meu muito obrigado.

*“Diz-me que reuniões e manifestações se realizam  
no teu país e dir-te-ei que democracia alcançaste”*

ANTÓNIO SOUSA, 2009.

## **RESUMO**

### **REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO**

#### **A INTERVENÇÃO DA POLÍCIA NA MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA**

Nas sociedades democráticas, a liberdade de reunião e de manifestação como direito fundamental tem servido de ferramenta para a formação da vontade política. Atualmente, torna-se cada vez mais visível a formação da opinião dos cidadãos através do exercício da liberdade de reunião e de manifestação. O Estado tem uma obrigação constitucional de criar condições que possam permitir um livre exercício dos direitos fundamentais, nos quais se inclui a liberdade de reunião e de manifestação.

O exercício do direito de reunião e de manifestação pode converter-se num exercício de carácter reivindicativo, estando por vezes associado à alteração da ordem pública. Neste caso, implica necessariamente a intervenção da polícia para a salvaguarda da ordem. A atuação da polícia será também útil para garantir um livre exercício da liberdade de reunir e de manifestar, inclusivamente a proteção de eventual contramanifestação que possa pôr em causa aquele livre exercício.

A presente dissertação pretende analisar as disposições legais relativas ao direito de reunião e de manifestação na Guiné-Bissau, bem como compreender o papel da Polícia de Ordem Pública e da Guarda Nacional na manutenção da ordem perante uma reunião ou manifestação. Este trabalho encontra-se estruturado em três capítulos, o primeiro capítulo dedicado à abordagem do direito de reunião e de manifestação como direito fundamental; o segundo capítulo referente ao regime jurídico-constitucional na Guiné-Bissau e nos países africanos de língua oficial portuguesa e; por fim, no terceiro capítulo, a intervenção das forças de segurança na manutenção da ordem pública na Guiné-Bissau. Esta investigação adotou uma metodologia qualitativa baseada na consulta bibliográfica e recorreu ainda à realização de entrevistas exploratórias e semiestruturadas para consubstanciar a exposição dos argumentos.

Palavras-Chave: Guiné-Bissau; reunião e manifestação; ordem pública; Polícia de Ordem Pública.

# **ABSTRACT**

## **ASSEMBLY AND DEMONSTRATION**

### **POLICE INTERVENTION IN THE MAINTENANCE OF PUBLIC ORDER**

In democratic societies, the freedom of assembly and demonstration as a fundamental right has served as a tool for the formation of political will. Currently, the formation of opinion of citizens through the exercise of freedom of assembly and demonstration is becoming increasingly visible. The State has a constitutional obligation to create conditions that allow the free exercise of fundamental rights, including the freedom of assembly and demonstration.

The exercise of the right to assemble and demonstrate can become an exercise of a common claim, sometimes associated with the alteration of public order. In this case, it necessarily involves police intervention. Police intervention in a meeting or demonstration aims to safeguard the order needed to guarantee the free exercise of the freedom to assemble and demonstrate, including the protection of any counterdemonstration that might jeopardize that free exercise.

This dissertation aims to analyze the legal provision on the right to assemble and demonstrate in Guinea-Bissau. To understand the role of the Public Order Police and the National Guard in maintaining order in case of an assembly or demonstration. We structure our work in three chapters. The first chapter is dedicated to the approach of the right of assembly and demonstration as a fundamental right. The second chapter refers to the legal-constitutional regime in Guinea-Bissau and in the Portuguese speaking African countries. Finally, in the third chapter, the intervention of security forces in the maintenance of public order in Guinea-Bissau.

**Keywords:** Guinea-Bissau; assembly and demonstration; public order; Public Order Police.



# **RÉSUMÉ**

## **RÉUNION ET MANIFESTATION**

### **L'INTERVENTION DE LA POLICE DANS LE MAINTIEN DE L'ORDRE PUBLIC**

Dans les sociétés démocratiques, la liberté de réunion et de manifestation, en tant que droit fondamental, a servi d'outil pour la formation de la volonté politique. Actuellement, la formation de l'opinion des citoyens par l'exercice de la liberté de réunion et de manifestation est de plus en plus visible. L'État a l'obligation constitutionnelle de créer les conditions permettant le libre exercice des droits fondamentaux, y compris la liberté de réunion et de manifestation.

L'exercice du droit de se réunir et de manifester peut devenir un exercice à caractère revendicatif, ce qui est courant, étant parfois associé à l'altération de l'ordre public. Dans ce cas, elle implique nécessairement l'intervention de la police. L'ingérence de la police dans une réunion ou une manifestation vise à sauvegarder l'ordre essentiel pour garantir le libre exercice de la liberté de réunion et de manifestation, y compris la protection de toute contre-manifestation qui pourrait compromettre ce libre exercice.

Cette thèse vise à analyser la disposition légale sur le droit de se réunir et de manifester en Guinée-Bissau. Comprendre le rôle du Police de l'ordre Public et du Garde Nationale dans le maintien de l'ordre en cas de rassemblement ou de manifestation. Nous structurons notre travail en trois chapitres. Le premier chapitre est consacré à l'approche du droit de se réunir et de manifester en tant que droit fondamental. Le deuxième chapitre porte sur le régime juridique et constitutionnel en Guinée-Bissau et dans les pays africains lusophones. Enfin, dans le troisième chapitre, l'intervention des forces de sécurité dans le maintien de l'ordre public en Guinée-Bissau.

Mots-clés: Guinée-Bissau; réunion et manifestation; ordre public; Police de l'ordre public.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

AJPDH	Associação Juvenil para Promoção e Defesa dos Direitos Humanos
ANP	Assembleia Nacional Popular
CADHP	Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos
CRGB	Constituição da República da Guiné-Bissau
CRP	Constituição da República Portuguesa
CRM	Constituição da República de Moçambique
CRDST	Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe
CUF	Companhia União Fabril
DUDH	Declaração Universal de Direito dos Homens
FNLA	Frente Nacional para a Libertação de Angola
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
GN	Guarda Nacional
ICERD	Convenção Internacional Sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial
LCA	Lei Constitucional de Angola
LGDH	Liga Guineense dos Direitos Humanos
LOPE	Lei da Organização Política do Estado
LOPOP	Lei Orgânica da Polícia de Ordem Pública
LOGN	Lei Orgânica da Guarda Nacional
MFA	Movimento das Forças Armadas
MLSTP	Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
ONU	Organização das Nações Unidas
OUA	Organização da Unidade Africana

PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PAICV	Partido Africano para a Independência de Cabo Verde
PIDC	Pacto Internacional sobre os Direitos Cíveis e Políticos
PIDESC	Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PIR	Polícia de Intervenção Rápida
PJ	Polícia Judiciária
POP	Polícia de Ordem Pública
PSP	Polícia de Segurança Pública
TADHP	Tribunal Africano dos Direitos do Homem e dos Povos
UNTG	União Nacional de Trabalhadores da Guiné-Bissau

## ÍNDICE DE ANEXOS E APÊNDICES

Anexo A	Organograma da POP	80
Anexo B	Organograma de GIR	82
Anexo C	Organograma da GN	84
Apêndice A	Declaração de Colaboração em Trabalho de Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais	86
Apêndice B	Guião da Entrevista	88
Apêndice C	Entrevista ao VLADIMIR VITORINO GOMES	90
Apêndice D	Entrevista ao Capitão JÚLIO SAMBÚ	95
Apêndice E	Entrevista ao Superintendente SABUM SEIDE	99
Apêndice F	Entrevista a MAIMUNA GOMES SILA	103
Apêndice G	Entrevista ao VITORINO INDEQUI	107

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1	Matriz cromática da unidade de contexto e de registo da pergunta 1	112
Quadro 2	Análise de conteúdo final da pergunta 1	112
Quadro 3	Matriz cromática da unidade de contexto e de registo da pergunta 2	113
Quadro 4	Análise de conteúdo final da pergunta 2	113
Quadro 5	Matriz cromática da unidade de contexto e de registo da pergunta 3	114
Quadro 6	Análise de conteúdo final da pergunta 3	114
Quadro 7	Matriz cromática da unidade de contexto e de registo da pergunta 4	115
Quadro 8	Análise de conteúdo final da pergunta 4	115
Quadro 9	Matriz cromática da unidade de contexto e de registo da pergunta 5	116
Quadro 10	Análise de conteúdo final da pergunta 5	116
Quadro 11	Matriz cromática da unidade de contexto e de registo da pergunta 6	117
Quadro 12	Análise de conteúdo final da pergunta 6	117
Quadro 13	Matriz cromática da unidade de contexto e de registo da pergunta 7	118
Quadro 14	Análise de conteúdo final da pergunta 7	118

## ÍNDICE

Termo de Abertura.....	I
Dedicatória.....	II
Agradecimentos.....	III
Resumo .....	V
Abstract.....	VI
Résumé .....	VII
Lista de Siglas e Abreviaturas .....	VIII
Índice de Anexos e Apêndices.....	X
Índice de Quadros .....	XI
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>OPÇÕES METODOLÓGICAS .....</b>	<b>5</b>
<b>CAPÍTULO I – DIREITO DE REUNIÃO E DE MANIFESTAÇÃO COMO DIREITO FUNDAMENTAL .....</b>	<b>8</b>
1.1. A origem dos direitos fundamentais .....	8
1.2. O direito de reunião e de manifestação.....	13
1.3. Instrumentos normativos internacionais .....	18
<b>CAPÍTULO II – REGIME JURÍDICO-CONSTITUCIONAL DE REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU E NOS PAÍSES AFRICANOS DA LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA .....</b>	<b>25</b>
2.1. A consagração nas Constituições guineenses .....	25

2.2. Contexto jurídico-constitucional nos países africanos de língua oficial portuguesa	31
2.3. Limites ao direito de reunião e de manifestação.....	38
 <b>CAPÍTULO III – A INTERVENÇÃO DAS FORÇAS DE SEGURANÇA NA MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA NA GUINÉ-BISSAU</b> .....	 44
3.1. A Polícia de Ordem Pública e a Guarda Nacional.....	44
3.2. As Forças de Segurança na garantia do direito de reunião e de manifestação ....	50
3.3. Apresentação dos resultados obtidos nas entrevistas: contributo académico .....	56
 <b>CONCLUSÃO</b> .....	 61
 <b>REFERÊNCIAS</b> .....	 66
Dicionários e Enciclopédias .....	66
Obras Gerais e Específicas .....	66
Artigos em Revistas Científicas .....	72
Legislação .....	74
Legislação Guineense.....	74
Legislação Portuguesa.....	75
Teses e Dissertações.....	75
Imprensa.....	76
Fontes Eletrónicas .....	77
 <b>ANEXOS E APÊNDICES</b> .....	 79
Anexo A .....	80
Anexo B .....	82
Anexo C .....	84
Apêndice A.....	86
Apêndice B.....	88

Apêndice C.....	90
Apêndice D.....	95
Apêndice E.....	99
Apêndice F.....	103
Apêndice G.....	107
Apêndice H.....	111



### INTRODUÇÃO

A Constituição da República da Guiné-Bissau (CRGB) estabelece a Guiné-Bissau como uma república soberana, democrática e que a soberania popular reside no povo; assim, o povo exerce o poder diretamente através dos órgãos do poder eleito. A Guiné-Bissau é um Estado democrático e constitucionalmente instituído com base na unidade nacional, permitindo uma efetiva participação popular no desempenho, controlo e direção das atividades públicas, no sentido da construção de uma sociedade livre e justa<sup>2</sup>. Daqui podemos retirar o reconhecimento e o dever do Estado de garantir os direitos e respeito pelos próprios princípios consagrados na CRGB, como enformam os ideais de um Estado de direito democrático.

Nas sociedades democráticas hodiernas cada vez se torna mais visível a participação popular através de reunião e manifestação e a sua influência na formação da opinião pública. O direito de reunião e de manifestação é um direito humano que foi sendo consolidado ao longo de um processo histórico, progressivo, como uma das principais ferramentas de participação popular nas sociedades democráticas. É um direito que representa muito mais do que uma simples aglomeração de pessoas num certo espaço público; representa um direito humano inerente à dignidade da pessoa humana e através do qual se sente realizada na sociedade a que pertence.

Segundo OLIVEIRA, (2015, p. 235), “num Estado de direito democrático, uma reunião ou manifestação pública é mais que um simples agrupamento de pessoas, representa um exercício de um direito de liberdade, de natureza pessoal, mas de gozo coletivo, dando assim corpo à ampla liberdade de expressão, típica das sociedades democráticas”. Será útil mencionar diversos tipos de materialização de reunião e manifestação como por exemplo, a reunião e manifestação laborais; a manifestação política através dos comícios ou desfiles; a reunião e manifestação de associados, bem como as procissões e cerimónias religiosas.

Neste sentido, o direito de reunião e de manifestação é um direito fundamental que cada cidadão dispõe para se reunir, expressar-se e manifestar-se com os demais. Por outro lado, é um direito que tanto como outros direitos fundamentais, implica a proteção estatal. O poder público deve assegurar aos participantes o seu livre exercício, sem perturbação

---

<sup>2</sup> Cfr. art.º n.º 1, n.º 2 e n.º 3 da Constituição da República da Guiné-Bissau de 1993.

(SARLET e NETO, 2017, p. 62). Aliás, para um livre exercício de direitos fundamentais, é necessário que haja a segurança e a ordem pública.

O Estado prossegue como fim a segurança, a justiça e o bem-estar. A segurança é um dos primeiros fins do Estado porque só num estado com segurança se podem prosseguir todos os outros fins. A segurança das pessoas e dos valores é uma das primeiras finalidades do Estado (FERNANDES, 2014, p. 32), “senão mesmo a principal função de garantir e proporcionar segurança à sua população porque somente quando a segurança está garantida se torna possível providenciar todos os outros direitos” (DUQUE, 2014, p. 5).

Nos termos da CRGB, a tarefa da manutenção da ordem pública é atribuída à Polícia de Ordem Pública (POP) e à Guarda Nacional (GN). Compete às forças de segurança as funções de defesa, de legalidade democrática e de garantia da segurança interna e dos direitos dos cidadãos. A ordem pública constitui um valor basilar e imprescindível da vida em sociedade, na medida em que representa a segurança. Para haver liberdade deve haver ordem pública, e ambas são fundamentais para a comunidade, para os cidadãos e para as instituições (ELIAS, 2015, p. 17). A manutenção da ordem pública é uma função administrativa do Estado, ao serviço do cidadão e das instituições democráticas, que é executada pelas forças de segurança (OLIVEIRA, 2015, p. 21). Num Estado de direito democrático, a ordem pública tem de ser alinhada com a liberdade dos cidadãos.

O fim da segurança é atribuído à polícia e podemos considerar a polícia, num sentido mais amplo, como “atividade de natureza executiva, onde a ordem e tranquilidade públicas e administrativa é dotada de natureza judiciária, cuja função jurídico-constitucional se manifesta na concretização da defesa da legalidade democrática, da garantia da segurança interna, da defesa dos direitos do cidadão e da prevenção criminal” (VALENTE, 2012, p. 101).

A CRGB garante a todos os cidadãos o direito de se reunirem e de se manifestarem pacificamente sem ser necessária qualquer autorização. No mesmo sentido, a Lei n.º 3/92 de 6 de abril reafirma a garantia da liberdade de reunião e de manifestação pacífica a todos os cidadãos. Acresce que, embora reunião e manifestação sejam atos que recaem na esfera dos direitos fundamentais, não são direitos absolutos, o que implica que devem ser exercidos tendo em conta outros direitos fundamentais ou, por outras palavras, devem ser concretizados em consonância com outros direitos fundamentais. São direitos que estão submetidos a limites, no caso da colisão com outros direitos constitucionalmente consagrados (SARLET e NETO, 2017, p. 62).

A atuação policial face a uma reunião ou uma manifestação deve respeitar todos os direitos constitucionais e a legalidade democrática, tendo em conta os princípios que orientam a atividade policial. Tal como afirma OLIVEIRA (2015, p. 41), é “preferível prevenir a reagir, negociar do que reprimir e quando for necessário o uso da força saber aplicar os meios coercivos, é necessário respeitar as pessoas e os seus bens - princípio de mínima intervenção”. Uma polícia democrática deve orientar a atuação policial no sentido de procurar um equilíbrio entre os interesses jurídicos constitucionalmente protegidos e os interesses a sacrificar. A essência da ordem pública democrática assenta na defesa da liberdade no sentido de permitir o seu livre exercício.

A análise do caso do exercício do direito de reunião e de manifestação na Guiné-Bissau permitirá verificar o recurso do uso de gás lacrimogénio pela polícia para dispersar os cidadãos que, pacificamente e cumprindo os procedimentos administrativos, se manifestavam. Entre várias situações semelhantes, e a título de exemplo recente, recordamos o dia 28 de janeiro de 2021, em que alguns grupos de estudantes realizaram uma marcha de protesto contra o governo, desfavoravelmente a interrupção das aulas devido ao estado de calamidade, e foram dispersados pelas forças policiais, tendo ocorrido a detenção de três estudantes (E-GLOBAL, 2021). No dia 1 de fevereiro de 2021, quando um grupo de jovens fizeram uma vigília pacífica em memória de um ativista que faleceu, alegadamente por falta de oxigénio no hospital Simão Mendes aquando de uma cirurgia com urgência. Esta vigília à frente de Ministério da Saúde e com distanciamento de dois metros entre cada pessoa resultou numa ação de dispersão com gás lacrimogénio, provocando vários feridos (O DEMOCRATA, 2021). O exercício do direito de manifestação até já provocou um morto em 2019 e vários feridos, durante uma manifestação organizada por partidos políticos para contestar a forma como estavam a ser organizadas as eleições presidenciais (LUSA, 2019). Morte que até hoje não foi possível saber quem foi o responsável.

Neste sentido, entendemos que o exercício da liberdade de reunião e de manifestação não está a ser bem garantido. Pretendemos com a presente dissertação ilustrar a disposição legal relativa ao direito de reunião e de manifestação na Guiné-Bissau.

Destarte, estruturámos o nosso trabalho em três capítulos, complementados por uma introdução e a respetiva conclusão. No primeiro capítulo, consideramos relevante proceder a um enquadramento do direito de reunião como um direito fundamental. Será feita uma análise e contextualização do surgimento de direito de reunião e de manifestação, procuraremos abordar o papel do direito de reunião e de manifestação num Estado de direito

# REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO

## A INTERVENÇÃO DA POLÍCIA NA MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA NA GUINÉ-BISSAU

---

democrático. O primeiro capítulo termina com a abordagem aos principais documentos que garantem e protegem o direito de reunião a nível internacional. No segundo capítulo, entendemos ser necessário examinar o regime jurídico-constitucional do direito de reunião e manifestação na Guiné-Bissau através de uma perspetiva histórica, analisando todas as Constituições guineenses. Posteriormente, pretendemos fazer uma análise do contexto jurídico-constitucional do direito de reunião e de manifestação nos países africanos de língua oficial portuguesa pela eventual influência e/ou impacto dos respetivos contextos histórico-políticos. Pretendemos fechar o capítulo com uma abordagem aos limites ao direito de reunião e de manifestação. Por fim, no terceiro capítulo, pretendemos debruçar-nos sobre a intervenção das forças de segurança na manutenção da ordem pública na Guiné-Bissau. Para tal, intencionamos analisar a estrutura orgânica e funcional da Polícia de Ordem Pública e da Guarda Nacional, tendo em conta as suas funções na manutenção da ordem pública. Abordaremos também o papel das forças de segurança na garantia do direito de reunião e de manifestação e, para fechar o capítulo, pretendemos apresentar e discutir os resultados obtidos nas entrevistas que foram realizadas e evidenciar o seu contributo académico e de complementaridade argumentativa.

### OPÇÕES METODOLÓGICAS

Para a realização da presente investigação propusemo-nos seguir o método científico, que requer a construção de um percurso narrativo ordenado. Na perspetiva de SANTO, o método compreende “um caminho de investigação apropriado e validado face a objetivos, meios, resultados esperados da mesma e contexto de implementação” (2010, p. 11), ou seja, o método consiste num “processo de aquisição de conhecimentos, recorrendo a procedimentos reconhecidos de colheita, classificação, análise e de interpretação de dados” (FREIXO, 2011, p. 280). Neste sentido, para tornar os resultados válidos devemos ter em consideração que o método científico abrange um conjunto de procedimentos e normas que devem ser seguidos para permitir a produção do conhecimento.

A problematização resulta de uma discussão em que o investigador trava consigo “sobre se o tema a ser pesquisado se insere no contexto delineado, considerando o referencial teórico, os objetivos e as hipóteses de trabalho que será elaborada e os resultados esperadas” (LUNDIN, 2016, p. 38). É o momento em que o pesquisador questiona a validade do tema no contexto específico, levando em conta a situação que deu lugar ao seu interesse para desenvolver o tema em questão. Neste sentido, o nosso interesse para este tema assenta na ideia de que, na Guiné-Bissau, a manutenção da ordem pública face a uma manifestação tem gerado polémica pois acaba na dispersão dos manifestantes pela polícia (incluindo com carga policial, muitas vezes exercida de forma excessiva). Pretendemos desenvolver um estudo que analise como se garante o direito de reunião e de manifestação enquanto direito fundamental, bem como o papel da polícia nesta tarefa. Pretendemos obter um resultado que ajudará na melhoria da ação policial como garante de um livre exercício de direito de reunião e de manifestação.

Assim, de acordo com LUNDIN (2016, p. 38), após a problematização, é necessária a criação de uma pergunta de partida, encontrar o problema a ser pesquisado que vai guiar todo o desenvolvimento do trabalho e que estará de acordo com os objetivos gerais. Por outro lado, a formulação da pergunta de partida deve atender ao critério de clareza, exequibilidade, pertinência e consequentemente deve ser trabalhada, atendendo à disponibilidade dos recursos do investigador, possibilitando a obtenção de elementos que respondam aos problemas em causa (CAMPENHOUDT, JACQUESMARQUET e QUIVY, 2017, p. 44). Para tal, partimos da seguinte pergunta: *como se garante o direito de reunião e de manifestação na Guiné-Bissau?*

Porém, para reunirmos os requisitos necessários para responder melhor à questão principal, propusemos as seguintes questões derivadas: *i)* qual é a importância do direito de reunião e de manifestação num Estado de direito democrático?; *ii)* qual é o papel da polícia na garantia do exercício de direito de manifestação, como entidade responsável pela ordem pública?

O nosso trabalho apresenta um carácter descritivo e uma metodologia de natureza qualitativa. É um estudo essencialmente indutivo e descritivo, onde a interpretação dos fenómenos sociais e a atribuição dos respetivos significados é feita a partir de padrões encontrados nos dados (VILELAS, 2009, p. 105). Na perspetiva de LUNDIN (2016, p. 117), a abordagem qualitativa considera a existência de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma ligação indissociável entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo. Além do mais, e para a análise do tema em apreço, justifica-se o método qualitativo também pela profundidade da investigação “conduzida de acordo com procedimentos regulares, repetidos” (SANTO, 2010, p. 25).

O nosso principal objetivo consiste em compreender como se garante o direito de reunião e manifestação na Guiné-Bissau, bem como alcançar se a reunião e a expressão livre constituem verdadeiros direitos ou se estão balizados por um conjunto de circunstâncias proibitivas e repressivas. Para tal, faremos uma análise da intervenção policial nas manifestações e reuniões. Propomo-nos, na primeira fase, desenvolver um trabalho fundamentado em análise documental e pesquisa bibliográfica, assente numa revisão da bibliografia existente sobre o tema e o quadro legislativo. Posteriormente, pretendemos recolher opiniões através de entrevistas, como método de recolha de informação (LUNDIN, 2016, p. 162; SANTOS e LIMA, 2019, p. 83). Não obstante, através das entrevistas “há um contato direto falado entre o investigador e os seus interlocutores” (SARMENTO, 2013, p. 30). Intencionamos entrevistar oficiais da POP e da GN que já tiveram a experiência no comando do policiamento de uma reunião e/ou manifestação. Também se perspetiva a entrevista a alguns líderes das organizações não governamentais, principalmente, aqueles que trabalham na defesa e promoção dos direitos humanos.

O formato de entrevista pode revestir diversas formas: presencial, telefónica, submissão via internet, videoconferência. A entrevista presencial é muito mais rica, porque na comunicação não importa só o conteúdo da mensagem transmitida, mas também a linguagem corporal (SARMENTO, 2013, p. 34). Tendo em conta a distância e a circunstância provocada pela crise pandémica COVID-19, vemo-nos impossibilitados de realizar

# REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO

## A INTERVENÇÃO DA POLÍCIA NA MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA NA GUINÉ-BISSAU

---

entrevistas presenciais. Sendo assim, as entrevistas serão feitas através da submissão de um guião de questões por via eletrónica, com um guião previamente definido.

A entrevista pode ser exploratória ou confirmatória (SARMENTO, 2013, p. 33). Com efeito, para a nossa entrevista escolhemos aplicar a entrevista exploratória, pois permite explorar o conteúdo da investigação, ouvindo especialistas sobre o assunto. A entrevista pode ainda ser, estruturada, semiestruturada e não-estruturada. Adotaremos a entrevista semiestruturada, porque permite ao entrevistado responder às perguntas do guião pela ordem que entender, podendo também falar sobre outros assuntos relacionados com a pergunta (SARMENTO, 2013, p. 34).

Em termos das opções ortográficas, a presente dissertação será redigida tendo em conta o novo acordo<sup>3</sup>. Por outro lado, importa salientar que estão incluídos anexos, apêndices e quadros na presente dissertação, visando fornecer informações complementares ao trabalho. Por fim, no que respeita às normas de referenciação, a presente dissertação adota a sexta edição das normas APA.

---

<sup>3</sup> *Cfr.* RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA n.º 35/2008, que aprova o Acordo do Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

### CAPÍTULO I – DIREITO DE REUNIÃO E DE MANIFESTAÇÃO COMO DIREITO FUNDAMENTAL

#### 1.1. A origem dos direitos fundamentais

Ao longo da existência das sociedades politicamente organizadas tem-se vivido diferentes formas da organização do poder. Ao centrar a análise na organização do Estado, importa compreender a relação do Estado com os seus cidadãos e, portanto, a relação dos cidadãos com a administração pública e o poder político. A sociedade dos nossos dias passou por várias transformações em diversos níveis, social, económica, religiosa e política. Um dos resultados mais significativos e impactantes reside na criação dos direitos fundamentais, pois desde os primórdios da sua existência que o homem procura viver em liberdade e num espaço seguro (CLEMENTE, 2005, p. 67), sendo poucos os momentos na história em que isso tenha sido possível. Os direitos humanos que hoje encontramos consagrados nas Constituições e nas demais leis que preveem os princípios da igualdade e da universalidade (ROBALO, 2019, p. 62), nem sempre foram, ou são, garantidos a todos os indivíduos. Por exemplo, na antiguidade greco-romana não existiam direitos fundamentais válidos para todas as pessoas, somente os cidadãos da *Pólis* ou, respetivamente, os cidadãos de Roma possuíam direitos (CARVELLI e SCHOLL, 2011, pp. 168-169).

A evolução dos direitos fundamentais foi um processo histórico, desenvolvido progressivamente ao longo do tempo. Como sustenta BOBBIO (1992, p. 9) “os direitos fundamentais do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes e, nascido de modo gradual, não todas de uma vez e nem de uma vez por todas”. O reconhecimento foi um processo faseado, progressivo, conforme a própria experiência da vida humana em sociedade.

Do século XVII até ao fim do século XVIII, a Europa viveu em regime monárquico absolutista. Neste período não havia uma garantia de direitos individuais face ao Estado. Era um regime que se caracteriza, predominantemente, pela máxima concentração do poder. JEAN BODIN defendia que a soberania do rei é algo originária, ilimitada, absoluta, perpétua e irresponsável em face de qualquer outro poder temporal ou espiritual (MALUF, 2018), e a “vontade do rei revestia como lei suprema (*L'état c'est moi*)” (AMARAL, 2014, p. 59), permitindo assim uma extensão máxima do poder discricionário da monarquia e sem uma



garantia em matéria de direitos individuais face ao Estado. Com efeito, durante o período de absolutismo, havia uma estratificação social onde os direitos eram atribuídos de acordo com a camada social a que pessoa pertencia e só havia direitos para certas camadas, neste caso nobreza, clero e a burguesia; o povo não tinha qualquer tipo de direito de natureza individual.

O regime absolutista foi contestado, tendo surgido movimentos em favor da limitação do poder real e da atribuição dos direitos particulares. Na Inglaterra de 1215, o Rei JOÃO SEM-TERRA assinou a *Magna Carta Libertatum*, um dos documentos mais importantes da em matéria de direitos. O documento garantia o “direito da igreja de estar livre da interferência do governo, o direito de todos os cidadãos livres possuírem e herdarem propriedade, e serem protegidos de impostos excessivos e estabeleceu os princípios de processos devidos e igualdade perante a lei” (UNIDOS PELO DIREITOS HUMANOS, 2021). É inegável a sua importância histórica por ter sido o primeiro documento que buscou limitar o poder do governante, embora fosse um documento de proteção dos direitos das classes privilegiados (SILVA, 2013, p. 125). A *Magna Carta* foi um documento que transformou a história da Inglaterra e marcou a evolução de matérias relacionadas com os direitos humanos.

Todavia, a *Magna Carta* de 1215 não foi suficiente na garantia de direitos, na medida em que não foi direcionada para todos, beneficiava apenas certas classes (a elite formada pelos cleros e a nobreza). Seguidamente, entre 1647 e 1649 surge o *Agreements of the People*, o primeiro texto constitucional que formula direitos e liberdades individuais básicos, que vão além dos direitos já existentes e deveriam ser respeitados tanto pelo monarca como pelos parlamentares (CARVELLI e SCHOLL, 2011, p. 177). Entre outros direitos, o referido instrumento tratava especialmente da liberdade de religião, da liberdade de consciência, da liberdade de não ser obrigado a serviço militar, da amnistia aos partidários do parlamento e da igualdade de todos perante a lei (STERN e SACHS, 1988, p. 80 *cit in* CARVELLI e SCHOLL, 2011, p. 177)

Posteriormente, Inglaterra teve um processo revolucionário que englobou dois movimentos principais: a revolução puritana e a revolução gloriosa, ambas de caráter liberal (PETRONI, s.d.). A segunda revolução deu origem à *Bill of Rights*, ou Declaração dos Direitos de 1689, que declara os direitos e liberdades do súbdito e estabelece a sucessão da Coroa. A Declaração dos Direitos instituiu uma monarquia constitucional de caráter liberal, definiu os deveres dos cidadãos ingleses que deixavam de ser súditos, passou a garantir o direito à propriedade privada, a liberdade individual e a liberdade de imprensa. Além de reafirmar os direitos já previstos na *Magna Carta*, atribui mais poder ao Parlamento, pois grande parte

do poder da monarca passou a ser exercido no Parlamento. É de salientar que não existiam movimentos contra a transferência do poder de Rei para parlamento inglês, uma vez que a intenção principal deste era a conquista de outros direitos, em detrimento do monarca, e a manutenção dos direitos já conquistados (CARVELLI e SCHOLL, 2011, p. 172). Esses primeiros instrumentos de direito positivo na Inglaterra representaram a vitória do parlamento inglês sobre a coroa e foram também fundamentais para o desenvolvimento do próprio parlamentarismo (*idem*). As declarações de direitos refletem também um dos primeiros paços no processo da solidificação jurídica dos direitos fundamentais. Esta Declaração inglesa não foi totalmente suficiente em estatuir direitos fundamentais, foi feito um deslocamento do poder, ou seja, grande parte do poder da coroa passa para parlamento. A consequência lógica da liberdade dos indivíduos é a existência de uma autonomia individual e não de uma autonomia coletiva, ou melhor, de uma soberania da totalidade do povo (CARVELLI e SCHOLL, 2011, p. 181). A liberdade dos indivíduos só será possível fundamentar a partir do reconhecimento dos direitos inatos aos indivíduos e da fixação dos direitos inalienáveis na constituição.

Nos Estados Unidos de América, os direitos fundamentais foram consagrados a 12 de junho de 1776, na *Virginia Bill of Rights*, que precedeu a Declaração da Independência dos Estados Unidos de América de 4 de julho de 1776. Através da Declaração de Direitos de Virgínia, foi reconhecido aos Estados Unidos de América o direito à liberdade, o reconhecimento dos direitos naturais inerentes a cada homem que não podem ser objeto de privação, entre os quais, o direito de desfrutar a vida e a busca da felicidade, direito de aquisição da propriedade e o direito à segurança<sup>4</sup>, no sentido da garantia individual, ou seja, direito à resistência, e no sentido da proteção por parte do Estado<sup>5</sup>. Por outro lado, foi estatuída a eliminação das classes privilegiados, isto é, não existe cidadão melhor que outro, todos os cidadãos são iguais perante a lei<sup>6</sup>. Uma outra grande conquista prevista na Declaração de Direitos da Virgínia é a liberdade de imprensa<sup>7</sup>.

A partir da independência dos Estados Unidos de América, “é possível encontrar uma consolidação jurídica dos direitos fundamentais juntamente com os preceitos fundamentais da organização do Estado” (CARVELLI e SCHOLL, 2011, p. 181). A referida Declaração contém não apenas um catálogo de direitos fundamentais abrangente, mas também um

---

<sup>4</sup> Cfr. art.º n.º 1 e n.º 8 da Declaração da Virgínia de 1776.

<sup>5</sup> Cfr. art.º n.º 3 da Declaração da Virgínia de 1776.

<sup>6</sup> Cfr. art.º n.º 4 da Declaração da Virgínia de 1776.

<sup>7</sup> Cfr. art.º n.º 11 da Declaração da Virgínia de 1776.

reconhecimento da inalienabilidade e da supra legalidade daqueles direitos (CARVELLI e SCHOLL, 2011, p. 181). Os Estados Unidos de América foram o primeiro país descolonizado, a revolução americana serviu de estímulo para as demais aspirações pela independência, principalmente no continente americano. Como também serviu de estímulo para a revolução francesa, contribuindo fortemente na expansão dos ideais burgueses e iluministas. A revolução americana pode hoje ser considerada como a primeira de uma série de revoltas coloniais.

Um grande marco no processo da consolidação dos direitos fundamentais na Europa deu-se com a proclamação *Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen*, ou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 26 de agosto de 1789 em França, e com uma forte influência do constitucionalismo americano. O preâmbulo da referida declaração reflete claramente a vontade de uma mudança política e social, que era visível após séculos de absolutismo e tirania:

Os representantes do povo francês, constituídos na Assembleia Nacional, considerando que a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos humanos são as únicas causas do infortúnio público e da corrupção governamental, resolveram o problema. Estabelecer, numa declaração solene, os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem, para que este constantemente presentes a todos os membros da sociedade, recordando-lhes constantemente os seus direitos e as suas responsabilidades. Assembleia Nacional reconhece e declara, na presença e sob os auspícios do Ser Supremo, os direitos do homem e do cidadão *in* Constituição francesa de 1978.

A referida declaração consagra os direitos fundamentais dos cidadãos. O direito à liberdade vem logo tipificado na abertura da declaração, considerando que os Homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos, sem as distinções sociais, que só podem ser baseadas sobre utilidade comum<sup>8</sup>. O objetivo de qualquer associação política deve ser a conservação dos direitos humanos naturais e imprescritíveis, a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão<sup>9</sup>. Os limites da liberdade só podem ser determinados pela Lei<sup>10</sup>, todavia, o direito à liberdade passa a beneficiar de proteção constitucional.

Também foram estatuídos os princípios da legalidade, da tipicidade, da proporcionalidade e da presunção da inocência, onde ninguém pode ser preso ou detido

---

<sup>8</sup> Cfr. Ponto I da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 26 de agosto de 1789.

<sup>9</sup> Cfr. Ponto II da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 26 de agosto de 1789.

<sup>10</sup> Cfr. Ponto IV da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 26 de agosto de 1789.

senão nos casos previstos na Lei e a sanção deve ser proporcional ao delito cometido; à partida todo o homem é considerado inocente até que se prove a sua culpa<sup>11</sup>. Foi também estabelecida a liberdade de opinião e a liberdade religiosa. A livre comunicação de pensamentos e opiniões constitui um dos direitos mais preciosos do homem: cada cidadão pode, portanto, falar, escrever e imprimir livremente<sup>12</sup>. Apesar de não estarem plasmados de uma forma explícita, podemos enquadrar os direitos de reunião e de manifestação neste preceito. Os direitos previstos na referida declaração são direitos fundamentais para a realização do homem enquanto um ser digno; como refere FARIAS (2001, p. 4) a “ideia de direito fundamental liga-se intrinsecamente com a dignidade humana, como o primado do homem face a sociedade de que faz parte”. Foi consagrado de uma forma mais específica comparativamente com a Declaração de Direitos da Virgínia. Por isso, a revolução francesa triunfa os ideia de liberdade individual contra autoritarismo tradicional da monarquia, permitindo assim que os cidadãos passaram a ser titulares de direitos subjetivos públicos invocáveis perante o Estado (AMARAL, 2019, p. 62).

A partir destes importantes documentos, os direitos fundamentais passaram a ser consolidados nas constituições, ou seja, direitos fundamentais em sentido formal, que segundo FARIAS (2001, p. 3), são os que a constituição especifica como tal. Entretanto, direitos fundamentais em sentido material são os que constituem a base jurídica da vida humana no seu nível atual de dignidade, as bases principais da situação jurídica de cada pessoa.

Portanto, as grandes revoluções ocorridas, tiveram um importante papel na criação e consolidação dos direitos fundamentais de cada ser humano, pois tinham como fim a limitação do poder e a afirmação de direitos fundamentais do homem (CORDEIRO, 2016, p. 135), e permitiram a proclamação da igualdade jurídica de todos os homens. Os Estados passaram a especificar de uma forma mais detalhada os direitos fundamentais que não constavam nas cartas revolucionárias.

O direito de reunião e de manifestação é um direito fundamental. Com a democracia, passou a estar consagrado na maioria das constituições do mundo, deixou de ser uma simples forma da contestação política e passou a ser uma das liberdades importantes para a realização da dignidade humana.

---

<sup>11</sup> Cfr. Ponto VII e VIII da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 26 de agosto de 1789.

<sup>12</sup> Cfr. Ponto XI da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 26 de agosto de 1789.

### 1.2. O direito de reunião e de manifestação

O Estado é uma sociedade politicamente organizada que comporta as estruturas que se destinam a garantir a boa convivência entre os cidadãos. A sociedade democrática pode ser caracterizado pela dependência das normas jurídicas por parte de exercício do poder público e participação popular no exercício do poder. A revolução inglesa, americana e francesa são responsáveis pela transposição, do campo teórico para o prático, dos princípios que conduziram ao Estado de direito (CORDEIRO, 2016, p. 135), sendo que os princípios do Estado democrático servem como instrumentos para prevenir uma expansão totalitária e um exercício incontrolado de poder (ZIPPELIUS, 1997, p. 383). O Estado de direito democrático proporciona o exercício de direitos naturais, como também procura assegurá-los, permitindo aos cidadãos, cada vez mais, um exercício livre e seguro.

O Estado contemporâneo pressupõe a capacidade de garantir e manter a segurança dos seus cidadãos (CORREIA e DUQUE, 2014, p. 42). A segurança é um bem coletivo cuja garantia cabe ao Estado. Não obstante, o surgimento do conceito da segurança humana introduzido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 1994, foi “o grande marco da alteração securitária” (CLARO, 2018, p. 16), onde o referente da segurança passa do Estado para o indivíduo<sup>13</sup>, humanizando-a (FERRO, 2017). Com efeito, os Estados passaram a concentrar a segurança nas pessoas, incorporando a segurança económica, segurança alimentar, segurança no acesso a cuidados de saúde, segurança ambiental, segurança pessoal, segurança comunitária e segurança política.

O direito à segurança é essencialmente um direito positivo e impõe uma ação positiva do Estado, no sentido de garantir, no seio da própria sociedade, a existência pacífica, de acordo com as regras da justiça. A segurança deve ser vista numa perspetiva de “garantia de exercício seguro e tranquilo dos direitos, libertos de ameaças ou agressões (CANOTILHO, G. e MOREIRA, V., 1993, p. 184), um direito e garantia constitucional para o livre exercício dos restantes direitos e para o normal funcionamento de uma sociedade democrática (CORREIA e CLARO, 2020, p. 22). É um direito que constitui uma garantia essencial dos restantes

---

<sup>13</sup> A conceção clássica da segurança é sinónimo de um entendimento centrado na defesa do território. Segundo DUQUE, NOIVO e SILVA (2016), atualmente, quando pensamos em segurança, equacionamos aspetos que transcendem em larga medida a tradicional preocupação com a guerra. A sociedade contemporânea, e o protótipo da sociedade de risco que lhe está associado, transfiguraram a segurança na segurança humana, que vai além da defesa armada dos territórios (SARMENTO, 2009).

A segurança passa a ser centrado no ser humano e não no Estado, no bem-estar dos povos e não na segurança das fronteiras, como um bem político que se materializa nos direitos dos indivíduos de viver livres de medo, mas também ao abrigo de necessidades, beneficiando de igualdade de oportunidades de gozar todos os seus direitos e de desenvolver plenamente o seu potencial humano (PNUD 1994, p. 23).

direitos, liberdades e garantias. Cabe ao Estado uma aplicável discricionariedade na escolha dos meios e na decisão em concretizar a segurança nas suas diversas dimensões, bem como quanto à medida em que o deve fazer (BAPTISTA, 2006, p. 107). Tal como sustenta FERNANDES (1991, p. 130), o “Estado existe porque a sociedade acredita que sem ele não é possível manter a paz interna e assegurar a defesa externa, a segurança das pessoas e dos valores, é uma das primeiras finalidades do Estado”. A garantia de segurança como direito do cidadão, surgiu como um dever do Estado, que na sua prossecução deve estar sempre presente o respeito pela dignidade da pessoa humana e pelo princípio de Estado de direito democrático.

Todavia, para se atingir a “segurança e ordem interna tornava-se então necessário que o Estado dispusesse de um conjunto de instituições capazes, não só de elaborar corpos normativos, mas, essencialmente, de organizações capazes de aplicar e garantir o cumprimento da legislação que produz” (FERNANDES, 2014, p. 32). Também VALENTE (2019, p. 125) sustenta que “compete ao Estado, numa lógica de afirmação do direito como poder, institucionalizar uma força coletiva organizada jurídica e funcionalmente (Polícia) que tenha por fim realizar os interesses gerais e os princípios socialmente aceites”. Os atos da polícia neste sentido, encontram-se subordinados à regra jurídica.

A segurança não é um direito absoluto, a sua garantia por parte do Estado implica a observância do direito e um equilíbrio com outros direitos constitucionalmente protegidos. A garantia de direito à segurança por parte de Estado insere-se na atividade da segurança interna, que à luz da CRGB<sup>14</sup> é uma tarefa das forças e serviços de segurança. Entretanto, apesar de a Constituição não especificar quem são as forças de segurança, tanto a Polícia de Ordem Pública (POP<sup>15</sup>) como a Guarda Nacional (GN), nas suas respetivas leis orgânicas, são consideradas como forças de segurança. Destarte, são atribuídas as funções de garantir as condições de segurança que permitam o exercício dos direitos e liberdades e o respeito pelas garantias dos cidadãos<sup>16</sup>.

O Estado contemporâneo assume a segurança como uma tarefa fundamental do Estado, e que é um direito do cidadão que tem de se harmonizar com os demais direitos e liberdades fundamentais (VALENTE, 2012, p. 111). Neste sentido, o Estado encontra-se sujeito a uma obrigação geral de garantir que os seus órgãos e outras entidades públicas, bem

---

<sup>14</sup> Cfr. n.º 1 do art.º n.º 21 da Constituição da República da Guiné-Bissau de 1984.

<sup>15</sup> Cfr. n.º 1 do art.º n.º 1 da Lei 8/2010 de 22 de junho e n.º 1 da Lei 9/2010 de 22 de junho.

<sup>16</sup> Cfr. alínea a), n.º 1 do art.º n.º 3 da Lei 8/2010 de 22 de junho e alínea a) n.º 1 do art.º n.º 3 da Lei 9/2010 de 22 de junho.

como os particulares, respeitem os direitos individuais (BAPTISTA, 2006, p. 92). Com efeito, o dever do Estado de garantir direito das pessoas subordinada à sua alçada, não se pode limitar à simples obrigação de assegurar que os seus órgãos não serão responsáveis por os violar, mas impõe que o Estado evite diligentemente violação dos direitos fundamentais, seja de qualquer proveniência. O poder público tem por principal função defender os direitos e liberdades das pessoas em sociedade. O Estado garante valores sociais fundamentais como a democracia, a paz pública que é onde insere a segurança e a justiça (SOUSA, 2016, p. 114).

Por outro lado, o direito à segurança não deve ser encarrado com um direito absoluto no sentido de sobrepor todos outros direitos. Não deve ser garantido só através de uma ação ativa do Estado, mas também através das medidas pedagógicas juntos dos cidadãos que devem ter um papel dinâmico e ativo fundamental na prossecução e desenvolvimento de um Estado que se quer de direito e democrático (VALENTE, 2007, p. 308).

O direito à liberdade, que emergiu após as revoluções inglesa, americana e francesa, foi incorporado juridicamente pelos Estados. Pelo que podemos retirar nas palavras de FARIA (2001, p. 185), direito à liberdade, implica a liberdade pessoal em que ninguém pode ser preso senão em consequência de sentença judicial condenatória pela prática de ato punido por lei com pena de prisão ou de aplicação judicial de medida de segurança. O direito à liberdade compreende à liberdade pessoal de agir segundo o seu livre-arbítrio de acordo com a própria vontade desde que não prejudique outra pessoa e, agir em conformidade da lei. A liberdade reside na vontade permitida pela lei (CLEMENTE, 2016, p. 53), a lei costuma condicionar a escolha<sup>17</sup> de acordo com as normas e princípios orientadores da convivência na sociedade.

A liberdade e a segurança são direitos que estão interligados, em algumas Constituições aparecem no mesmo artigo, como são os casos da Constituição portuguesa<sup>18</sup> e da Constituição cabo-verdiana<sup>19</sup>. Entretanto, MIRANDA e MEDEIROS (2017, p. 464) defendem que direito à segurança deve ser entendido de uma forma estritamente ligada à liberdade, enquanto a garantia de que a liberdade do indivíduo só poderá ser limitada nos casos previstos constitucionalmente. “Os valores da liberdade e da segurança são indissociáveis e interdependentes numa sociedade democrática” (DUQUE, 2015, p. 57) pelo

---

<sup>17</sup> Segundo MONTESQUIEU, num estado, isto é, “numa sociedade onde existem lei, a liberdade só pode consistir em poder fazer o que se deve querer e em não ser forçado a fazer o que não se tem direito de querer” (2000, p. 166).

<sup>18</sup> Cfr. art.º n.º 27 da Constituição da República Portuguesa.

<sup>19</sup> Cfr. art.º n.º 30 da Constituição da República de Cabo Verde de 2010.



que dificilmente existe liberdade num ambiente onde escasseie a segurança “não se pode pensar que se vive em segurança numa sociedade onde não esteja garantida a liberdade suficiente que permita exercer a capacidade de escolha e de ação individual” (DUQUE, 2015, p. 55). Neste sentido, existe uma forte conexão entre a liberdade e a segurança, não se pode viver verdadeiramente livre onde não existe segurança, na sociedade de risco o cidadão só se sente livre se estiver seguro. No entanto, o princípio de equilíbrio jurídico-constitucional impõem a maximização de cada um dos valores sem que alguma seja aniquilado (VALENTE, 2012, p. 109). Para garantir os dois direitos ao mesmo tempo é necessário que haja um equilíbrio entre ambos sem que um anule outro, um princípio da concordância, caso contrário, deixaríamos de estar perante verdadeiras ideias de uma sociedade democrático.

No âmbito da atuação policial deve verificar-se sempre, como defende ANDRADE (2012, p. 309), o “princípio *in dubio pro libertate*, optando-se sempre por soluções menos restritivas para a esfera da livre atuação dos indivíduos”.

Por outro lado, a liberdade representa mais que um direito natural, um valor, ou ideal, mas é também um princípio que deve ser cultivado pela polícia, de maneira que possa permitir cada sujeito através da sua livre determinação, fazer escolha e sem qualquer ingerência na procura da realização de necessidades e do seu ideal de crescimento e desenvolvimento no seio da comunidade (VALENTE, 2012, p. 109). E de modo que a livre escolha não possa prejudicar os interesses socialmente protegidos. Neste sentido, a polícia tem um papel fundamental para a efetivação desse direito.

Para um livre exercício de direito é necessário que haja a ordem pública<sup>20</sup>. A ordem representa um valor imprescindível em qualquer sociedade, pois é necessária que haja uma ordem para permitir uma boa convivência; a vida social assenta na ordem. A ordem pública constitui um valor basilar e é imprescindível para a vida em comunidade, para os cidadãos e para as instituições, ou seja, para haver a liberdade deve haver a ordem pública (ELIAS, 2018, p. 96).

Onde a norma existe, sempre há desvio. Porém, onde não há lei, também não existe infração, apenas reina a anarquia (CLEMENTE, 2015, p. 35). As normas éticas estão sujeitas a violabilidade. Em toda a norma ética considera-se sempre presente a possibilidade de ser

---

<sup>20</sup> THOMAS HOBBS sustenta na sua obra *Leviatã* que os homens viviam num estado de guerra de todos contra todos. Nesse estado reinava era o medo, pesava a lei do mais forte, onde não havia garantias. Nesta perspetiva, HOBBS defende que para garantir a qualidade de vida do homem é necessário que exista ordem, estabilidade e a segurança, caso contrário, a vida humana passara de um inferno (2010, p. 111).



violada, pois é dirigida a seres humanos, que podem escolher assumir um comportamento diferente daquele que é expectável. Ser humano tende-se a comportar através da sua livre vontade, que por vezes pode ser antissocial. Se as pessoas não forem impedidas ou controladas elas comporta-se-ão de forma anti-social e incivilizada, porque estas disfunções são intrínsecas à sua natureza do ser humano (FELGUEIRAS, 2009, p. 141). É neste sentido que o poder político procura a criação de um equilíbrio entre a ordem e a desordem, na medida em que nenhuma sociedade cumpre a ordem na íntegra (CLEMENTE, 2014, p. 154). Desta forma, a ordem pública situa-se como ponto de equilíbrio entre a desordem suportável e a ordem indispensável. O Estado democrático elege como uma das suas tarefas garantir a ordem pública, assume como um garante da ordem pública em primeira linha.

Uma reunião ou manifestação, num Estado de direito democrático, “é mais que um simples agrupamento de pessoas, representa o exercício de um direito de liberdade, de natureza pessoal, mas de gozo coletivo, dando assim corpo à ampla liberdade de expressão, típicas das sociedades democráticas” (OLIVEIRA, 2015, p. 235), Os direitos de reunião e de manifestação sendo direitos gerais das pessoas, enquanto tais, independentemente das suas funções e das suas dimensões, estão vinculados funcional e teleologicamente, à formação da opinião pública que, por sua vez, constitui um pressuposto necessário do Estado de direito democrático (CANOTILHO e MOREIRA, 1993, p. 253).

A liberdade de reunião e de manifestação constitui um do direito de liberdade fundamentais e imprescindível nas sociedades democráticas. Pois, sem ela não se realizam os valores do pluralismo e da liberdade subjacentes a sociedade democrática (SOUSA, 2009, p. 32), é reflexo direto da soberania popular e apresenta-se como meio privilegiado para despertar o interesse e a participação no processo de formação democrática da vontade política (ELIAS e PINHO, 2012, p. 38).

A participação do cidadão no processo da formação de vontade política apresenta-se como um aspeto fundamental da realização da dignidade humana. Porém, a liberdade de reunião e de manifestação constitui uma liberdade importante, típico de Estado de direito democrático, visa combater o isolamento do particular. Constitui, no entanto, um pressuposto necessário da sociedade democrática, na medida em que permite a participação ativa dos cidadãos na formação da ideia e na tomada de decisão. Neste sentido, defende SOUSA (2009, p. 34), que o estatuto ativo do cidadão livre permite-lhe participar no procedimento decisório através do exercício de direito de participação e colaboração. Desta forma, no Estado de direito democrático, a participação do cidadão na formação da vontade

política não pode limitar só apenas nas eleições, mas pode/deve ser exercido de forma constante. Tanto direito de reunião como de manifestação, apresentam constitucionalmente como direito gerais das pessoas (CANOTILHO e MOREIRA, 1993, p. 253).

Os direitos de reunião e de manifestação, sendo direitos gerais das pessoas, enquanto tais e independentemente das suas funções e das suas dimensões, estão vinculados funcional e teleologicamente à formação da opinião pública (CANOTILHO e MOREIRA, 1993, p. 253). “As normas que asseguram a liberdade de manifestação constituem um instrumento de abertura comunicativa a nível global da sociedade” (CORREIA, 2006, p. 17), pois, é um dos meios que os cidadãos dispõem para, afirmarem as suas crenças e reivindicarem os seus direitos, através da prática da democracia direta (RAMOS, s.d., p. 362). Todavia, é um direito que representa muito mais que um mero agrupamento das pessoas, ou um instrumento de contrapartida das situações minoritárias dos cidadãos críticos mais isolados, representa um sinal de liberdade, independência e emancipação do cidadão consciente dos seus direitos e deveres. São direitos democráticos e de luta política fundamentais em qualquer sociedade democrática. No entanto, como liberdade de expressão coletiva constitucional garantida, a reunião e a manifestação constitui na sua vertente objetiva, enquanto norma, e subjetiva, enquanto direito individual, uma peça de processo democrático de exercício das liberdades comunicativas (CORREIA, 2006, p. 17).

### **1.3. Instrumentos normativos internacionais**

As grandes revoluções ocorridas nos séculos passados, permitiram a legitimação jurídico-constitucionais dos direitos fundamentais. No entanto, a conservação dos direitos fundamentais torna-se um dos fins do Estado, cuja garantia cabe a força policial. Com o decurso do tempo os direitos fundamentais passaram a universalizar-se, beneficiando da proteção a nível internacionais. O direito de reunião e de manifestação estão protegidos a nível internacional nos importantes documentos que de seguida iremos abordar.

Em 10 de dezembro de 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), no Palácio de Chaillot em Paris, França. O documento surgiu em resposta à forte violação dos povos durante a Segunda Guerra Mundial (DUDH, 1948, p. 3), nele reveste os valores universais que transcendem culturas, nações e regiões, e proclama os direitos inalienáveis aos quais todos os seres

humanos, independentemente de raça, cor, religião, sexo, língua, política ou outra opinião, origem nacional ou social, propriedade, nascimento ou outros estatutos são intrinsecamente intitulados como seres humanos (*ibidem*). É o primeiro documento internacional que reconhece a dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis, que deve servir como fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo.

As Nações Unidas, através da DUDH, ilustram a necessidade da proteção dos direitos humanos através de um regime de direito, para que o homem não seja obrigado a optar pela via da revolta, como último recurso, contra a autoritarismo. Tendo em conta que os desrespeitos pelos direitos humanos conduziram a atos de barbárie que revoltaram a consciência da Humanidade para o surgimento de um mundo em que os seres humanos sejam livres de falar e de crer, libertos do terror e da miséria (DUDH, 1948, p. 3). Uma adoção comum dos direitos constantes na declaração por parte dos Estados é da mais alta importância para dar plena satisfação a tal compromisso.

O direito de reunião e de manifestação sendo direito fundamental e um dos direitos de natureza expressiva, está protegida nos termos da declaração. Está previsto que todos os indivíduos têm direito à liberdade de opinião e de expressão, neste sentido, significa que ninguém deve ser oprimido pela sua opinião emitida por qualquer meio que seja. Por outro lado, é garantido a toda pessoa o direito à liberdade de reunião e de associação pacíficas. Por fim, a DUDH impõe aos Estados a obrigação de promover o respeito universal e efetivo dos direitos e das liberdades da pessoa humana.

Uma vez adotada a DUDH, a ONU começou a traduzir os princípios daquela em tratados internacionais que protegessem direitos específicos. Um outro documento internacional importante de direitos humanos, é o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDC), que foi adotado em 16 de dezembro de 1966. O documento visa reforçar a ideia da proteção e da promoção dos direitos humanos como direitos decorrentes da dignidade da pessoa humana. O PIDC materializa a ideia de que o ideal do ser humano livre, no gozo das liberdades civis e políticas e liberto do medo e da miséria, não pode ser realizado sem que se criem as condições que permitam a cada um gozar de seus direitos civis e políticas, assim como de seus direitos económicos, sociais e culturais (PIDC, 1966, p. 1). Neste sentido, o Pacto emergiu para tratar dos direitos humanos mais específicos.

# REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO

## A INTERVENÇÃO DA POLÍCIA NA MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA NA GUINÉ-BISSAU

---

A todas as pessoas é garantido o direito à liberdade de expressão; este direito compreende a liberdade de procurar, receber e expandir informações e ideias de toda a espécie, sem consideração de fronteiras, sob forma oral ou escrita, impressa ou artística, ou por qualquer outro meio à sua escolha. Ora, esta liberdade não é absoluta e pode estar sujeita às restrições fixadas na lei. O Pacto prevê as restrições para as situações que dizem respeito aos direitos ou da reputação de outrem, bem como para a salvaguarda da segurança nacional, ordem pública, da saúde e da moralidade pública. O PDIC reconhece o direito de reunião pacífica que também só pode ser restringido nos termos da lei, como objetivo da salvaguarda da segurança nacional, da segurança pública ou da ordem pública ou para proteger a saúde e a moral públicas ou os direitos e liberdades de outrem.

Os Estados partes comprometem-se a garantir e respeitar os direitos reconhecidos no Pacto a todos os indivíduos que se encontram nos seus territórios. O PIDC garante, ainda o mecanismo legal que permite a possibilidade de recurso no caso da violação dos direitos.

No mesmo sentido, em 16 de dezembro de 1966, foi adotado o Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC), que entra em vigor apenas em 3 de janeiro de 1976. Em consonância com os princípios plasmados na Carta das Nações Unidas, o reconhecimento da dignidade humana e dos direitos iguais e inalienáveis de todos os cidadãos constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo. Com este pacto reconhece-se que o ideal de um ser humano livre, livre do medo e da necessidade, só pode ser alcançado se forem criadas condições nas quais todos possam gozar de seus direitos económicos, sociais e culturais, bem como os seus direitos civis e direitos políticos (PIDESC, 1966).

O PIDESC garante direito a todos de formar sindicatos e filiação em sindicatos segundo a escolha de cada um, sujeito apenas às regras da organização em questão, permitindo, assim, a promoção e a proteção dos interesses económicos e sociais dos cidadãos. Neste sentido, são garantidos os direitos de se reunir e de se manifestar para a defesa e a promoção do interesse do sindicato e dos seus membros.

São direitos cujo exercício só pode ser restringido com base numa disposição legal, considerada necessária numa sociedade democrática, no interesse da segurança nacional ou da ordem pública ou ainda para a proteção dos direitos e liberdades de terceiros<sup>21</sup>. Por outro lado, as limitações que são determinadas por lei devem ser compatíveis com a natureza

---

<sup>21</sup> Cfr. art.º n.º 8 do Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais.

desses direitos e unicamente com o propósito de promover o bem-estar geral em uma sociedade democrática<sup>22</sup>.

A Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (ICERD) foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 21 de dezembro de 1965, entrando em vigor a partir de 4 de janeiro de 1969. A presente convenção surge no seguimento da DUDH e tem como objetivo principal a prevenção e o combate a todas as formas de discriminação racial, motivada pelo valor do direito natural do homem como um bem supremo, suportada pelo princípio da dignidade da pessoa humana.

Para a ONU, as doutrinas da superioridade fundada na diferenciação entre as raças são cientificamente falsas, moralmente condenáveis e socialmente injustas e perigosas e nada podem justificar, onde quer que seja, a discriminação racial, nem em teoria nem na prática (ICERD, 1965, p. 1). Neste sentido, a ONU afirma solenemente a necessidade de eliminar rapidamente todas as formas e todas as manifestações de discriminação racial em todas as partes do mundo e de assegurar a compreensão e o respeito da dignidade da pessoa humana (*idem*), todos os homens são iguais perante a lei e têm direito a uma igual proteção da lei contra toda a discriminação e contra todo o incitamento à discriminação.

No sentido da eliminação da discriminação racial, os Estados partes comprometem-se a adotar uma política de eliminação da discriminação racial em todas as suas formas e de promoção de entendimento entre todas as raças; obrigam-se a não encorajar, defender ou apoiar a discriminação racial praticada por qualquer pessoa ou organização; devem adotar as medidas legislativas que proíbem a discriminação racial praticada por pessoas, grupos ou organizações. Porém, se as circunstâncias o exigirem, nos domínios social, económico, cultural e outros, os Estados partes adotarão medidas especiais e concretas para assegurar convenientemente o desenvolvimento ou a proteção de certos grupos raciais ou de indivíduos pertencentes a esses grupos, a fim de lhes garantir, em condições de igualdade, o pleno exercício dos direitos do homem e das liberdades fundamentais.

A uma obrigação por parte dos Estados partes de proibir e eliminar a discriminação racial, sob todas as suas formas, acresce também a obrigação de garantir o direito de cada um à igualdade perante a lei sem distinção de raça, de cor ou de origem nacional ou étnica, nomeadamente no gozo dos seguintes direitos: [...] direito à liberdade de opinião e de expressão; direito à liberdade de reunião e de associação pacíficas. No entanto, todos os

---

<sup>22</sup> *Idem*.

# REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO

## A INTERVENÇÃO DA POLÍCIA NA MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA NA GUINÉ-BISSAU

---

Estados partes da Convenção têm a obrigação de enviar um relatório ao Secretário-Geral das Nações Unidas para ser apreciado pelo Comité para a Eliminação da Discriminação Racial, sobre as políticas de ordem legislativa, judiciária, administrativa que foram adotados pelo Estado no sentido de proteger e proporcionar a liberdade e não discriminação.

A Assembleia da Organização da Unidade Africana (OUA) adotou em 28 de junho de 1981, em Nairobi, Quênia, a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (CADHP). Após as ratificações pela maioria absoluta dos Estados-membros da OUA, entrou em vigor em 21 de outubro de 1986. A Carta que estabelece a OUA não impôs nenhuma obrigação explícita aos Estados-membros pela proteção dos direitos humanos, apenas exigia que tivessem a devida consideração pelos direitos humanos, conforme estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos (CADHP, 1981). Com efeito a Carta Africana foi o primeiro documento africano sobre os direitos fundamentais, que nos termos da qual, a liberdade a igualdade, a justiça e a dignidade são objetivos essenciais para a realização das legítimas aspirações dos povos africanos. Neste sentido, é garantido a liberdade de consciência, a profissão e a prática livre da religião que, no entanto, só poderá ser restringido à salvaguarda da ordem pública. A qualquer pessoa é garantida o direito à informação, de exprimir e de difundir as suas opiniões nos termos da lei; a livre criação de associação nos termos da lei; direito de se reunir livremente com outras pessoas, que só pode estar sujeito a restrição legais cujo fundamento, no interesse da segurança nacional, da segurança de outrem, da saúde, da moral ou para salvaguardar de direitos e liberdades de outras pessoas.

A CADHP constitui um importante documento africano em matérias de direitos humanos, impondo aos Estados medidas protetivas e de garante dos direitos fundamentais. É importante a presença de uma organização a nível regional que pugna pelos direitos fundamentais.

Para reforçar a defesa dos direitos humanos a nível regional em África, foi instituído o Tribunal Africano dos Direitos do Homem e dos Povos (TADHP) que é o ramo judicial da União Africana (UA). O TADHP tem como função, garantir a proteção dos direitos humanos em África, através do exercício da competência contenciosa dos litígios a si relacionados com a interpretação da CADHP, do Protocolo e de outros instrumentos pertinentes dos direitos humanos (TADHP).

De acordo com o relatório sobre liberdade de reunião e associação pacífica, de 2012, do Conselho dos Direitos Humanos, o direito à vida e o direito à liberdade de tortura ou de

tratamento ou punição cruéis, desumanos ou degradantes devem ser garantidos pelos Estados a todas as pessoas em todas as circunstâncias e em todos os momentos, incluindo no contexto do exercício dos direitos à liberdade de associação e de reunião pacífica (CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS, 2012, p. 6). Existe uma cláusula aberta que permite aos Estados regulamentarem a execução do direito de reunião pacífica. No entanto, no referido relatório proíbe aos Estados as interpretações arbitrárias para fundamentar a restrição de direito de reunião pacífica (CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS, 2012, p. 7). O combate ao terrorismo e outras considerações de segurança têm servido de justificativo para a adoção de um Estado de emergência e outras regras mais rigorosas que anulam os direitos à liberdade de reunião pacífica e de associação. Em muitos casos, os regulamentos de emergência têm sido utilizados para travar as liberdades de reunião pacífica, de associação e de expressão. No entanto, é de a responsabilidade primordial do Estado criar mecanismos e procedimentos adequados para garantir que a liberdade seja praticamente gozada e não sujeita a uma regulamentação burocrática indevida (OSCE/ODIHR, 2010, p. 14). Neste sentido, os Estados têm então de assegurar que quaisquer medidas restritivas se enquadram no limite do que é aceitável numa sociedade democrática. Quaisquer restrições impostas devem ter uma base jurídica formal e estar em conformidade com a Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH) e outros instrumentos internacionais em matéria de direitos humanos (OSCE/ODIHR, 2010, p. 15). Por outro lado, o contexto das eleições pode também ter um forte impacto nos direitos à liberdade de reunião pacífica e de associação. Isto acontece, em particular, quando as reuniões são sistematicamente proibidas ou quando indivíduos ativos em associações que promovem processos eleitorais transparentes e justos e defendem princípios democráticos são sujeitos a assédio e intimidação pelo seu ativismo cívico (CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS, 2012, p. 7).

Para a garantia de exercício de reunião por parte do Estado, de acordo com o Relatório em causa, e diretrizes sobre a liberdade de reunião pacífica elaborado pelo OSCE/ODIHR, recomenda-se o seguinte: *i)* redução do uso da força por parte do poderio responsável pela aplicação da lei, que só a ela deve recorrer nos casos extremamente necessários; deve optar mais pela via de negociação; *ii)* o exercício de direito de reunião pacífica não deve carecer da permissão prévia das autoridades, mas sim de uma notificação prévia, que na sua falta não deve implicar a dissolução de uma reunião e nem deve haver a responsabilização penal ou administrativo dos promotores; *iii)* os Estados devem igualmente assegurar a proteção das pessoas que controlam e denunciam violações e abusos no âmbito



de exercício de reunião pacífica. Os Estados devem também criar condições para que o direito de reunião esteja ao alcance de todos os cidadãos, independentemente da sua situação social, económica ou racial. Ao regulamentar a liberdade de reunião, os Estados competentes não devem discriminar nenhum indivíduo ou grupo por nenhum motivo (OSCE/ODIHR, 2010, p. 15). Proporcionar proteção às pessoas que exercem os seus direitos de liberdade de reunião e de associação; os Estados ainda, devem assegurar a responsabilização no caso da violação dos direitos de reunião e manifestação e a indemnização para a vítima, caso necessário.

Portanto, o direito de reunião e de manifestação como sendo direito fundamental, mereceu muita atenção do direito internacional, refletido em vários documentos internacionais que vinculam os Estados a adotarem certas medidas no sentido de garantir e proporcionar melhor exercício daquele direito. As reuniões desempenham um papel vibrante na mobilização da população e na formulação da opinião pública, influenciando a política pública dos Estados. Por um lado, os direitos fundamentais do ser humano baseiam-se nos atributos da pessoa humana, o que justifica a sua proteção internacional e, por outro lado, a realidade e o respeito dos direitos dos povos devem necessariamente garantir os direitos humanos. Porém, é importante salientar que o direito internacional apenas protege as reuniões pacíficas, ou seja, as que não são violentas e onde os participantes têm intenções pacíficas, que devem ser presumidas.



## CAPÍTULO II – REGIME JURÍDICO-CONSTITUCIONAL DE REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU E NOS PAÍSES AFRICANOS DA LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA

### 2.1. A consagração nas Constituições guineenses

Tal como Angola, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, também a Guiné-Bissau foi uma colónia portuguesa durante vários séculos. Na era colonial não estavam garantidos direitos fundamentais para a população nativa e, portanto, o conceito de dignidade da pessoa humana, não era aplicado universalmente. Pode-se recordar a existência de um Código de Trabalho<sup>23</sup> aplicado apenas para os nativos. Embora os nativos tivessem, em termos formais, a liberdade de escolha de trabalho<sup>24</sup>, havia a possibilidade de trabalho obrigatório para os nativos<sup>25</sup>, por exemplo, para fins públicos urgentes, bem como para o caso da limpeza e saneamento das povoações ou bairros indígenas<sup>26</sup>.

Em 3 de agosto de 1959 foi cometida uma violação grosseira e marcante dos direitos fundamentais e da dignidade da pessoa humana em relação ao direito de reunião e de manifestação contra os trabalhadores do porto de Pindjiguiti, em Bissau. Os marinheiros, estivadores e trabalhadores das docas, particularmente aqueles que trabalhavam para a Casa Gouveia, um monopólio comercial intermediário do grupo Companhia União Fabril, organizaram uma greve reivindicando o aumento de salários. “Foram reprimidos violentamente por funcionários coloniais, polícias, militares e alguns civis, repressão esta que viria a resultar em cinquenta mortos e cerca de uma centena de feridos” (ROQUE, 2019, p. 33). Porém, esta não foi a primeira greve dos trabalhadores do porto de Bissau. A 6 de março de 1956 também foi convocada uma greve à qual se seguiram confrontos entre a polícia e os trabalhadores (ROQUE, 2019, p. 33). No entanto, a violência foi contida, apesar de algumas detenções, tendo posteriormente sido libertados por ordem do Governador MELO ALVIM (SILVA, 2006). O caso de Pindjiguiti justificava a luta armada como única estratégia

---

<sup>23</sup> Cfr. Decreto n.º 16 199, de 6 de dezembro de 1928.

<sup>24</sup> Cfr. art.º n.º 33 do Decreto-Lei n.º 39666. Estatuto dos Indígenas Portugueses das províncias de Guiné, Angola e Moçambique.

<sup>25</sup> Cfr. art.º n.º 293 e 301 do Decreto n.º 16 199, de 6 de dezembro de 1928. Código de Trabalho dos Indígenas nas Colónias Portuguesas de África.

<sup>26</sup> Cfr. art.º n.º 294 e n.º 296 do Decreto n.º 16 199, de 6 de dezembro de 1928. Código de Trabalho dos Indígenas nas Colónias Portuguesas de África.

viável em 1961-63, com fundamento baseado na falta de abertura do poder colonial<sup>27</sup> (ROQUE, 2019, p. 33).

Todavia, a luta de libertação nacional vai justamente alicerçar-se nos direitos fundamentais, porque se baseava no direito à autodeterminação dos povos colonizados, na luta pelo restabelecimento da legalidade internacional e dos direitos humanos (AMADO, 2005, p. 120), inscrevia-se no movimento geral de libertação dos povos colonizados, mas visava uma luta para a paz (AMADO, 2005, p. 120). AMÍLCAR CABRAL defendia que a libertação nacional reside no direito inalienável que tem qualquer povo, a libertação do processo de desenvolvimento das forças produtivas nacionais. Constitui não só um ato de cultura, mas também, um fator de resistência à dominação estrangeira, neste sentido, a luta de libertação era uma prova de identidade e de dignidade humana<sup>28</sup>.

O constitucionalismo guineense iniciou-se em 1973 com a proclamação unilateral da independência que marcou, conseqüentemente, o nascimento da República da Guiné-Bissau, após um longo período da luta armada contra o regime colonial português. O país teve a primeira Constituição da República aprovada em 24 de setembro de 1973, nas matas de Madina de Boé situada no leste da Guiné-Bissau, por uma Assembleia Nacional Popular criada precisamente com o objetivo de proclamar unilateralmente a independência. Portugal reconheceu oficialmente a independência da Guiné-Bissau após a revolução de 25 de abril de 1974.

Era uma Constituição relativamente curta, contando apenas com 58 artigos, subdividida em quatro capítulos: dos fundamentos e objetivos do artigo 1.º ao 10.º; dos direitos, liberdades e fundamentais do artigo 11.º ao 22.º; da organização do poder político do artigo 23.º ao 56.º; e a parte final era dedicada à revisão constitucional nos artigos 57.º e 58.º.

A Constituição de 1973 apresentava os seus princípios político-constitucionais, nomeadamente o princípio da primazia do PAIGC e o princípio da democracia nacional

---

<sup>27</sup> Segundo ROQUE, a liberdade nasceu no Pindjiguiti. Após a independência, a memória de Pindjiguiti seria mobilizada como um dos símbolos e fundamentos do estado independente, indissociável do Partido, e, uma vez mais, da necessidade de unidade. A independência é celebrada como uma reposição da justiça que honra os mártires do colonialismo, com enorme destaque para as vítimas do massacre. Os acontecimentos de Pindjiguiti constituíram, por um lado, uma expressão real de uso excessivo da violência contra civis sem possibilidade de defesa, com requintes de teatralização desse excesso, acontecimento este que por um lado serviu de estratégia para a luta de libertação (2019, p. 33).

<sup>28</sup> Conferência pronunciada no primeiro memorial dedicado ao EDUARDO MONDLANE, Universidade de Syracuse, (Estados Unidos de América) – (Programa de Estudos da África de Leste), em 20 de fevereiro de 1970.

revolucionária<sup>29</sup>; o princípio da Unidade Guiné-Cabo Verde definia a forma de Estado e apontava para a sua unificação orgânica; e as Forças Armadas de Libertação Nacional (FARP) eram o braço armado do PAIGC e monopolizavam as funções de defesa nacional e de segurança interna. Apresentava uma forte e visível influência do constitucionalismo soviético e refletiam-se, sobretudo, em dois domínios: “primeiro, no estatuto de PAIGC, definido constitucionalmente como força política dirigente da sociedade e do Estado e estatutariamente organizado segundo o princípio do centralismo democrático” (SILVA, 2010, pp. 185-186).

Na Constituição de 1973 foi afirmada a ideia de revolucionário contra dominação colonial, sustentado por uma necessidade da liberdade nitidamente manifestada, garantindo formalmente uma convivência com base na igualdade, sem qualquer forma de diferenciação de grupo étnico, de género, de origem social, de nível cultural, de profissão, de condição de fortuna, de crença religiosa ou de convicção filosófica. Consagrava entre outras liberdades, a liberdade de expressão do pensamento, de reunião, de associação e de manifestação<sup>30</sup> nas condições previstas na Lei, assim como a liberdade de praticar uma religião. Foi dada uma grande importância aos direitos, liberdades e deveres fundamentais na criação da Constituição de 1973, que ocupava a parte inicial da Constituição. No entanto, isso demonstra claramente que a necessidade de viver livremente se constituiu como um dos fundamentos da luta de libertação.

Ora, após a independência, o país foi marcado pelo regime de partido único, conduzido pelo PAIGC, como sendo uma força única e responsável pela condução da política do país, com a legitimidade constitucional. É um regime que se caracteriza por não consentir a alternância ideológica, o que proporciona facilmente o encaminhamento do Estado para um regime totalitário (FERNANDES, 1995, p.149). Os protagonistas da luta de libertação acreditavam na unidade. Aliás, até o sucesso da própria luta de libertação resultou na unidade entre diferentes frações regionais e étnicas, tendo em conta a configuração social do país.

Após a morte de AMÍLCAR CABRAL, o partido entrou numa série de erros e contradições políticas, o que gerou hostilidade e um comportamento político absolutista (SUCUMA, 2012, p. 135). Entretanto, com a ascensão do PAIGC à administração do país, foram surgindo graves atentados ao princípio democrático e à gestão do interesse público,

---

<sup>29</sup> Cfr. art.º n.º 1 e n.º 4 da Constituição da República da Guiné-Bissau de 1973.

<sup>30</sup> Cfr. art.º n.º 17 da Constituição da República da Guiné-Bissau de 1973.

pois, os princípios democráticos eram constantemente violados a favor de interesses do próprio partido (JAUARÁ, 2005, p. 125), por outro lado, o centro do poder político na Guiné-Bissau estava sem dúvida nas Forças Armadas, sendo que a Constituição nada previa da desvinculação das Forças Armadas com a política.

Todavia, o PAIGC, adotou uma política autoritária repressiva, impedindo o pleno exercício de todos os direitos fundamentais como a liberdade de expressão e imprensa, incorporando as características tiranas de políticos e de chefias militares.

Nesta senda, não se pode falar num verdadeiro exercício de direitos e de liberdade que serviram de fundamento à luta de libertação, apesar de constar formalmente na Constituição. Porém, não existe a liberdade onde o indivíduo não tem opção de escolha, ou seja, o regime de partido único acabou por eliminar materialmente o direito à liberdade no plano interno. Tornámo-nos um país livre da colonização, mas não livre de um regime déspota. A materialização do direito de reunião e de manifestação também era complicada perante a configuração do regime político adotado no período pós-independência. Apesar de a Constituição defender e reconhecer a igualdade de todos os cidadãos perante a lei e de garantir o direito à integridade física e moral<sup>31</sup>, segundo SILVEIRA (1992), o regime de partido único promoveu algumas infrações, particularmente com os possíveis opositores do regime, cometendo violações gravíssimas aos princípios de legalidade, da justiça e dos direitos humanos.

Em 10 de novembro de 1980 foi aprovada uma nova Constituição, mas dois dias depois JOÃO BERNARDO NINO VIEIRA liderou um golpe de estado que viria a separar a unidade existente entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde. A Constituição de 1980 não trouxe nenhuma alteração em matéria de direitos fundamentais e o “regime político continuou a ser de partido único e de maior predomínio e dependência militar” (SILVA, 2003, p. 132). Porém, o centro de poder residia não tanto no PAIGC, mas no seu braço armado, as Forças Armadas Revolucionárias de Povo (SILVA, 2010, p. 196). Foi um período conturbado politicamente, em que se descobriram várias tentativas de golpe de estado que foram violentamente reprimidas, prolongando-se até 1984 (NÓBREGA, 2003, pp. 231-232).

Em 1984 nasce uma nova Constituição, que comporta alterações em matéria da organização do poder político, designadamente, adoção do preâmbulo o papel do Movimento Reajustador de 14 de novembro; eliminação de todas as referências à unidade Guiné-Cabo

---

<sup>31</sup> Cfr. art.º n.º 1, n.º 13 e n.º 18 da Constituição da República da Guiné-Bissau de 1973.

Verde; adoção do presidencialismo através da eliminação do cargo de Primeiro-Ministro, dando assim mais poderes ao Presidente do Conselho de Estado; (apesar da continuação do regime do partido único), mas nenhuma novidade em matéria de direitos fundamentais.

A democratização em África foi fortemente influenciada pelo colapso da União Soviética em 1989. Os Estados Unidos da América alargaram a sua influência nos anos seguintes aos antigos aliados da potência derrotada como forma de consolidar o seu poder e o seu modelo capitalista a nível global (HUNTINGTON, 1994). A Guiné-Bissau não escapou a este movimento e a instabilidade económica no país levou a que o Estado necessitasse de apoio da comunidade internacional, com papel de liderança dos EUA, e foram implementados pacotes de medidas, recomendações e pareceres que deixaram terreno fértil para a legitimação dos ideais ocidentais (MENDES, 2010, p. 79). Foi com estas condicionantes que a democracia foi implementada na década 90. O regime autoritário mostrou-se numa certa altura incompatível com uma noção de liberdade e de inalienabilidade dos direitos e respeito pelo homem enquanto centro e ator principal de todas as ações sociais e políticas (MONTEIRO, 2016, p. 156).

A democratização na Guiné-Bissau foi implementada paulatinamente em diferentes fases, a revisão constitucional de 1991 revelou-se um grande passo na viragem para a democracia, incidindo essencialmente nas seguintes matérias: adoção de uma terminologia neutra no preâmbulo; instituição de multipartidarismo em consequência da eliminação do PAIGC como partido Estado; adoção do princípio da democracia representativa e de Estado de direito; enunciação de novos direitos fundamentais, particularmente a liberdade de imprensa, a liberdade sindical e o direito à greve (SILVA, 2010, p.204).

A Lei constitucional n.º 1/93, de 26 de fevereiro, introduziu profundas alterações na Constituição, sobretudo quanto aos direitos fundamentais e à organização do poder político, transformando radicalmente o sistema de governo e o regime político, bem como a despartidarização das Forças Armadas (SILVA, 2010, p. 7). Com a revisão constitucional de 1993, os direitos de reunião e de manifestação sofreram renumeração e alteração na redação, sem, no entanto, alterar o conteúdo. Na Constituição de 1973 constava no artigo 17.º cuja redação era “a liberdade de expressão do pensamento, de reunião, de associação e de manifestação é garantida nas condições previstas na Lei, assim como a liberdade de praticar uma religião”. Com a Constituição de 1984 sofreu renumeração, sem a alteração na redação, passando a constar no artigo 44.º. Com a revisão constitucional introduzida através da aprovação da LC 1/93, permitiu uma renumeração, passou a constar no artigo 54.º, tendo

assim a seguinte redação, “Os cidadãos têm o direito de se reunir pacificamente em lugares abertos ao público, nos termos da lei<sup>32</sup>. Também, a todos os cidadãos é reconhecido o direito de se manifestar, nos termos da lei<sup>33</sup>”. A revisão constitucional operada pela Lei n.º 1/93 foi importante, as instituições do Estado começaram a tornar mais forte e estável, permitindo a instalação de um regime democrático moderno.

A implementação da democracia na Guiné-Bissau permitiu a consolidação material dos direitos fundamentais, permitindo assim aos cidadãos um livre exercício da liberdade. O Estado passou a assumir um papel de garante e proporcionador do exercício dos direitos fundamentais.

A Constituição, ao reconhecer e garantir a liberdade de reunião e de manifestação, nada mais faz que reconhecer um dos elementos básicos de qualquer sociedade livre e democrática. Desde a primeira Constituição, o legislador constitucional remeteu o exercício de direito de reunião e de manifestação para a lei ordinária. No entanto, a lei que regula o exercício de direito de reunião e de manifestação só foi criada em 1992, onde passou a ser regulado pela lei n.º 3/92 de 6 de abril. Este vazio temporal mostra claramente que no período pós-independência o país não estava preparando para garantir um livre exercício do direito de reunião e de manifestação. Apesar da sua consagração na Constituição, carecia de uma lei ordinária que regulamentasse o seu exercício. Por outro lado, a ausência desta pode gerar claramente arbitrariedade da autoridade pública, na medida em que tem um vasto campo de discricionariedade em limitar o exercício de direito de reunião e de manifestação.

Nas realidades democráticas, a ausência desta lei dificultaria atuação da polícia nesta matéria, no sentido de ponderar a restrição ou não do exercício da liberdade de manifestação. Com tudo, tendo em conta o contexto político na altura, a polícia acaba por ser um braço coercivo ao serviço do regime do partido único.

O exercício do direito de reunião e de manifestação atual revela algumas disfunções, uma vez que se verifica um número elevado de manifestantes vítimas de uma forte repressão policial. Esta atitude pode ser explicada por uma eventual influência de duas heranças negativas da atual classe política, nomeadamente: pela herança da política repressiva colonial e de partido único no estado pós-colonial (CARDOSO, 2017, p. 20).

---

<sup>32</sup> Cfr. n.º 1 do art.º n.º 54 da Constituição da República da Guiné-Bissau de 1993.

<sup>33</sup> Cfr. n.º 2 do artigo n.º 54 da Constituição da República da Guiné-Bissau de 1993.

A nível formal, desde a implementação da República, o Estado sempre se preocupou com a consagração dos direitos fundamentais, o direito de reunião e de manifestação foi desde sempre garantido constitucionalmente.

### **2.2. O contexto jurídico-constitucional nos países africanos de língua oficial portuguesa**

No período pós-Segunda Guerra Mundial, os movimentos de libertação nacional passaram a estar presentes na maioria dos países africanos, assistindo-se em paralelo a uma proliferação de partidos políticos como forma de mobilização das massas (SANCHES, 2010, pp. 116-117). As cinco colónias portuguesas em África não foram exceção e os movimentos anticoloniais começaram a organizar-se sob a forma de partidos políticos para negociar a transferência de poder da metrópole para a elite política nacional. Como refere AMÍLCAR CABRAL, a par do reforço do campo socialista, uma outra característica essencial deste período era que os povos dependentes despertaram para a luta de libertação e assim se iniciou a fase final de liquidação do imperialismo (CABRAL, 1974, p. 12).

Em Angola emergem três movimentos anticoloniais: a Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA) em 1954, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) em 1956 e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) em 1966 (BIRMINGHAM, 2002). A República de Angola desencadeou uma luta armada<sup>34</sup> para independência contra o colonialismo do regime imperialista português, mas a independência de Angola, por outro lado, deve-se decisivamente ao golpe de estado do Movimento das Forças Armadas<sup>35</sup> (MFA) e posterior retirada das tropas portuguesas que culminou com a independência do país.

A primeira manifestação do poder constituinte jurídico-constitucional e político angolano, deu-se com a Lei Constitucional de Angola (LCA) na sequência da proclamação da Independência a 11 de novembro de 1975. A Lei Constitucional Angolana de 1975

---

<sup>34</sup> Angola travou uma luta armada para independência durante 13 anos (1961-1974), onde apenas três movimentos foram destacados: a Frente Nacional de Libertação de Angola, o Movimento Popular de Libertação de Angola e, mais tarde, a União Nacional para independência Total de Angola. Segundo SILVA, foram esses movimentos que lutaram contra o colonialismo português, porém, todos tinham como objetivo, a libertação de Angola, existiam divergências entre eles, as quais, depois da proclamação da independência, levariam à em guerra civil que durou vinte e seis anos (2018, p. 2).

<sup>35</sup> O Movimento das Forças Armadas foi o movimento militar responsável pela revolução de 25 de Abril de 1974 em Portugal.



consagrava a Angola como um Estado soberano, independente e democrático, cujo primeiro objetivo é a total libertação do povo angolano dos vestígios do colonialismo e da dominação e agressão do imperialismo e a construção dum país próspero e democrático, completamente livre de qualquer forma de exploração do homem pelo homem, materializando as inspirações das massas populares. Todavia, a LCA de 1975 dedicava os artigos 17.º a 30.º para a matéria dos direitos fundamentais. Previa que o Estado respeitasse e protegesse a pessoa e dignidade humana, através da Lei, garantindo a proteção à vida, à liberdade e a integridade pessoal<sup>36</sup>, bem como princípio da igualdade entre todos os cidadãos. Consagra também a liberdade de expressão, reunião e associação<sup>37</sup>. Não está expressamente previsto a liberdade de manifestação.

Apesar de terem sido consagrados formalmente alguns direitos fundamentais, mas, segundo RIBEIRO (2010, p. 16), a LCA de 75 não era mais do que uma mera constituição semântica ao nível dos direitos fundamentais, materialmente, não havia garantia dos direitos fundamentais. Angola na altura vivia sob um “regime socialista assente nas concepções marxista-leninista e na ditadura do partido único no plano jurídico-político, o MPLA, uma concepção partido-Estado-nação – isto é, a inexistência de pluralismo político e de ideias” (RIBEIRO, 2010, p. 16). Aliás, como afirma a própria LCA, o MPLA é legítimo representante do povo e cabia-lhe a direção política, económica e social da Nação<sup>38</sup>. No entanto, não existia verdadeiramente uma garantia material da liberdade de exercício de direito de reunião, tendo em conta que o MPLA, ou seja, o Estado angolano na altura pouco admitia contestação da política que está a ser levado ao cabo pelo Estado. Não existia pluralismo político. Eram direitos fundamentais que estavam previstos, mas, ao mesmo tempo estavam indisponíveis no seu exercício.

A passagem à democracia foi importante na consolidação de direitos fundamentais. Para DELLA PORTA (2003, p. 79), uma transição para a democracia inicia-se frequentemente com processo de liberalização, que suporta um enfraquecimento da censura, um aumento dos espaços de expressão por alguns grupos de interesse e uma oposição política, introdução de algumas garantias legais para os indivíduos.

As sucessivas revisões constitucionais pouco têm alterado a parte dedicada aos direitos fundamentais, com exceção da Lei n.º 23/91 que marca o início da transição

---

<sup>36</sup> Cfr. art.º n.º 17 da Lei Constitucional Angola de 1975.

<sup>37</sup> Cfr. art.º n.º 22 da Lei Constitucional Angola de 1975.

<sup>38</sup> Cfr. art.º n.º 3 da Lei Constitucional Angola de 1975.



constitucional relativamente ao texto constitucional de 1975, com a consagração, pelo menos no plano formal, do Estado de direito democrático (RIBEIRO, 2010, p. 16), a afirmação da dignidade da pessoa humana, o reconhecimento do pluralismo de expressão e de organização política, bem como o respeito e garantia dos direitos e liberdades fundamentais do Homem. Já a Constituição de 1992, veio implementar a democracia multipartidária, a ampliação do reconhecimento de garantias dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos<sup>39</sup>. A Constituição angolana de 2010, em vigor, permitiu um alargamento dos direitos fundamentais. Está consagrada de uma forma expressa, a liberdade de expressão e de informação<sup>40</sup>, bem como o direito de reunião e de manifestação<sup>41</sup> e a liberdade de associação<sup>42</sup>.

Segundo RIBEIRO (2010, p. 17) “no âmbito dos direitos fundamentais, a escassa consagração de direitos, liberdades e garantias, assim como a notada ausência de um regime específico de garantia destes direitos em nada favorecem o entendimento de que Angola era um Estado democrático de direito”. O direito de reunião foi garantido formalmente desde a primeira Constituição, já o direito de manifestação só foi consagrado constitucionalmente em 2010.

A independência de Cabo Verde está estritamente ligada com a independência da Guiné-Bissau, ambos os países tiveram um único movimento libertador, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), cujo objetivo era libertar os dois países do colonialismo português.

A República de Cabo Verde teve em 1975, após a independência, a Lei de Organização Política do Estado (LOPE), não sendo uma Lei constitucional propriamente dita, tinha como objetivo assegurar a organização do poder político e do Estado em geral, até à aprovação de uma Constituição definitiva. Essa situação levou a que se apelidasse esta lei como pré-Constituição ou de uma Lei Para-Constitucional (SEMEDO, 2019, p. 50). A referida lei não tratava de qualquer matéria relacionado com direitos fundamentais, tratava apenas da organização da política do Estado.

Todavia, a primeira Constituição cabo-verdiana surge em 1980, mas nunca vigorou em Cabo Verde por causa do golpe de estado na Guiné-Bissau, devido à união dos dois

---

<sup>39</sup> Cfr. art.º n.º 4 da Constituição da República de Angola de 1992.

<sup>40</sup> Cfr. art.º n.º 40 da Constituição da República de Angola de 2010.

<sup>41</sup> Cfr. art.º n.º 47 da Constituição da República de Angola de 2010.

<sup>42</sup> Cfr. art.º n.º 48 da Constituição da República de Angola de 2010.

países que foi precisamente rompido com tal golpe. Esta foi a primeira Constituição de Cabo Verde em sentido formal. Consagrava a República de Cabo Verde como soberana, democrática, laica, unitária, anticolonialista e anti-imperialista<sup>43</sup>. Defendia ainda que Cabo Verde era um Estado de democracia nacional revolucionária, fundado na unidade nacional e na efetiva participação popular, orientando-se para a construção de uma sociedade liberta da exploração do homem pelo homem<sup>44</sup>. No referido texto constitucional foi consagrado a liberdade de expressão do pensamento, de reunião, de associação, de manifestação assim como a liberdade de ter religião, nas condições previstas na lei<sup>45</sup>.

Não obstante, impunham-se grandes desafios no que diz respeito à liberdade e à igualdade, visto que o regime de partido único violava constantemente o direito de liberdade de participação política; o Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV) era consagrado como a única força dirigente da sociedade civil e do Estado (MONTEIRO, 2016, p. 155). Sendo um regime de partido único, não permitia uma efetivação própria dos princípios de um Estado de direito democrático, um livre exercício dos direitos fundamentais no sentido de ter a opinião contrário à política do Estado que está a ser levado ao cabo pelo partido único.

A primeira alteração foi operada pela Lei n.º 2/81 de 14 fevereiro de 1981<sup>46</sup> e em nada afetou matérias de direitos fundamentais.

Normalmente uma das condições para a transição democrática é a marcação de eleições livres e multipartidarismo. Por vezes não é suficiente para considerar uma transição completa, até porque “não se pode considerar a democracia como estando plenamente estabelecida até que os representantes eleitos criem ou restaurem as regras constitucionais básicas e se definam as funções dos diferentes órgãos do governo” (LINZ, 2015, p. 123)

A abertura política de 1991 e a instauração da segunda República permitiram o alargamento dos direitos humanos em Cabo Verde, tanto no âmbito jurídico-constitucional, como no âmbito político-institucional. A consolidação dos direitos fundamentais em Cabo Verde foi mais notável devido à própria avigoramento da democracia. É um país que não

---

<sup>43</sup> Cfr. art.º n.º 1 da Constituição da República de Cabo Verde de 1980.

<sup>44</sup> Cfr. art.º n.º 3 da Constituição da República de Cabo Verde de 1980.

<sup>45</sup> Cfr. art.º n.º 47 da Constituição da República de Cabo Verde de 1980.

<sup>46</sup> Segundo SEMEDO, a revisão acontecera na sequência do golpe militar na Guiné-Bissau, e o objetivo da revisão passava por adaptar a Constituição à realidade política que se vivia, tendo em conta as implicações do golpe militar no projeto de Unidade entre os dois países. O processo de revisão incidiu-se, desde logo, sobre o preâmbulo bem como sobre os preceitos, devendo entender-se que referências ao PAIGC eram feitas ao PAICV, enquanto partido sucessor daquele (2019, p. 53).

teve diretamente a luta de libertação, não sofreu diretamente o efeito pós-guerra. Cabo Verde tornou-se o primeiro país africano a realizar eleições livres, em 13 de janeiro de 1991 (SEIBERT, 2016, p. 997). A estratégia foi apostar numa forte cooperação para o desenvolvimento através da promoção dos direitos humanos, com o objetivo de garantir as liberdades fundamentais da pessoa humana sem distinção de raça, sexo, língua ou religião (RIBEIRO, 2011, p. 33).

A República de Moçambique foi proclamada independente em 25 de junho de 1975, após um longo período da luta de libertação (1964-1975), desencadeada pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) contra o domínio colonial e o imperialismo português. Com efeito, nasce nesse ano a primeira Constituição da República de Moçambique (CRM).

A Constituição da República de Moçambique de 1975 consagrava Moçambique como um Estado democrático no qual o poder pertencia ao povo, com direção política da FRELIMO<sup>47</sup>. Estavam consagrados os direitos fundamentais formalmente, como por exemplo, a liberdade de opinião, de reunião e associação<sup>48</sup>. Apesar de constar formalmente na constituição a liberdade de reunião não se exercia livremente devido à natureza do regime político instalado após a independência, que não garantia a separação do poder. Toda a política do Estado era desenhada pelo partido libertador FRELIMO, não havendo multipartidarismo, razão pela qual não era um Estado de direito democrático.

Em Moçambique, muito tem sido feito para garantir a proteção dos Direitos Fundamentais, o primeiro esforço foi dado com a primeira grande revisão constitucional de 1990 (UCAMA, 2017, p. 50). A Constituição de 1990 introduziu o Estado de direito democrático, alicerçado na separação e interdependência dos poderes e no pluralismo político, contribuindo de forma decisiva para a instauração de um clima democrático que levou o país à realização das primeiras eleições multipartidárias em 1990<sup>49</sup>. Por outro lado, permitiu uma consagração efetiva dos principais direitos fundamentais.

Na Constituição 1990 foi consagrado a liberdade de expressão<sup>50</sup>, o direito à liberdade de reunião e de manifestação<sup>51</sup>, bem como a liberdade de associação<sup>52</sup>. É de salientar que, à

---

<sup>47</sup> Cfr. art.º n.º 2 da Constituição da República de Moçambique de 1975.

<sup>48</sup> Cfr. art.º n.º 27 da Constituição da República de Moçambique de 1975.

<sup>49</sup> Cfr. Preâmbulo da Constituição da República de Moçambique de 1990.

<sup>50</sup> Cfr. art.º n.º 48 da Constituição da República de Moçambique de 1990.

<sup>51</sup> Cfr. art.º n.º 51 da Constituição da República de Moçambique de 1990.

<sup>52</sup> Cfr. art.º n.º 52 da Constituição da República de Moçambique de 1990.

liberdade de manifestação não constava na Constituição de 1975, surge apenas na Constituição de 1990, consagrado juntamente com direito de reunião no mesmo artigo.

Portanto, a CRM de 1990 foi importante na passagem para um Estado de direito democrático; “foi possível notar uma rutura ao anterior regime, de cariz socialista, com uma política de gestão da coisa pública totalmente concentrada numa única pessoa que centralizava todos os poderes” (UCAMA, 2017, p. 50). Nela se abarcam os princípios que norteiam um Estado de direito democrático, o Estado passou proporcionar o livre exercício e a garantia dos direitos fundamentais.

São Tomé tal como outros PALOP, teve a primeira Constituição da República em 1975, após a independência do regime colonial português. Nesta Constituição, o direito fundamental ocupava poucos artigos, desde o artigo 7.º ao artigo 18.º.

A Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe (CRDST) de 1975, também consagrava formalmente São Tomé como um Estado democrático<sup>53</sup>. Estava plasmada a liberdade de expressão de pensamento, de reunião, de associação e de manifestação, assim como a liberdade de professar uma religião<sup>54</sup>. Todavia, os direitos dos cidadãos estavam limitados pelo Estado, devido a natureza do regime na altura; não era um Estado de direito democrático. segundo NASCIMENTO, (2017) o regime implantado no período pós-independência “[...] traria a aniquilação das liberdades individuais [...]”, uma vez que a posição do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) foi de atrocidade e arbitrariedade. Por exemplo, o regime não permitia a liberdade de expressão, as pessoas não podiam falar nada contrário do regime instalado, eram afastadas ou presas obrigando assim que muitas pessoas fugissem do país.

Na Constituição de 1990 e na revisão constitucional de 2003, os direitos fundamentais surgem como uma rutura com o estado de partido único, incorporando os princípios orientadores de um Estado de direito democrático. A nova Constituição pluralista fez assentar os direitos fundamentais em valores bem mais ricos, onde se destacam a liberdade individual e a participação democrática (BAÍA, 2013). As conceções e os antecedentes da luta contra o imperialismo colonial e *a posteriori* a luta contra o autoritarismo de partido único, determinaram e influenciaram o processo de constitucionalização dos direitos fundamentais (BAÍA, 2013). Apesar de São Tomé e

---

<sup>53</sup> Cfr. art.º n.º 1 da Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe de 1975.

<sup>54</sup> Cfr. art.º n.º 13 da Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe de 1975.

Príncipe ter inicializado primeiro o processo de democratização, este desenvolveu-se num ritmo lento.

Com a revisão constitucional de 1990 são garantidos a todos os cidadãos, entre vários direitos, o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio<sup>55</sup> e o direito de reunir pacificamente e sem armas (reconhecendo-se, no mesmo artigo, o direito de manifestação, nos termos da lei<sup>56</sup>). O processo de transição democrática permitiu, assim, a legalização de novos partidos políticos, direitos de associação e reformas constitucionais (BARBOSA, 2020, p. 28). Com a alteração constitucional de 1990, podemos considerar que o Estado passou a ser formal e materialmente um verdadeiro regime democrático, um garante e proporcionador da liberdade dos cidadãos.

Tanto Angola e Moçambique, como São Tomé e Príncipe, nas suas primeiras constituições expressam uma postura protetora de Estado contra a dominação externa, sem, no entanto, garantirem a nível interno os direitos fundamentais com base na dignidade humana. As constituições afirmavam que eram Estados anti-imperialistas e anti dominação colonial. Cabo Verde tem uma experiência diferente, só teve a primeira Constituição em 1980 e isso permitiu que refletisse mais a realidade da democratização que já estava a decorrer.

A consolidação dos direitos fundamentais nos PALOP foi coincidente com a onda da democratização do século XX, e o regime de partido único foi adotado pela maioria das nações que se tornaram independentes. Os nacionalistas da época acreditavam que o melhor para suas terras era o regime de partido único (MATOS, 2018, p. 22). Porém, o regime de partido único nos PALOP não permitiu o pleno exercício de todos os direitos fundamentais, prejudicando os cidadãos enquanto centro e atores principais de todas as ações sociais e políticas (MONTEIRO, 2016, p. 156). A questão da democratização dos regimes que se verificou nos anos 90 no continente africano foi importante para a consolidação dos direitos fundamentais nos PALOP. Com dizia SCHMITTER e KARL, (1991) um regime democrático moderno é aquele que garante aos cidadãos os seus direitos constitucionalmente reconhecidos e no qual existe competição entre os atores para governar. Portanto, não existe

---

<sup>55</sup> *Cfr.* art.º n.º 29 da Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe de 2003.

<sup>56</sup> *Cfr.* art.º n.º 34 da Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe de 2003.

democracia sem pluripartidarismo e sem a possibilidade da participação dos cidadãos na formação da vontade política.

É de salientar que a constituição angolana e cabo-verdiana consagraram expressamente que o exercício de direito de reunião não careça de autorização e tenha de ser pacífico e sem armas. Ao passo que as Constituições moçambicana e santomense, tal como a guineense, apenas garantem o direito de reunir e de manifestar nos termos da lei, sem, no entanto, referir eventual necessidade de autorização e esta referência pode facilitar a que a lei ordinária seja redutora da liberdade de reunir e de se manifestar.

### **2.3. Limites ao direito de reunião e de manifestação**

O direito de reunião e manifestação são direitos fundamental importante nas sociedades democráticas, mas não são direitos absolutos ou ilimitados, estão sujeitos a restrições; como sustenta NOGUEIRA (2015, p. 1314), é acordado no direito constitucional contemporâneo que nenhum direito fundamental é absoluto ou ilimitado. Os direitos humanos fundamentais não podem ser utilizados como um escudo protetivo da prática de atividades ilícitas, conflito entre dois ou mais direitos ou garantias fundamentais, deve ser aplicado o princípio da concordância prática ou da harmonização, de forma a coordenar e combinar os bens jurídicos em conflito (MORAES, 2007, p. 27). Por outro lado, pode ser conveniente adotar restrições, para melhor conciliar direitos e bens em colisões, ou seja, os direitos conflituantes. A restrição neste sentido, implica qualquer forma de condicionamento.

A liberdade juridicamente reconhecida a cada um é, no momento originário da sua consagração constitucional, uma liberdade já intrinsecamente limitada ou comprimida pela necessidade da sua compatibilização ou convivência com outros valores (LIMA, 2007). Os direitos fundamentais somente podem ser restringidos ou limitados legitimamente por expressa disposição constitucional, ou por norma legal promulgada com fundamento na Constituição, ou, ainda, por força de colisão entre direitos fundamentais (NOGUEIRA, 2015, p. 1314), o exercício de direito de manifestação nos lugares público ou aberto ao público, pode ir de encontro com outros direitos fundamentais de terceiros, nomeadamente, o direito à segurança, ou à paz pública, o direito de circulação da via pública sem grande congestionamento, ou seja, direito à deslocação.

Neste sentido, pode aceitar-se a existência de limitações quando o exercício deste direito colida com os direitos das pessoas singulares e coletivas, com a lei, com a ordem e a tranquilidade públicas e com a ofensa à honra e a consideração devida aos órgãos de soberania e as forças armadas (OLIVEIRA, 2015, p. 255). Toda a medida normativa que torna impossível em qualquer circunstância a invocação de um direito fundamental ou dificulte de modo efetivo o seu gozo ou exercício constitui uma restrição (BAPTISTA, 2006, p. 168). Com efeito, a lei guineense relativa à reunião e manifestação, que é a Lei 3/92 de 6 de abril, prevê o direito de reunir e manifestar pacificamente em lugares públicos, abertos ao público e particulares independentemente de autorização para fins não contrários a lei, à moral, aos direitos das pessoas singulares ou coletivas e à ordem e tranquilidade públicas. Não obstante, a lei também comporta algumas limitações e restrições de exercício de direito de reunião e de manifestação. Aos elementos das forças armadas e das forças de segurança é restringida a possibilidade de tomar parte em reuniões de natureza política e em qualquer tipo de manifestação<sup>57</sup>. Esta proibição também está prevista na Constituição, quando é indicado que elementos das forças armadas no ativo não podem tomar parte em qualquer reunião de natureza política<sup>58</sup>. O mesmo também se aplica às forças de segurança, cujos elementos devem ser apartidárias e não podem exercer qualquer atividade política<sup>59</sup>. O princípio do apartidarismo estabelece aos militares e agentes militarizados restrições aos direitos de associação partidária, de manifestação, de reunião e de expressão.

O dever de aviso prévio constitui uma limitação do exercício do direito de reunião e de manifestação. Para o exercício deste direito em lugares públicos ou abertos ao público é necessário avisar, com a antecedência mínima de quatro dias úteis no Ministério do Interior e no caso do local da aglomeração se situar nas regiões, o Comando da POP<sup>60</sup>. O aviso deverá ser assinado por quatro dos promotores, devidamente identificados pelo nome, profissão, morada ou tratando-se de pessoas coletivas, pelos respetivos órgãos de direção. Ainda no aviso devem indicar a hora, local, o objeto da reunião e, quando se trata de manifestação, a indicação do trajeto a seguir<sup>61</sup>. Por um notório lapso, o preceito não impõe explicitamente a

---

<sup>57</sup> Cfr. art.º n.º 1 da Lei n.º 3/92 de 6 de abril.

<sup>58</sup> Cfr. n.º 4 do art.º n.º 20 da Constituição da República da Guiné-Bissau de 1991.

<sup>59</sup> Cfr. n.º 4 do art.º 21 da Constituição da República da Guiné-Bissau de 1993.

<sup>60</sup> Cfr. art.º n.º 6 da Lei n.º 3/92 de 6 de abril.

<sup>61</sup> Nos termos da Lei n.º 3/92 de 6 de abril, com a receção do aviso prévio, às autoridades competentes podem impedir a realização de reunião ou manifestação, se intenderam que os fins ou objeto da manifestação, são contrários à Lei, moral, à tranquilidade pública ou os direitos das pessoas singulares ou coletivas, ou sejam, as ditas manifestações ilícitas. As autoridades devem fundamentar a sua decisão, no caso da eventual proibição da realização de reunião ou manifestação, e notificar os promotores no prazo de 48 horas a contar da receção



indicação do dia, contudo, deve considerar-se incluída na exigência da comunicação da hora (CORREIA, 2006, p. 68). O legislador admite a necessidade de um aviso prévio para a manifestação, visto que a perigosidade específica que acarreta, para os outros e para os próprios executores do direito, impõe um procedimento administrativo de acompanhamento policial (CORREIA, 2006, p. 69). O dever de aviso prévio visa garantir a realização pacífica da reunião ou manifestação e, consequentemente, minimizar os danos que possa carregar para terceiros e para o público em geral. Assim, “o dever de aviso prévio às autoridades limita a liberdade de reunião e manifestação de uma forma que a doutrina e jurisprudência consideram justamente não significativa” (SOUZA, 2009, p. 91). Esta imposição do aviso prévio parece em si mesma proporcionada à dos fatores que devem ser levados à ponderação e, desde logo, a proteção da e integridade física dos próprios manifestantes. No entanto, o dever ou ônus de aviso prévio representa para interessado uma menor restrição a sua autonomia (CORREIA, 2006, p. 68), tendo em conta que, concluído o período de dilação, pode agir sem ter de esperar pelo ato administrativo permissivo.

Há doutrina que considera ilegal a falta de aviso prévio de uma reunião ou manifestação, implicando consequentemente a intervenção policial para a dissolução do ajuntamento de pessoas<sup>62</sup>. No entanto, para diferentes autores, a ilicitude constitui-se como “uma solução que é manifestamente excessiva face aos princípios de Estado de direito democrático” (SOUZA, 2009, p. 98; CORREIA, 2006, p. 71), se a “reunião ou manifestação estiver a decorrer pacificamente e dada a razão de ser da comunicação prévia, a intervenção da polícia será ilegítima” (CANOTILHO e MOREIRA, 1993, p. 254). Portanto, o dever de aviso prévio trata-se de um mero requisito de ordem procedimental, não se justifica que a sua ausência coloque os cidadãos fora do âmbito da proteção da liberdade fundamental de se manifestarem.

No Estado de direito democrático, “só a perigosidade direta para a ordem e segurança públicas poderá ser fundamento de dissolução de reunião ou manifestação em lugar público ou aberto ao público” (SOUZA, 2009, p. 98). Uma manifestação não deve ser objeto de uma ordem de interrupção só por motivos da falta de aviso prévio. Independentemente das circunstâncias, os manifestantes pacíficos encontram-se no exercício de um direito fundamental. Acresce que a Constituição não exige aviso prévio, mas sim a lei ordinária.

---

da comunicação. Se não se proceder à notificação da decisão que impeça a realização no prazo de 48 horas, entende-se que não são levantadas quaisquer objeções (artigo 8).

<sup>62</sup> Relativamente a este assunto, o Parecer da Procuradoria-Geral da República n.º 40/1989, de 7.12.1989, defende que a falta do aviso prévio torna a reunião ilegal, sendo, por isso, legítima a intervenção policial.



Seria assim inconstitucional dissolver uma reunião, ou impedir uma manifestação pacífica por falta do aviso prévio.

O poder administrativo de interrupção nunca se baseará na ausência de aviso prévio, mas numa prognose de risco para com direitos fundamentais e outros valores com dignidade constitucional, assente em critérios adequados de acordo com princípio da proporcionalidade (CORREIA, 2006, p. 72). Podemos concluir que uma reunião ou manifestação não podem ser interrompidas pelo facto de não ter sido apresentado um aviso prévio. Desde que esteja a decorrer com total passividade, encontra-se protegida constitucionalmente, independentemente do conteúdo, das ideias, que poderão ser de cariz religioso, desportivo, político, científico ou cultural.

Uma outra restrição é de natureza espacial<sup>63</sup>. Em razão da segurança, pode ser proibida a realização de reunião ou manifestação em lugares públicos situados a menos de 100 metros das sedes dos órgãos da soberania, dos estabelecimentos hospitalares, escolares, mercados. Esta formulação garante que aquelas infraestruturas manterão o seu funcionamento sem risco e perturbação (SOUZA, 2009, p. 124). Como resulta desta lei, não se trata de uma imposição, cabendo à entidade recetora do aviso prévio apreciar e fazer análises de segurança necessárias sobre se tal espaço de proteção é necessário e, se conveniente, depois de ouvir a entidade afetada. No caso da manifestação solitária (de um só indivíduo) não parece justificável, bem como nas situações em que a reunião seja convocada para um local a menos de 100 metros de uma das instalações atrás referidas, mas que não tenha por objeto manifestar-se contra o órgão de que este é sede (BAPTISTA, 2006, p. 221).

Já para acampamentos e instalações das Forças militares e militarizadas, dos estabelecimentos prisionais, das representações diplomáticas ou consulares e das sedes dos partidos políticos, é expressamente proibida a realização de reunião ou de manifestação. Entretanto, esta ordem de distanciamento relativamente a instalações especialmente protegidas, reserva de zonas de proteção, insere-se na esfera das medidas de polícia, no sentido restritivo de medidas de segurança administrativa que visam, claramente, fins de segurança interna (LIMA, 2007), pois, a limitação ou restrição do âmbito espacial do direito de reunião e de manifestação, é necessária com vista a salvaguardar vários direitos fundamentais ou outros bens constitucionais. Nas imediações das representações

---

<sup>63</sup> Cfr. n.º 2 do artigo n.º 4 da Lei n.º 3/92 de 6 de abril.

# REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO

## A INTERVENÇÃO DA POLÍCIA NA MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA NA GUINÉ-BISSAU

---

diplomáticas ou consulares é da responsabilidade do Estado, resultante da Convenção de Viena Relativa as Relações Diplomáticas<sup>64</sup>, garantir a segurança, impedindo qualquer perturbação que possa pôr em causa o normal funcionamento.

Relativamente à limitação temporal, cumpre indicar que nos dias úteis, as reuniões e manifestações nos lugares públicos ou abertos ao público que estejam num recinto aberto, não se pode prolongar para além das vinte e duas horas (22h00). Só se podem prolongar para além deste horário no caso em que esteja a decorrer num recinto fechado, como salas de espetáculos, em edifícios sem moradores ou com moradores que, obriga necessariamente a que os promotores tenham conscientemente escrito da parte dos moradores. Já os cortejos e os desfiles, nos dias úteis só poderão ter lugar depois das dezanove horas (19 horas). Aos sábados, domingos e feriados depois das treze horas (13 horas)<sup>65</sup>.

Estas condições visam proteger o direito à saúde no que diz respeito à condição de repouso do cidadão a partir das 22h00, que é uma das tarefas do Estado<sup>66</sup>, bem como de afetar o menos possível a circulação do trânsito nos dias úteis. Aos sábados, domingo e feriados, como são, geralmente, dias de repouso, permite-se a realização dos desfiles e cortejos só a partir das 13h00 – curiosamente, este tipo de ajuntamento até condiciona mais a via pública. Porém, são permitidas exceções, desde que devidamente fundamentadas. É frequente verificar-se o incumprimento do horário dos cortejos e desfiles. Por exemplo, no ano 2015 acontecia semanalmente uma marcha desportiva que ocupava uma facha da via, no período compreendido das sete (07h00) às oito (08h00).

Uma das exigências para que seja garantida a proteção constitucional de uma reunião ou manifestação é o seu carácter pacífico e sem arma<sup>67</sup>. A lei proíbe expressamente a porte de armas brancas e de fogo em reuniões ou manifestações públicas<sup>68</sup>, mas foi insuficiente em determinar as armas proibidas numa reunião, pois existe um conjunto de armas que pode pôr em causa o carácter pacífico de uma reunião, nomeadamente, armas de arremesso (por exemplo, pedras, garrafas...). Entendemos a existência de uma lacuna que pode criar interpretações erróneas ou alargar a margem de objetos que se podem transportar para uma reunião ou manifestação.

---

<sup>64</sup> Cfr. n.º 2 do art.º n.º 22 da Convenção sobre Relações Diplomáticas, celebrada em Viena em 18 de abril de 1961.

<sup>65</sup> Cfr. art.º n.º 5 da Lei n.º 3/92 de 6 de abril.

<sup>66</sup> Cfr. art.º n.º 15 da Constituição da República da Guiné-Bissau de 1984; n.º 1 do art.º n.º 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos; art.º n.º 16 da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos.

<sup>67</sup> Cfr. n.º 1 do art.º n.º 54 da Constituição da República da Guiné-Bissau de 1984.

<sup>68</sup> Cfr. art.º n.º 14 da Lei n.º 3/92 de 6 de abril.

Aos participantes de uma reunião ou manifestação pacífica não deve ser permitido o uso de armas de proteção, porque pode aumentar a probabilidade de prática de atos de violência. Os participantes que tenham este tipo de armas gozam de uma maior capacidade de escalada da violência e a eficácia da ação policial fica substancialmente reduzida (SOUSA, 2009, p. 133). É necessária uma proibição legal do uso das armas tanto ofensivas como defensivas para prevenir e evitar a impotência na aplicação das medidas policiais, caso sejam necessárias.

A proibição de porte de armas brancas e de fogo em reuniões ou manifestações públicas é dirigida quer aos participantes quer aos promotores da reunião. Todos aqueles que participam numa reunião ou manifestação devem adotar uma conduta positiva, de modo a evitar perturbações graves que, eventualmente, possam pôr em causa o carácter pacífico da reunião ou manifestação. SOUSA (2009, p. 42) ainda considera que esta proibição não se limita apenas aos participantes na reunião ou manifestação, mas é extensível a qualquer pessoa que se encontre no local.

Todavia, nem toda a reunião ou manifestação sem arma é necessariamente pacífica, o carácter pacífico de uma reunião ou manifestação proíbe qualquer tipo de conduta que viole, de forma significativa, a paz jurídica e os bens de terceiros, ou seja, qualquer ilícito penal. Uma reunião ou manifestação só são pacíficas quando nem o seu fim, nem o seu decurso desencadeiam a prática ou a tentativa de prática de crimes contra a vida, a integridade física, a liberdade ou outros bens jurídicos de terceiros (SOUSA, 2009, p. 37).

### **CAPÍTULO III – A INTERVENÇÃO DAS FORÇAS DE SEGURANÇA NA MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA NA GUINÉ-BISSAU**

#### **3.1. A Polícia de Ordem Pública e a Guarda Nacional**

O conceito da polícia é polissêmico, passível de vários significados, podendo ser empregado para designar “os agentes de autoridade, as Forças e Serviços de Segurança e, sobretudo, a atividade policial” (ELIAS, 2018, p. 27).

A polícia pode ser entendida na sua vertente orgânica/institucional, funcional/material. O sentido institucional de polícia compreende um conjunto dos serviços da Administração Pública com funções essenciais de polícia (RAPOSO, 2009, p. 307; CASTRO, 2003, p. 293). Ou seja, serviços da Administração Pública com funções exclusivas ou predominantemente de natureza policial. Um órgão governamental legítimo, dada a legitimidade para manter a ordem, prevenir o crime, e fazer cumprir as leis do governo (GARCIA e RAINVILLE, 2007, p. 1026).

No que respeita ao conceito material ou funcional de polícia, compreende o “modo de atuar da administração que consiste em intervir no exercício das atividades individuais suscetível de fazer perigar interesses gerais, tendo por objeto evitar que se produzam, ampliem ou generalizem os danos sociais que as leis procuram prevenir” (CAETANO, 2004, p. 1150). Este modo da atuação da administração materializa-se através de atos jurídicos e exercícios matérias que são levados a cabo pelas entidades policíacas e os respetivos agentes de execução (RAPOSO, 2006, pp. 26-27).

A Polícia da Ordem Pública e a Guarda Nacional ocupam-se da tarefa administrativa da segurança e é um serviço da administração direta do Estado, na dependência do Ministro do Interior. A administração direta do Estado abarca órgãos e serviços dependentes diretamente do Governo (SILVA, 2017, p. 17). A administração indireta do Estado, na perspetiva de AMARAL (2016, pp. 297-298), compreende conjunto de instituições que prosseguem os fins do Estado, mas sob uma forma indireta são serviços do Estado, mas não dependem diretamente das ordens do Governo.

A POP e a GN ganharam legitimidade e fundamento constitucionais para a sua atuação na revisão constitucional de 1991<sup>69</sup> que atribuiu à polícia a função de defender e

---

<sup>69</sup> Cfr. art.º n.º 21 da Constituição da República da Guiné-Bissau de 1991.

# REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO

## A INTERVENÇÃO DA POLÍCIA NA MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA NA GUINÉ-BISSAU

---

garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, conforme previsto na lei. No decorrer da atividade policial, a POP e a GN desenvolvem medidas de polícia que, às vezes, põem em causa os direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos. Neste sentido, a Constituição impõe que, quaisquer atos da polícia no sentido da prevenção de crime só se pode fazer na observância dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e, segundo regras previstas na lei.

A Polícia de Ordem Pública, é uma força de segurança, uniformizada e armada, com a natureza de serviço público e dotada de autonomia administrativa, cuja missão é assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, nos termos da Constituição e da lei<sup>70</sup>. A POP está organizada hierarquicamente em todos os níveis da sua estrutura, estando o pessoal com funções policiais sujeito à hierarquia de comando.

A POP foi criada depois da independência. Com a retirada da Polícia de Segurança Pública (PSP), foi criada a POP, constituída na altura essencialmente por militares guerrilheiros do PAIGC. Era uma polícia que podemos caraterizar como autoritária, repressiva, de cariz militar, com pouca ou sem formação profissional policial, que deixou vestígios de autoritarismo visível na atual geração da polícia.

A organização, atribuição e funcionamento da POP estão previstos na Lei n.º 9/2010 de 22 de junho, Lei Orgânica da POP (LOPOP). No domínio da segurança interna, a POP tem a competência nas seguintes áreas, prevenção, ordem pública, investigação criminal e informação. Conforme a sua natureza, exerce funções de polícia administrativa e de polícia de investigação criminal, sem prejuízo das atribuições da Polícia Judiciária (PJ). Vela pelo cumprimento das leis e regulamentos relativos à viação terrestre e aos transportes rodoviários e, promove e garante a segurança rodoviária, designadamente através da fiscalização, do ordenamento e da disciplina do trânsito.

A POP participa, nos termos da lei e dos compromissos decorrentes de acordos, tratados e convenções internacionais, na execução da política externa, designadamente em operações internacionais de gestão civil de crises, de paz, e humanitárias, no âmbito policial, bem como em missões de cooperação policial internacional e na representação do país em organismos e instituições internacionais.

---

<sup>70</sup> Cfr. art.º n.º 1 da Lei n.º 9/2010 de 22 de junho, Lei Orgânica da Polícia de Ordem Pública.

# REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO

## A INTERVENÇÃO DA POLÍCIA NA MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA NA GUINÉ-BISSAU

---

As ações da POP são exercidas em todo o território nacional da Guiné-Bissau, porém, no caso de atribuições simultaneamente cometidas à GN, as suas áreas de responsabilidade são definidas pelo Ministro do Interior<sup>71</sup>.

A organização da POP compreende o Commissariado Nacional e as Unidades de Polícia<sup>72</sup>. Com efeito, a estrutura de comando da POP compreende um comissário nacional, com os respetivos serviços de apoio e de consultoria, um gabinete secretariado direto, assessorado por três comissários nacionais adjuntos que asseguram a direção e coordenação das Unidade Orgânica de Operações, Unidade Orgânica Recursos Humanos e Unidade Orgânica de Logística e Finanças<sup>73</sup>.

A Unidade Orgânica de Operações comporta as áreas de operações, informações policiais e investigação criminal, armas e explosivos, segurança privada, sistemas de informação e comunicações<sup>74</sup>. A Unidade Orgânica de Recursos Humanos contém as áreas de recursos humanos, formação e saúde e assistência na doença<sup>75</sup>. A Unidade Orgânica de Logística e Finanças abarca as áreas de logística e gestão financeira<sup>76</sup>.

As Unidades de Polícia da POP envolvem Unidades Regionais de polícia e Unidades Especiais. As Unidades Regionais de polícia também designados de Comandos Regionais de Polícia, são unidades territoriais na dependência direta do comissário nacional que prosseguem as atribuições da POP na respetiva área de responsabilidade. As Unidades Regionais são as seguintes: Comando Regional Centro; Comando Regional do Norte; Comando Regional do Leste; Comando Regional do Sul<sup>77</sup>. Os Comandos Regionais por sua vez estruturam-se em comandos, serviços e subunidades, consistindo estas últimas em Divisões e Esquadras<sup>78</sup>.

As Unidades Especiais<sup>79</sup> da POP são constituídas pelo Grupo de Intervenção Rápida e Grupo de Trânsito.

O Grupo de Trânsito é uma unidade vocacionada essencialmente no âmbito da fiscalização ordenamento e disciplina do trânsito, e é responsável pela uniformização de

---

<sup>71</sup> *Cfr.* art.º n.º 5 da Lei Orgânica da Polícia de Ordem Pública.

<sup>72</sup> *Cfr.* art.º n.º 18 da Lei Orgânica da Polícia de Ordem Pública.

<sup>73</sup> *Vide* ANEXO A.

<sup>74</sup> *Cfr.* art.º n.º 28 da Lei Orgânica da Polícia de Ordem Pública.

<sup>75</sup> *Cfr.* art.º n.º 29 da Lei Orgânica da Polícia de Ordem Pública.

<sup>76</sup> *Cfr.* art.º n.º 30 da Lei Orgânica da Polícia de Ordem Pública.

<sup>77</sup> *Cfr.* art.º n.º 33 da Lei Orgânica da Polícia de Ordem Pública.

<sup>78</sup> *Cfr.* art.º n.º 33 da Lei Orgânica da Polícia de Ordem Pública.

<sup>79</sup> *Cfr.* art.º n.º 39 da Lei Orgânica da Polícia de Ordem Pública.

# REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO

## A INTERVENÇÃO DA POLÍCIA NA MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA NA GUINÉ-BISSAU

---

procedimentos e pela formação contínua dos elementos. Podem realizar ações de fiscalização em qualquer parte do território nacional abrangido pela competência da POP<sup>80</sup>.

O Grupo de Intervenção Rápida constitui uma força de reserva vinculada à ordem de atuação do Comissário Nacional, articula-se em companhias e pelotões. É uma força especialmente preparada e destinada a ser utilizada em: ações de manutenção e reposição da ordem pública; combate de situações de violência concertada; gestão de incidentes táticos e segurança pessoal de altas entidades, membros e órgãos de soberania, proteção policial de testemunhas ou outros cidadãos sujeitos a ameaça<sup>81</sup>. O Grupo da Intervenção Rápida é uma força altamente especializada com uma forte exigência da aptidão física para melhor responder as missões que lhes são incumbidas.

O campo de atuação de Grupo da Intervenção Rápida abrange todo o território nacional, em estreita colaboração com os Comandos Regionais no patrulhamento mais robusto e ostensivo conforme condições pré-definidas pelo Despacho do comissário nacional. A sua articulação é estruturada em subunidades de ordem pública, de operações espaciais, segurança pessoal e de inativação de engenhos explosivos.

Porém, o GIR é a força mais musculada da POP, vocacionado essencialmente para as situações mais específicas e complexas. É composto por subgrupos com a formação específicas em diferentes áreas, nomeadamente: subgrupos ante distúrbio, que é vocacionado essencialmente para manutenção e reposição da ordem pública, principalmente quando este é gravemente alterada; subgrupo de antiterrorismo, especializada na intervenção tática em situações de terrorismo, atuação no âmbito de incidente tático-policiais; subgrupo de segurança pessoal, é vocacionada para proteção de altas entidades, membros e órgãos de soberania, proteção policial de testemunhas ou outros cidadãos sujeitos a ameaça; Subgrupo de inativação de explosivo, vocacionada para a deteção e inativação de engenhos explosivos.

Entretanto, a POP prossegue as suas atribuições em todo o território nacional, especialmente nas grandes cidades. E, geralmente, as manifestações acontecem mais na capital do país Bissau, obrigando assim necessariamente que seja ativado o GIR para manutenção da ordem e eventual reposição da ordem, caso necessário.

A GN é uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa, no âmbito

---

<sup>80</sup> Cfr. art.º n.º 41 da Lei Orgânica da Polícia de Ordem Pública.

<sup>81</sup> Vide ANEXO B.



dos sistemas nacionais de segurança. Tem por missão, assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional, submetido a Constituição e a lei<sup>82</sup>. A institucionalização da GN foi recente, comparativamente com a POP e teve lugar em 2011 após a criação da Lei Orgânica da GN em 2010.

Tal como a POP a estrutura geral da GN compreende a estrutura de comando e as unidades territoriais. A estrutura de comando da GN<sup>83</sup> compreende o comandante-geral, o 2.º comandante-geral, os respetivos órgãos de conselho, serviços de apoio e de consultoria, um gabinete secretariado direto. Assessorado por três comandantes do Comando Operacional, do Comando do Pessoal e do Comando Logístico e Financeiro<sup>84</sup>.

O Comando Operacional contém as áreas de operações, informações e investigação criminal, proteção da natureza e do ambiente, imigração e fronteiras, trânsito, fiscal, controlo e fiscalização marítimo-costeira, em coordenação com a Autoridade Marítima Nacional<sup>85</sup>. O Comando do Pessoal compreende áreas de recursos humanos, formação e saúde e assistência na doença<sup>86</sup>. O Comando Logístico e Financeiro compreende as áreas de recursos logísticos e recursos financeiros<sup>87</sup>.

O dispositivo territorial da GN abrange os seguintes Grupos Regionais: Grupo Regional n.º 1, com sede em Bissau, responsável pelo cumprimento da missão da GN no Sector Autónomo de Bissau e na Região de Biombo; Grupo Regional n.º 2, com sede em Ingoré, ocupa da missão da GN nas Regiões de Cacheu e Oio; Grupo Regional n.º 3, com sede em Bafatá, responsável pelo cumprimento da missão da GN nas Regiões de Bafatá e Gabú; Grupo Regional n.º 4, com sede em Buba, responsável pelo cumprimento da missão da GN nas Regiões de Quinara, Tombali e Bolama<sup>88</sup>.

A GN dispõe de unidades especializadas, nomeadamente: i) Brigada Costeira, que é uma unidade com competência específicas de vigilância, patrulhamento, interceção e repressão dos ilícitos nos espaços marítimos e aéreos em todo o território, mar territorial e águas interiores do continente e das ilhas, em coordenação com a Autoridade Marítima Nacional, com especial incidência no combate ao narcotráfico e a imigração ilegal; ii)

---

<sup>82</sup> Cfr. art.º n.º 1 da Lei n.º 8/2010 de 22 de junho, Lei Orgânica da Guarda Nacional.

<sup>83</sup> Cfr. art.º n.º 21 da Lei Orgânica da Guarda Nacional.

<sup>84</sup> Vide ANEXO .

<sup>85</sup> Cfr. art.º n.º 31 da Lei Orgânica da Guarda Nacional.

<sup>86</sup> Cfr. art.º n.º 32 da Lei Orgânica da Guarda Nacional.

<sup>87</sup> Cfr. art.º n.º 33 da Lei Orgânica da Guarda Nacional.

<sup>88</sup> Cfr. art.º n.º 37 da Lei Orgânica da Guarda Nacional.



Brigada de Ação Fiscal, que é uma unidade vocacionada para investigação tributária, fiscal aduaneira; *iii*) Brigada Nacional de Trânsito que é a unidade especializada, no âmbito da fiscalização ordenamento e disciplina do trânsito, responsável pela uniformização de procedimentos e pela formação continua dos agentes desta especialidade<sup>89</sup>.

A Brigada de Intervenção é uma unidade de intervenção e reserva da GN especialmente vocacionada para as missões de manutenção e restabelecimento da ordem pública, resolução e gestão de incidentes críticos, intervenção tática em situações de violência concertada e de elevada perigosidade, complexidade e risco, segurança de instalações sensíveis e de grandes eventos, inativação de explosivos, proteção e socorro e apontamentos e projeção de forças para missões internacionais. É ainda responsável pela proteção e seguranças instalações dos órgãos de soberania e de outras entidades que lhe sejam confiadas, pela segurança pessoal dos membros dos órgãos de soberania e de altas entidades nacionais ou estrangeiras, bem como de outros cidadãos, e pela prestação de honras de Estado. Articula-se em subunidades de ordem pública, de operações especiais, de proteção e socorro, de cinotécnica, e de segurança<sup>90</sup>.

A dispõe de subunidades especializadas, nomeadamente, a subunidade ante distúrbio que é uma subunidade vocacionada para a manutenção e reposição da ordem; subunidade contraterrorismo, destinada a intervenção tática nas situações de elevada perigosidade, gestão de incidente tático (que impliquem sequestro e a tomada de refém); subunidade de inativação de explosivo, vocacionada para inativação de explosivos; a subunidade de proteção e socorro, destinada a intervenção de proteção e socorro nas situações adversas que vai desde intervenção nos casos de incêndios, inundação, intervenção nas busca e resgate.

A POP e a GN como responsáveis pela manutenção e reposição da ordem pública, dispõem das unidades especializadas para tal e têm acompanhado as situações de manutenção da ordem em reunião e manifestação. Nos casos da reunião ou manifestação de menor impacto, ou seja, que engloba poucas pessoas e que são pacíficas, são atribuídas somente a POP a responsabilidade da manutenção da ordem. Quando se trata de uma megamanifestação, com fortes indícios de que se possa tornar numa manifestação violenta, ou pode estar sujeito à alteração da ordem pública, é realizada a articulação das subunidades especializadas da POP e a GN para manutenção da ordem.

---

<sup>89</sup> *Cfr.* art.º n.º 39, n.º 40 e n.º 41 da Lei Orgânica da Guarda Nacional.

<sup>90</sup> *Cfr.* art.º n.º 42 da Lei Orgânica da Guarda Nacional.

Importa ainda esclarecer que a articulação das subunidades especializadas na manutenção da ordem pública da POP e da GN, processa-se com a criação de um comando conjunta. Geralmente chefiado por um oficial da POP, sendo que tem mais a experiência por ser a força mais antiga em relação a GN.

### **3.2. As Forças de Segurança na garantia do direito de reunião e de manifestação**

O Estado tem como fim a segurança, a justiça e o bem-estar. A segurança engloba o dever inalienável de defender os direitos do cidadão e a tutela dos direitos humanos, cabendo assim às autoridades policiais evitar a violação dos direitos individuais. A instituição policial emerge na sua intrínseca associação à função securitária do poder central, designando até hoje, a atividade global de segurança do Estado (CORREIA e SARMENTO, 2020, p. 4). A polícia, como qualquer organização, tem como função primordial o fornecimento de benefícios comuns e coletivos (OLSON, 1965, *cit in* FELGUEIRAS, 2016, p. 5).

Nas sociedades democráticas, a polícia surge como um braço coercivo, munido do monopólio do uso legítimo da força pelo Estado, que se exerce essencialmente através de vigilância e controlo. Como assevera CLEMENTE, (2015, p. 53), a função policial consiste numa função administrativa coativa, dedicada à proteção do cidadão.

Deste modo, a polícia representa uma das várias agências de controlo social, com a missão de prevenir, através da sua capacidade coerciva, comportamentos sociais incivilizados (CLEMENTE, 2009, p. 125). A tarefa administrativa da polícia é sustentada por uma relação de cariz jurídico, onde “na posição ativa encontramos um poder essencialmente funcional, um dever de atuação da Administração policial” e, de um lado diametralmente oposto, numa posição passiva, “um direito de atuação policial ou uma sujeição e dever de tolerância dessa mesma atuação” (DIAS, 2005, p. 5). Em ambos os prismas, a atuação do poder da polícia sustenta-se, pois, no dever geral que a qualquer cidadão está sujeito de não perturbar a ordem pública ou bens jurídicos essenciais.

A polícia foi várias vezes apresentada pelos meios de comunicação social como protetora dos direitos garantidos na Constituição (MCCARTHY e MCPHAIL, 1997, p. 16). Aliás, como resulta da própria Constituição, as forças de segurança têm a função de defender a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos. Apesar desta designação ser abstrata e vaga, ela assenta numa adesão à clausula geral do direito

policial (SOUSA, 2016, p. 377), que consiste na salvaguarda da ordem e segurança pública, ou seja, na prevenção do perigo para a ordem e segurança públicas.

A Constituição não define quais são as entidades do Estado que podem ser consideradas forças de segurança, apenas faz menção de que compete ao Governo organizar e dirigir a execução das atividades de segurança<sup>91</sup>.

Tanto a Polícia de Ordem Pública<sup>92</sup> como a Guarda Nacional<sup>93</sup>, através das suas respectivas leis orgânicas, são consideradas forças de segurança. Compete-lhes, assim, garantir as condições de segurança que permitam o exercício dos direitos, liberdades e o respeito pelas garantias dos cidadãos, zelar pela ordem e a tranquilidade públicas e fomentar a segurança e a proteção das pessoas, sem esquecer o pleno funcionamento das instituições democráticas, com respeito pela legalidade e princípios do Estado de direito. A garantia dos direitos dos cidadãos é uma das vertentes da obrigação do Estado que, através das forças de segurança, protege os direitos fundamentais, evitando as agressões alheias aos seus direitos (MONTEIRO *et al*, 2019, p. 58).

No que à manutenção da ordem pública diz respeito, sabemos que este fim procura assegurar a ordem e a segurança públicas, protegendo os direitos dos cidadãos e assegurar o normal funcionamento das instituições do Estado. É uma tarefa que é desenvolvida pela força pública através de operações policiais, na via pública ou aberto ao público, com objetivo de enfrentar ações ou eventos coletivos, de caráter reivindicativo ou festivo, quer seja espontâneo ou organizados, hostis ou amigáveis (OLIVEIRA, 2015, p. 62).

No domínio das reuniões e manifestações em lugares públicos ou abertos ao público, as autoridades deverão tomar as medidas necessárias para que aquelas decorram sem interferências de contramanifestações que possam perturbar o livre exercício dos direitos dos participantes<sup>94</sup>. O âmbito de proteção das reuniões públicas abrange não só esse dever geral de proteção, mas também o dever de não ingerência. Evitar qualquer atitude ou práticas policiais que, independentemente da sua boa intencionalidade, possam ser vistas como interferência ou condicionamento do exercício de tal direito.

Para melhor garantir o direito de reunião e de manifestação, a autoridade policial, através de dados do aviso prévio, deve fazer uma análise de risco e, adotar as medidas de

---

<sup>91</sup> Cfr. alínea b) n.º 1 do art.º n.º 100 da CRGB.

<sup>92</sup> Cfr. art.º n.º 1 da Lei Orgânica da Polícia de Ordem Pública.

<sup>93</sup> Cfr. art.º n.º 1 da Lei Orgânica da Guarda Nacional.

<sup>94</sup> Cfr. art.º n.º 10 da Lei n.º 3/92 de 6 de abril. Regime jurídico de direito de reunião e de manifestação.

seguranças adequadas e os respetivos ajustes de acordo com a evolução do evento. De facto, as forças policiais devem orientar a sua atividade para a prevenção da ameaça<sup>95</sup>, sobretudo para afastar os perturbadores, quer individuais quer em grupo.

De um modo geral, a polícia deve garantir o livre exercício dos direitos, liberdades e garantias de todos os cidadãos participantes, devendo, ainda, “salvaguardar a sua segurança, tanto na perspetiva *security* como na vertente *safety*” (FELGUEIRAS, 2016, p. 5). Isto porque, a atividade policial em si, é uma atividade da Administração pública, traduzida na prática de atos administrativos e na realização de operações materiais, com o objetivo de controlar as condutas dos particulares que não são socialmente aceites e, que possam lesar bens jurídicos constitucionalmente consagrados.

Todavia, é importante salientar que existem outros fatores de risco que as autoridades policiais devem ter em conta no policiamento de uma manifestação, nomeadamente as situações de densidade perigosa, de reação coletiva, de ação coletiva e de atividade criminal<sup>96</sup>, fenómenos que podem verificar-se em simultâneo, no mesmo evento (FELGUEIRAS, 2016, p. 5).

A lei atribui aos promotores a responsabilidade pela segurança de reunião ou manifestação no recinto fechado, salvo quando é solicitado a presença de agente da autoridade<sup>97</sup>. Desta feita, “os poderes de intervenção na reunião e manifestação pertencem primeiramente aos promotores e dirigentes, sendo a competência das forças policiais, no que respeita a ordem interna, meramente subsidiária” (SOUSA, 2009, p. 162).

Porém, isto não implica uma passividade total por parte da polícia. Sendo a polícia responsável principal da garantia da ordem, esta pode fazer; controlo de acessos, ordenamento, reduzir a acessibilidade criminosa, adotando dispositivos de controlo de vigilâncias naturais para restringir a intrusão de criminosos, entre outros (GOMES, 2007, p. 68). Até porque esta competência subsidiária mantém-se, só, enquanto o evento se mantiver pacífico, ou seja, enquanto não estiverem a ser ameaçados direito de participação ou outros bens jurídicos de participantes ou de terceiros (SOUSA, 2009, p. 162).

---

<sup>95</sup> Segundo OLIVEIRA, uma ameaça a ordem pública existe sempre que, num determinado quadro situacional ou operacional (em curso ou previsível), um indivíduo ou um grupo de indivíduos demonstrem a intenção de alterar a ordem pública, com vista a alcançar um determinado objetivo político, social, criminal, [...] A ameaça só se torna verosímil se existirem, ao alcance dos seus promotores, os recursos e as capacidades para a sua concretização, designadamente, a presença de um elevado número de intervenientes e meios disponíveis idóneos à sua concretização (2015, p. 78).

<sup>96</sup> Sobre esta matéria *vide* STILL, G. K. (2000). *Crowd Dynamic*. United Kingdom: University of Warwick.

<sup>97</sup> *Cfr.* art.º n.º 11 da Lei n.º 3/92 de 6 de abril.

Antes de qualquer intervenção policial, as forças públicas devem ponderar as suas decisões, compreendendo o seu papel de garantidores dos direitos fundamentais, devendo preservá-los na sua plenitude (NETO, 2017, p. 24). O sucesso de uma operação policial nesta matéria, implica necessariamente um conhecimento profundo sobre os fenómenos que estão na base da contestação para, de modo eficiente, interpretar, prever e antecipar ameaças e definir estratégias, que permitam a mitigar os fatores de riscos subjacentes ao evento.

Na fase preparatória de reunião ou manifestação, todas as preocupações da polícia devem orientar-se no sentido da prevenção de perigo (SOUSA, 2009, p. 162). Inicialmente, deve-se considerar que está em causa a realização pacífica de uma reunião ou manifestação. No entanto, a atividade policial deve orientar-se sempre para a prevenção da conduta ilícita de perturbadores violentos ou de grupos de agitadores.

Seguidamente, na fase de realização da reunião ou manifestação, verificamos que se encontram em causa a prevenção de perigos, que em muitos casos representam uma maior ou menor medida de repressão, assente num carácter estratégico (SOUSA, 2009, p. 162), conjugado com o princípio da oportunidade da atuação. Tudo porque uma intervenção descontextualizada pode gerar ainda mais agitação e, conseqüentemente, alteração da ordem.

A intervenção da polícia também pode ser dirigida, essencialmente, contra os perturbadores. Tanto os perturbadores internos, como os externos<sup>98</sup> podem ser afastados do local, se necessário pela força (SOUSA, 2009, p. 164). Neste sentido, a polícia pode e deve expulsar da reunião ou manifestação qualquer perturbador, para garantir a boa ordem necessária para continuidade do evento.

A este respeito, sustenta CANOTILHO e MOREIRA (1993, p. 253), que “a prática de atos violentos por uma minoria de participantes [...] pode ser motivo para o seu isolamento, mas não é o fundamento da dissolução da reunião ou manifestação”. Só como “*último ratio*” será de admitir a dissolução das reuniões e manifestações ou a intervenção contra participantes pacíficas” (SOUSA, 2009, p. 161), porque considera que estão no exercício de um direito fundamental constitucionalmente protegido.

A abordagem policial na manutenção/reposição da ordem pública, pode ser descrita de forma “meramente reativa”, ou “como uma intervenção baseada na gestão dos níveis de violência” (ROBALO, 2018, p. 289). Quando a intervenção é reativa pode ser menos eficaz,

---

<sup>98</sup> Segundo SOUSA, perturbador externo não é participante, mas terceiro, ou seja, são pessoas que se mantêm na área contígua a uma reunião ou manifestação e a partir dali procuram impedir o seu normal funcionamento. Pode tratar-se de uma contramanifestação (2009, p. 165).

na medida em que nesta polícia é guiada e controlada pela desordem ocorrida, em vez de ser ela própria a ter controlo da situação. Por sua vez, se a intervenção for baseada na gestão dos níveis de violência, esta será mais proporcional à necessidade, dado que “a intervenção policial precisará sempre de implementar uma lógica de gestão dos níveis de violência”, evitando o uso da força desproporcional e fortuito (ROBALO, 2018, p. 289). Para isso, é essencial que exista informação suficiente e disponível, para que seja possível compreender as intenções de diferentes grupos (*ibidem*), até porque a informação é uma das peças chave de sucesso da operação policial.

Neste sentido, MARX (1997, p. 11) defendeu que para a sociedade, as percepções da polícia são construídas por e através da experiência direta ou indireta da implementação da ordem pública, sendo as forças policiais a primeira linha de controlo social e político de um Estado. A atuação dos agentes da polícia na implementação da ordem pública pode evidenciar um sério indicador da maturidade de uma democracia. A percepção social é crucial para que a polícia obtenha a confiança e o apoio da comunidade, para legitimar as suas ações (FELGUEIRAS e MACHADO, 2020, p. 408)

A tarefa da proteção da ordem e da segurança publica representa muita mais que uma simples tarefa de uma ordem publica, indiretamente desta proteção resulta o fortalecimento do exercício do direito da liberdade dos cidadãos, até porque só num estado da ordem e da tranquilidade pública se consegue concretizar os outros direitos. Com efeito, os direitos dos cidadãos constituem limites e fins da atividade das forças de segurança.

Os atos tipificados na lei da liberdade de reunião e de manifestação integram-se na atividade policial, visto que prosseguem a prevenção<sup>99</sup> ou o afastamento de perigos gerados por comportamentos individuais relativamente a bens jurídico (CORREIA, 2006, p. 67). São eles, a interdição<sup>100</sup>; a interrupção de manifestação<sup>101</sup>; a ordem de alteração de trajeto<sup>102</sup> e a ordem de distanciamento relativamente a instalações especialmente protegidas<sup>103</sup>. Estes atos

---

<sup>99</sup> Segundo OLIVEIRA, a prevenção “consiste num conjunto de medidas cuja intenção é minimizar as infrações, sejam de natureza criminal ou não, sobretudo em momento anterior à prática de atos delinquentes. A proteção é vista como ação de cuidar, tomando a defesa de determinados direitos, bens, instalações e/ou pessoas, mediante a imposição de restrições de acesso, contato e/ou manuseamento, com vista à sua preservação” (2006, p. 79).

<sup>100</sup> Cfr. art.º n.º 4 da Lei n.º 3/92 de 6 de abril.

<sup>101</sup> Cfr. art.º n.º 9 da Lei n.º 3/92 de 6 de abril.

<sup>102</sup> Cfr. art.º n.º 2 da Lei n.º 3/92 de 6 de abril.

<sup>103</sup> Cfr. art.º n.º 4 da Lei n.º 3/92 de 6 de abril.

merecem a qualificação conjunta de medidas de polícia das manifestações (CORREIA, 2006, p. 66).

A atuação policial neste sentido pode ser restritiva e limitativa de direitos; porque tratam-se aqui de medidas que se referem a direitos, liberdades e garantias que controlam atividades suscetíveis de gerar riscos de danos para o interesse público (LOMBA, 2003, p. 220). Os supracitados atos policiais tipificados, na administração de reuniões e manifestações, são os mais habituais e exigidos na atividade policial de segurança pública porque, de um modo geral, são os que melhor se adequam à atuação da administração, sempre que estejam em causa condutas que coloquem em risco a ordem pública, modernamente considerada (FILOCRE, 2017). Neste sentido, a atuação policial faz-se necessariamente para salvaguardar a ordem jurídica e os direitos e interesses dos particulares.

Ora, atualmente nas sociedades democráticas, ao mesmo tempo que o Estado tem assegurado o monopólio mais forte sobre os meios de força; este tem renunciado cada vez mais ao uso da violência contra os seus cidadãos (MARX, 1997, p. 11). Neste sentido, os Estados têm-se adaptado cada vez mais às medidas preventivas, declinando as repressivas. Esta iniciativa por parte do Estado, resulta do processo evolutivo provocado pelas diretrizes do Estado Social (FILOCRE, 2017), obrigando a uma postura policial mais prestativa, ou seja, uma postura positiva composta de atos de natureza protetiva e de atos de natureza interventiva ou prestadora e, mais próximo do cidadão.

Atualmente, os Estados democráticos têm adotado “formas das estratégias de persuasão, com a passagem da mediação dissuasiva para a cooperação entre a polícia e os cidadãos orientada para um objetivo comum, a condução pacífica das manifestações” (PORTA e REITER, 1997, p. 38).

A experiência com a manutenção da ordem pública na reunião e na manifestação mostra que muitos aspetos têm um certo grau de previsibilidade, o que exige dos órgãos públicos uma preparação (ROVER, 2005, p. 213). Assim sendo, é fundamental que as forças policiais atuem com o propósito de prevenir possíveis distúrbios, estabelecendo contacto com os organizadores, estipulando itinerários e; especialmente, demonstrando o interesse do Estado, ali representado pela polícia, em garantir o direito constitucional de reunir-se e de manifestar-se pacificamente (NETO, 2017, p. 23).



Com efeito, isso pode dar uma grande vantagem tática para polícia na garantia deste direito, na medida em que se estabelece um laço de confiança,

*i) os organizadores ficarão familiarizados com os objetivos e os níveis de tolerância da operação de aplicação da lei com relação à manifestação, bem como em relação a suas responsabilidades para com aqueles que não participam do evento; ii) as autoridades da aplicação da lei ficam familiarizadas com as metas e os objetivos da manifestação e ficam inteiradas a respeito do número de participantes, provável comportamento, horários, entre outras; iii) ambas as partes podem, subsequentemente, estabelecer procedimentos claros a respeito das rotas da manifestação, presença dos encarregados da aplicação da lei, planos de contingência; iv) pontos discordantes ou de conflito em potencial podem ser negociados e resolvidos antes do evento, de forma que não se transformem em um problema real durante o evento (ROVER, 2005, p. 213) .*

As implementações destas medidas estão alicerçadas no desenvolvimento das competências institucionais da polícia, nas tecnologias à sua disposição, nos progressos políticos, ou no apego da opinião pública às liberdades públicas (PORTA e REITER, 1997, p. 38). Estas mudanças contextuais, contudo, só têm efeito através do profundo conhecimento policial, e essencialmente da percepção que a polícia tem do mundo exterior e de si própria.

Nesta senda, é importante o desenvolvimento progressivo da competência das polícias, principalmente em matérias de direitos humanos, adotando-se um estilo policial mais tolerante e humano, assim, podem contribuir para manifestações menos violentas. A tolerância policial das manifestações também contribui para a legitimidade dos regimes e para a consciência construtiva das exigências permanentes (MARX, 1997, p. 11).

### **3.3. Apresentação dos resultados obtidos nas entrevistas: contributo académico**

A entrevista consiste numa técnica de obtenção de informação através de pergunta direta ou indireta. A entrevista permite a obtenção de dados através de uma análise para gerar informação/conhecimento. Para melhor interpretarmos os resultados obtidos na entrevista, optámos por recorrer à técnica de análise de conteúdo. Neste ponto, intencionamos destacar os resultados mais relevante com a expectativa de poderem ser úteis para o nosso trabalho.

A análise de conteúdo, segundo BARDIN (1977, p. 42), consiste num conjunto de técnicas de interpretação da comunicação com fim de obter indicadores (quantitativos ou



não) que permitam a ilação de conhecimentos relativos às condições de produção destas mensagens por procedimentos metódicos e objetivos de exposição do conteúdo das mensagens. É uma técnica que visa a seriação de informação, de acordo com aplicação de processos e codificação, categorização e inferência, permitindo um alcance analítico de natureza qualitativa inferencial, de acordo com técnicas de análise (SANTOS, 2010, p. 66).

Trata-se de uma serie de operação como descrever os fenómenos, descobrir as suas tendências ou associações e ainda descobrir relações de causalidade. Segundo GUERRA (2006, p. 69), a análise de conteúdo pretende descrever as situações, mas também decifrar o sentido do que foi dito. Consiste na produção de um novo discurso através da desmontagem de um discurso, um processo de localização-atribuição de traços de significação, resultado de uma relação dinâmica entre a produção do discurso e a análise (VALA, 1986, p. 104).

Para o efeito, existem vários tipos de análise de conteúdo que podem agrupar-se em cinco grupos, designadamente, “i) a análise temática ou categorial; ii) a análise da avaliação ou representacional; iii) a análise da enunciação; iv) a análise da expressão e a análise das relações” (SANTOS e LIMA, 2019, p. 119). Já OLIVEIRA (2008) *cit in* SARMENTO (2013, p. 48), apresenta-nos diferentes tipos de técnicas para desenvolvimento da análise de conteúdo, que são, análise conceitual, relacional, qualitativa, quantitativa, temática ou categorial, formal, exploratória e de verificação. Nas diferentes tipologias de técnica da análise de conteúdo, optámos pela análise conceitual, baseando-se em estabelecer a existência e frequência de conceitos, recorrendo à análise exploratória que permite obter diversos resultados. Este tipo de análise permitir-nos-á melhor recolher a informação que desejamos; porque é realçada nos textos das entrevistas, as semelhanças e dissemelhanças e eventuais alterações que caracterizam as opiniões dos entrevistados, que determinam as categorias que permitem a classificação e a quantificação, a partida não tem categorias pré-definidas (MOSCOVICI, 2003, *cit in* SARMENTO, p. 49).

Como ensina BARDIN (1977) em contexto da análise de conteúdo, é precisamente a inferência que permite ao investigador passar da fase da descrição para a fase da interpretação, designadamente quando este atribui sentido às características que foram levantadas, enumeradas e organizadas. Neste sentido, a finalidade deste tipo de análise será de efetuar ilações, tendo em conta a lógica explanada, sobre as mensagens com características que foram previamente catalogadas e estruturadas.

Não obstante, ressaltamos ainda que os resultados da nossa entrevista foram trabalhados através do Excel, sendo que as tabelas resultantes da análise de dados foram adaptadas no sentido de facilitar a compreensão dos resultados obtidos. Por outro lado, tendo em conta as limitações formais impostas pelo regulamento para a elaboração desta dissertação, as mesmas não serão apresentadas neste ponto, ficando a constar nos Apêndices.

Destarte, as entrevistas foram analisadas de acordo com as categorias de pertinência e avaliadas pelo aspeto qualitativo, que definem as qualidades, em termos da expressão dos significados contidos no texto.

Relativamente à primeira questão, reunião e manifestação é um direito consagrado na Constituição República da Guiné-Bissau no artigo 54.º que, remete para legislação ordinária a sua realização. Assim, perante a questão: O exercício do direito de reunião e de manifestação carece de alguma autorização por parte da autoridade administrativa?, 100 % dos entrevistados, foram unânimes em considerar que o exercício da liberdade de reunião e de manifestação não carece de permissão. Apesar de as autoridades administrativas, neste caso Ministério do Interior ou Comando da POP, terem atuado como se fosse necessária uma anuência<sup>104</sup>. Ainda na mesma questão, 50% dos entrevistados consideraram que só carece de um aviso prévio, que não tem peso de uma aprovação.

Na segunda questão, na sua opinião, o exercício de direito de reunião e manifestação, previsto constitucionalmente, está balizado por um conjunto de circunstâncias proibitivas, ou representa um livre exercício de direito?, 80% dos entrevistados consideraram que o exercício da liberdade de reunião e de manifestação, não representa um livre exercício, pois está balizado por um conjunto de circunstâncias proibitivas através da lei 3/92, baliza essas, de aviso prévio que pode afetar o núcleo essencial da liberdade de manifestação, em caso de manifestação espontânea não existem condições materiais para a apresentação de aviso prévio. Contudo, a necessidade de manter um raio de distância de 100 metros das instituições da República, representações diplomáticas e hospitais, representam condicionalismos, até porque algumas das instituições ficam situadas na via pública, razão pela qual não será possível uma manifestação na via pública sem passar a menos de 100 destas instituições. Também existem limitações de horário. Por outro lado, 20% dos entrevistados consideraram

---

<sup>104</sup> A título de exemplo, uma nota informativa publicada na página oficial de Facebook da POP na sequência da morte de um cidadão numa marcha organizados pelos partidos políticos dia 29 de outubro de 2019, foi referido que “a marcha não foi autorizada” (LUSA, 2019).

que as medidas restritivas impostas na lei ordinária são necessárias para melhor conjugarem com outros direitos constitucionalmente consagrados.

No que concerne a terceira questão: Como é que avalia papel do Estado relativamente ao direito de reunião e de manifestação? Tem sido um papel facilitador ou obstrutivo?, 40% dos entrevistados consideraram que o papel do Estado tem sido híbrido, nem impeditivo nem facilitador. Todavia, quando as manifestações que têm o intuito de reclamar/exigir determinadas ações/políticas do Governo, o direito de reunião e de manifestação tem sido bastante dificultado. Já quando são manifestações que vão ao encontro do interesse do Governo, 20% dos entrevistados consideraram que o Estado tem sido facilitador. Por fim, os restantes 40% dos entrevistados consideraram que o papel do Estado tem sido impeditivo.

Relativamente à quarta questão: Em que situações pode o direito de reunião e de manifestação ser impedido? E porque que autoridades?, todos (100%) os entrevistados consideraram que este direito só pode ser impedido nos casos em que os manifestantes atentem contra os bens jurídicos protegidos, sendo o caso das manifestações ilícitas. 50% dos entrevistados apontam para o estado de sítio e o de emergência, como situações em que pode ser impedida a liberdade de manifestação.

No que diz respeito à quinta pergunta: Qual é a avaliação que pode fazer da atuação das forças de segurança no que concerne ao direito de reunião e de manifestação?, 80% dos entrevistados avaliaram negativamente a atuação da polícia, por não ter em conta a dignidade da pessoa humana, principalmente no período compreendido entre 2014 até à data presente. Apenas 20% consideraram que a atuação tem sido boa.

A sexta questão: A nível interno da polícia, existe alguma norma que padroniza a atuação policial em caso de reunião e/ou manifestação?, demonstrou que 80% dos entrevistados desconheciam a existência de uma norma interna que padroniza a atuação da polícia na reunião e na manifestação. Ao passo que 20% considera a LOPOP como uma norma interna que serve para balizar a atuação da polícia numa reunião ou manifestação.

Na sétima e a última questão: Quais são indicadores que podem levar a polícia a dispersar uma reunião ou manifestação?, a maioria dos entrevistados, 80% responderam que só pode ser objeto da proibição as reuniões ou manifestações cujo fim seja contrário à lei, à moral e a ordem pública, ou seja, bens jurídicos constitucionalmente protegidos. Importa referir que 20% não responde à questão considerando de impercetível.

De acordo com os resultados obtidos nas entrevistas, poderemos tirar algumas ilações. Em primeiro lugar, as autoridades não têm sido facilitadoras do exercício do direito em causa, colocando obstáculos, atuando de forma impeditiva. As autoridades têm-se comportado como se o exercício da liberdade em causa carecesse de alguma anuência. Como forma de criar entraves, “por vezes não aceitam receber pedido de realização das manifestações e se houver manifestações optam pelas agressões físicas, detenções arbitrárias e perseguição dos promotores das manifestações” (INDEQUI, 2021). A atuação da polícia não tem sido boa, no sentido de ser aquilo que é expectável numa sociedade democrática. O exercício de direito de reunião e de manifestação só pode ser impedido em casos previstos na lei.

O resultado das entrevistas contribui em fundamentar a ideia de que o exercício do direito de reunião e de manifestação não tem sido garantido pelas autoridades e que a atuação da polícia tem sido repressiva, em vez de garantir condições necessárias para o livre exercício deste direito. Por outro lado, legalmente trata-se de um direito que só pode ser impedido em caso excecional, contrariamente o que tem se verificado na Guiné-Bissau.

As entrevistas permitiram-nos ainda justificar a necessidade da criação de uma norma técnica para a atuação das forças de segurança, no âmbito do exercício do direito de reunião e manifestação, à semelhança da PSP. A nível interno da polícia na Guiné-Bissau não existe qualquer norma além da Lei Orgânica da POP.

### CONCLUSÃO

O nosso trabalho teve como objetivo principal compreender o direito de reunião e manifestação na Guiné-Bissau, nomeadamente a forma como é garantido como um verdadeiro direito, que permite aos cidadãos reunir-se e manifestar-se livremente (indicando ainda quando está balizado por circunstâncias proibitivas e repressivas). Este trabalho também pretendeu compreender o papel da polícia na garantia do livre exercício de direito de reunião e de manifestação, tendo em conta os direitos fundamentais e o princípio da dignidade da pessoa humana.

Na condução da nossa investigação, recorremos à revisão bibliográfica da matéria existente sobre o tema, bem como a entrevistas, que foram analisadas no sentido de melhor sustentar o nosso trabalho. Constatámos que os direitos fundamentais plasmados na Constituição nem sempre assentam no princípio da universalidade e da igualdade. Com a ascensão do Liberalismo verificaram-se os primeiros sinais da necessidade de olhar o indivíduo, não como parte de uma determinada classe social, mas como um sujeito a quem são reconhecidos direitos e deveres, um cidadão. O direito de reunião e de manifestação passou a ganhar a legitimidade constitucional e o Estado passou a ter de o garantir e proteger.

Nas sociedades democráticas hodiernas, o Estado assumiu, entre outras, as obrigações de proteger e de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos. Garantir e proporcionar o pleno e o livre gozo dos direitos assenta num dever intransmissível e inalienável por parte do Estado. Pese embora existam outros atores sociais, ao nível nacional e ao nível internacional, que zelam pela causa de direitos fundamentais, o Estado não pode abdicar dessa sua missão.

O exercício da liberdade de reunião e de manifestação não representa só uma garantia de as pessoas poderem reunir livremente num determinado local, quer seja público ou não. Serve da formação da vontade política e garante também a ligação entre cidadãos e os governantes. Também serve como meio de proteção de outros direitos fundamentais, designadamente, procissões religiosas; reuniões e manifestações políticas como comícios; reivindicações dos sindicatos, salvo restrições estatutárias tendo em conta área profissional.

A liberdade de reunião e de manifestação resultou da reflexão e preocupação da comunidade internacional associada à ideia da dignidade inerente a todos os cidadãos, dos seus direitos iguais e inalienáveis, que constituem o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo, pois favorecem o progresso social numa noção de liberdade plena.

O direito de reunião e de manifestação encontra-se garantido em diversos documentos internacionais. Desde 10 de dezembro de 1948, mereceu atenção na Declaração Universal de Direito dos Homens, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, representando assim um direito fundamental. Posteriormente, em 1966, no Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos e no Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais, expressando tal garantia de uma forma mais específica e detalhada. Já a nível regional, o Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e o Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos, são ambos instrumentos normativos internacionais que regem os direitos humanos no continente africano.

O Estado da Guiné-Bissau está vinculado a instrumentos internacionais e assumiu constitucionalmente o compromisso de cumprir com os princípios constantes nesses pactos internacionais. A Guiné-Bissau, fundada em 1973 através da proclamação da independência, teve também a sua primeira Constituição em 1973. Desde a fundação da República da Guiné-Bissau que o Estado assumiu o dever de garantir o direito de reunião e de manifestação através da sua consagração constitucional e garantindo formalmente a todos os cidadãos o direito de reunir e de manifestar livremente nos termos da lei.

Podemos constatar que as reuniões e as manifestações foram quase sempre uma preocupação para os poderes estabelecidos, pois sempre suscitaram sérias preocupações às autoridades, especialmente nos regimes não democráticos (OLIVEIRA, 2000, p. 121).

Ora, a configuração do regime político pós-independência não permitiu o pleno exercício da liberdade de reunião e de manifestação, na medida em que não permitia pluralismo político e nem opinião contraditória, devido ao caráter autoritário do partido único vigente nesse período. Esta política contribuiu para a limitação da liberdade de reunião e de manifestação. A passagem à democracia serviu de impulso à consolidação do exercício da liberdade de reunião e de manifestação.

Todavia, a liberdade de reunião e de manifestação consagrada na Constituição não é exequível por si só. O seu exercício carece da regulamentação de uma lei ordinária que só foi criada em abril de 1992, a Lei n.º 3/92 de 2 de abril. Esta lei consagra direito de reunião e de manifestação sem autorização. Preceitua também algumas restrições que, na nossa opinião, estão desenquadradas, pois afetam o conteúdo útil da liberdade de reunir e de manifestar. Contém normas que dificultam o normal exercício de direitos de reunião e manifestação. A lei guineense impõe a apresentação de aviso prévio com uma antecedência

de 48 horas. Não obstante, dada a natureza da manifestação que pode ser espontânea, torna-se impossível a apresentação de aviso prévio como previsto na lei. Neste sentido, os promotores serão responsabilizados por crime de desobediência<sup>105</sup> nos termos do Código Penal Guineense, conforme estatuído na lei de reunião e de manifestação guineense<sup>106</sup>. Portanto, entendemos que esta medida é desequilibrada e que pode pôr em causa o núcleo essencial deste direito.

No nosso entender, o dever de aviso prévio representa uma formalidade administrativa e a falta deste não deve ser motivo de punição penal, à luz da lei de reunião e de manifestação guineense. Para nós, representa uma medida desproporcional. Acresce a necessidade da criação de um regime sancionatório contraordenacional.

Por outro lado, o distanciamento estipulado de 100 metros em relação a instalações de órgãos da soberania e outras instalações protegidas, é, na nossa opinião, uma limitação forte. Tendo em conta a organização espacial urbana da capital, Bissau, é praticamente certo que uma qualquer manifestação se venha a realizar a menos de 100 metros de uma daquelas instalações.

A lei estabelece horários de início da manifestação aos sábados depois das 13 horas e nos dias úteis depois das 19 horas. Esta limitação não se encontra ajustada com a realidade da manifestação em Guiné-Bissau, pelo que, deveria ser balizado de forma adequada ao que hoje se percebe sobre a liberdade de manifestação.

Foi atribuída constitucionalmente à polícia a tarefa de garantir o pleno exercício de direitos dos cidadãos. A atividade de polícia como rosto de qualquer Estado materializa-o e concretiza a sua essência em cada momento concreto da sua atuação; é o reflexo de uma Constituição e de uma legalidade democrática que a assume como instrumento de defesa e garantia dos cidadãos (VALENTE, 2014, p. 49).

Apesar de a liberdade de reunião e de manifestação se encontra legalmente garantida, o seu pleno exercício não tem sido bem assegurado, pela atuação das autoridades públicas. As manifestações têm sido constantemente dispersadas pela polícia. A título de exemplo, em 27 de maio de 2019, as autoridades policiais abortaram uma manifestação de alunos, que pretendiam manifestar-se contra uma greve no setor de ensino. Foram dispersos com uma carga policial excessiva até ao ponto de os alunos “pediram ao então o Ex.º Sr. Presidente

---

<sup>105</sup> Cfr. art.º n.º 239 de Código Penal Guineense.

<sup>106</sup> Cfr. n.º 3 do art.º n.º 5 da n.º 3/92 de 2 de abril.



JOSÉ MÁRIO VAZ que demita o Sr. EDMUNDO MENDES então Ministro do Interior, por ser o responsável pela carga policial que dizem ter sido desumano” (RFI, 2019). Uma outra situação aconteceu no dia 10 de abril de 2017, quando a polícia desencadeou uma operação contra a manifestação do Movimento de Cidadãos Conscientes e Inconformados que, exigia do Presidente da República, a nomeação do primeiro-ministro, de acordo com o resultado eleitoral. A referida atuação policial levou a Liga Guineense dos Direitos Humanos a considerá-la “uma séria ameaça à democracia e à liberdade de manifestação, consignadas na Constituição da República e demais leis em vigor no país” (CASSAMÁ, 2017).

No que respeito diz ao direito de reunião e de manifestação, a atuação das forças de ordem na Guiné-Bissau tem sido, lamentavelmente, negativa. A intervenção das forças de ordem contrapõe o nome pelo qual respondem: forças de ordem. Tem sido desalinhada com o espírito que deviam corporizar. Pelo contrário, tem-se verificado como uma atuação autoritária, repressiva e desproporcional. Muitas vezes os agentes policiais vão ao terreno para cumprir a ordem de proibir/impedir a manifestação, mas de forma infundada, o que contraria o papel da polícia como garante da ordem e, consequentemente, protetor dos manifestantes. A atuação das forças de segurança nesta matéria tem sido pouco pedagógica. A resposta repressiva não obedece ao princípio da proporcionalidade e quando são usados meios coercivos desproporcionalmente, também não se cumpre o respeito pela dignidade da pessoa humana. Obviamente que isso contraria a essência de uma força da ordem de uma sociedade democrática. Face ao exposto, justifica-se a necessidade de reajustar a formação e a atuação da polícia guineense. A indispensabilidade de ter uma polícia com forte formação em matéria de direitos humanos, uma polícia humana, e uma polícia cumpridora das leis. Até porque a legitimidade da ação policial deve ser inabalável e incontestável.

É de toda a pertinência criar mecanismos fortes de fiscalização da atividade policial e de eventual punição no caso da violação das normas. Importa criar normas internas (nomeadamente quanto à proporcionalidade no uso dos meios coercivos) para padronizar a atuação da polícia na manifestação, bem como desenvolver o conhecimento da polícia em matérias de direitos fundamentais. Também a aplicação de boas práticas na manifestação pode passar pela comunicação e negociação com os manifestantes, antes, durante e depois do evento, garantindo um laço de confiança entre polícia e manifestantes.

Uma polícia democrática deve orientar a sua atuação no respeito pelos direitos fundamentais; uma polícia tolerante, capaz de conquistar a confiança junto do cidadão, em que este se possa sentir seguro com a presença policial. Aliás, a democracia ganha rosto



numa polícia que é legítima e que atua em nome do Estado abstrato, do qual todos somos parte integrante (VALENTE, 2014, p. 49).

Será relevante assinalar que a presente investigação se deparou com uma limitação significativa, a escassa literatura guineense relativamente à intervenção da polícia na manutenção da ordem pública em casos de reunião e manifestação. Uma outra limitação consiste na barreira geográfica imposta durante o período de investigação, pois a pandemia e as suas restrições de circulação entre países impossibilitou o contacto direto entre o investigador e o país que é o seu objeto de estudo – o que podia ter contribuído para o enriquecimento do trabalho pela realização de entrevistas presenciais, assim como com a visita a instituições para obtenção de documentos bibliográficos de apoio.

Por fim, cumpre afirmar que não se pretende com a presente investigação esgotar a discussão sobre a temática, mas sim abrir o debate para investigações futuras. Reiteramos a pertinência e a necessidade constante de refletir sobre as questões da intervenção da polícia em matérias ligadas a direitos fundamentais, em especial, o direito de reunião e de manifestação. Como sendo um direito de natureza expressiva e que serve para defesa de vários outros direitos, é de toda a pertinência o desenvolvimento de trabalhos futuros em torno deste tema no caso a Guiné-Bissau e no caso de outros países africanos de língua oficial portuguesa para a criação de um acervo académico relevante. Ajudaria, igualmente, a melhorar a garantia do direito de reunião e de manifestação e, ao mesmo tempo, apoiaria na robustez e no enquadramento esperado da atuação policial face ao direito fundamental.

### REFERÊNCIAS

#### DICIONÁRIOS E ENCICLOPÉDIAS

CORREIA, S. C. (1994). “Polícia” in *Dicionário Jurídico da Administração Pública*, Vol. VI. Lisboa: Diversos.

GARCIA, V. e RAINVILLE, R. R. (2007). “Politics and the Police”, in JACK R. GREENE. *The Encyclopedia of Police Science* (3<sup>rd</sup> edition, Vol. I). New York: Routledge, pp. 1026 – 1028.

GOUVEIA J. B. (2015). “Estado”, in J. B. GOUVEIA e S. SANTOS, *Enciclopédia de Direito e Segurança*. Coimbra: Almedina, pp. 168-185.

INFOPÉDIA (2020) “Liberdade”. *Dicionário Online Porto Editora*. Porto: Porto Editora.

MAI, R., et al. (2016). *Dicionário Crime, Justiça e Sociedade* (1.<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Sílabo.

MANNING, P. K. (2007). “Public Safety, Defined”, in JACK R. GREENE. *The Encyclopedia of Police Science* (3<sup>rd</sup> edition, Vol. I). New York: Routledge, pp. 1085-1087.

RAPOSO, J. (2015). “Polícia”, in JORGE. B. GOUVEIA e SOFIA SANTOS (coord.). *Enciclopédia de Direito e Segurança*. Coimbra: Almedina, pp. 307-309.

#### OBRAS GERAIS E ESPECÍFICAS

AMARAL, D. F. (1995). *Ciência Política*, Vol. I, Coimbra, Almedina.

AMARAL, D. F. (2019). *Curso de Direito Administrativo* (4.<sup>a</sup> ed., Vol. I). Lisboa: Almedina.

BAPTISTA, E. C. (2006). *Os Direitos de Reunião e de Manifestação no Direito Português*. Coimbra: Almedina.

BARDIN, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

BIRMINGHAM, D. (2002). “Angola”, in CHABAL, PATRICK (org.), *History of postcolonial Lusophone Africa*. Londres, C. Hurts & Co. Ltd, pp. 137-148.

BRANDÃO, A. P. (2004). “Segurança: um Conceito Contestado em Debate”, in A. MOREIRA, *Informações e Segurança, Estudos de Homenagem ao General Pedro Cardoso*. Lisboa: Prefácio, pp. 37-55.

CABRAL, A. (1974). *Guiné-Bissau: Nação africana forjada na luta*. Lisboa: Publicações Nova Aurora.

- CAETANO, M. (2004). *Manual de Direito Administrativo*. Vol. II, 10.<sup>a</sup> Ed. Coimbra: Almedina.
- CAETANO, M. (2014). *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional* (6.<sup>a</sup> ed.). Coimbra: Almedina.
- CANOTILHO, G. e MOREIRA, V. (1993). *Constituição da República Portuguesa Anotada* (3.<sup>a</sup> ed.). Coimbra: Coimbra Editora.
- CASTRO, C. S. (2003). *A Questão das Polícias Municipais*. Coimbra: Coimbra Editora.
- CEREZALES, D. P. (2017). “A Rua e a Ordem: a difícil republicanização da polícia portuguesa”, in G. R. GONÇALVES e S. DURÃO (org.). *Polícia e Polícias em Portugal, Perspetivas Históricas*. Lisboa: Mundos Sociais, pp. 81-104.
- CLARO, R. B. M. (2018). “O Panorama Securitária Atual Um Olhar Sobre a Península Ibérica”, in E. P. CORREIA, (coord.) *Políticas Públicas de Segurança*. Lisboa: ISCPSI, pp. 15- 58.
- CLEMENTE, P. (2009). “A Ordem em Público”, in M. VALENTE (coord.). *Reuniões e Manifestações: Actuação Policial*. Coimbra: Almedina, pp. 119-138.
- CLEMENTE, P. (2009). “O Olho D’hórus: Segurança e Urbanismo”, in M. M. G. VALENTE (coord.). *Urbanismo Segurança e Lei*. Tomo II. Coimbra: Almedina, pp. 39-58.
- CLEMENTE, P. (2009). “Polícia - O Caminho”, in M. M. VALENTE, *Estudo Comemorativo do 25 Anos do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna Em Homenagem ao Superintendente-Chefe Afonso de Almeida*. Coimbra: Almedina, pp. 87-107.
- CLEMENTE, P. J. (2015). *Cidadania, Polícia e Segurança*. Lisboa: ISCPSI-ICPOL
- CLEMENTE, P. J. (2016). *Ética Policial: da Eticidade da Coação Policial*. Lisboa: ISCPSI-ICPOL.
- CORDEIRO, I. (2016). “O Direito Penal e a Polícia Judiciária no Estado Democrático de Direito”, in D. T. Q DE SOUSA e R. B. GUSSO. *Estudo Sobre Papel da Polícia Civil em um Estado Democrático de Direito*. Brasil: Empório do direito, pp. 133-158.
- CORREIA, E. P. (2018). “Estado, Poder e Segurança”, in M. G. VALENTE. *Os Desafios do Direito do Século XXI*. Coimbra: Almedina, pp. 139-145.
- CORREIA, E. P. (coord.) (2015). *Liberdade e Segurança*. Lisboa: ISCPSI-ICPOL.
- CORREIA, E. P. (coord.) (2018). *Políticas Públicas de Segurança*. Lisboa: ISCPSI.

CORREIA, E. P. e SARMENTO, C. M. (2020). "Dimensões Institucionais da Polícia de Segurança Pública: Da segurança do Estado ao estado de emergência" in MARIA F. ROLLO, PEDRO M. GOMES e ADOLFO C. RODRÍGUEZ (coord). *Polícia(s) e Segurança Pública: História e Perspetivas Contemporâneas*. Lisboa: MUP- Museu da Polícia, pp. 377-393.

CORREIA, S. (2006). *O Direito de Manifestação: Âmbito de Proteção e Restrições*. Coimbra: Almedina.

DELLA PORTA, D. e REITER, H. (1997). Police du Gouvernement ou des Citoyens ? L'ordre public en Italie, In MARCEL LECLERC *Maintien de L'ordre Vers L'institutionnalisation de la police des manifestations*. Paris: Cahier de la sécurité – INHESJ, pp. 36-57.

DELLA PORTA, D. (2003). *Introdução à Ciência Política*. Lisboa: Editorial Estampa.

DUQUE, R. (2015). Singularidades da Coexistência da Liberdade e da Segurança em Democracia. In CORREIA, E. P. (coord.), *Liberdade e Segurança*. Lisboa: ISCPSI-ICPOL, pp. 55-69.

DUQUE, R.; NOIVO, D. e SILVA, T. D. (2016). *Segurança Contemporânea*. Lisboa: Pactor - Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.

ELIAS, M. L. (2018). *Ciências Policiais e Ssegurança Interna: Desafios e Perspectiva*. Lisboa: ISCPSI- ICPOL.

FARIA, M. J. (2001). *Direitos Fundamentais e Direitos dos Homens* (3.<sup>a</sup> ed., Vol. I). Lisboa: ISCPSI.

FELGUEIRAS, S. (2009). "A Atividade Policial na Gestão da Violência", in M. VALENTE (coord.). *Reuniões e Manifestações: Actuação Policial*. Coimbra: Almedina, 139-162.

FELGUEIRAS, S. (2016). *Ação Policial Face à Ação Coletiva: Teoria para uma Estratégia de Policiamento de Multidões*. Lisboa: ISCPSI.

FELGUEIRAS, S. e MACHADO, P. (2020). "Modelo de Diagnóstico de Ordem Pública: uma abordagem metropolitana sincrónica", in MARIA F. ROLLO; PEDRO M. GOMES e ADOLFO C. RODRÍGUEZ (coord). *Polícia(s) e Segurança Pública: História e Perspetivas Contemporâneas*. Lisboa: MUP- Museu da Polícia, pp. 395-418.

FERNANDES, J. A. (1991). *Ciência Política, Teorias, métodos e Temáticas*. Lisboa: Escola Superior de Polícia.

FERNANDES, A. J. (1995). *Introdução à Ciência Política*. Porto: Porto Editora.

- FERNANDES, J. A. (2014). *Os Desafios da Segurança Contemporânea: Estado, Identidade e Multiculturalismo*. Lisboa: Pedro Ferreira-Artes Gráficas, Lda.
- FILOCRE, L. D. (2017). *Direito Policial Moderno*. São Paulo: Almedina.
- FONTES, J. (2014). *Teoria Geral do Estado e do Direito* (4.<sup>a</sup> ed.). Coimbra: Coimbra Editora.
- GOMES, P. V. (2007). “A Prevenção criminal através do ordenamento do espaço urbano: subsídio para uma agenda nacional”, in M. M. VALENTE (coord.), *Urbanismo, Segurança e Lei*. Tomo I. Coimbra: Almedina, pp. 61-80.
- GUERRA, I. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo. Sentidos e formas de uso*. Lisboa: Princípia.
- HOBBS, T. (2010). *Leviatã* (4.<sup>a</sup> ed.). (J. P. MONTEIRO, e M. B. SILVA, Trans.) Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- HUNTINGTON, S. (1994). *A Terceira Onda – Democratização no final do século XX*. São Paulo: Editora Ática.
- JELLINEK, G. (1973). *Teoria General Del Estado*. México: Editorial Maipu – Albatros Buenos Aires.
- LINZ, J. (2015). *Autoritarismo e Democracia*. Lisboa: Livros Horizonte.
- LOMBA, P. (2003). “Sobre a Teoria das Medidas de Polícia Administrativa”, in JORGE MIRANDA (Coord.). *Estudos de Direito de Polícia -Vol. I*. Lisboa: AAFDL.
- MARX, T. G. (1997). “Point de vue : Le maintien de L’ordre, un cham renouvelé”, In MARCEL LECLERC. *Maintien de L’ordre Vers L’institutionnalisation de la police des manifestations*. Paris: Cahier de la sécurité – INHESJ, pp. 11-15.
- MCCARTHY, J. D. e MCPHAIL, C. (1997). “L’institutionnalisation de la Contestation aux États-Unis”, in MARCEL LECLERC. *Maintien de L’ordre Vers L’institutionnalisation de la police des manifestations*. Paris: Cahier de la sécurité – INHESJ, pp. 16-35.
- MIRANDA, J. (1997). *Manual de direito constitucional*. Tomo I (6<sup>a</sup> ed.). Coimbra: Coimbra Editora.
- MIRANDA, J. e MEDEIROS, R. (2017). *Constituição Portuguesa Anotada* (2.<sup>a</sup> ed., Vol. I). Lisboa: Universidade Católica.
- MONTEIRO, C., PEREIRA, D., PIRES, H., e SANTO, J. E. (2019). *Constituição da República da Guiné-Bissau Anotada*. Bissau: Faculdade de Direito de Bissau.

- MUNTANER, J. L. (1999). *Ética Policial*. Valência: Tirant Lo Blanch.
- NASCIMENTO, A. (2017). A inelutável independência ou os (in) esperados ventos de mudança em São Tomé e Príncipe. In R. F. MACHAQUEIRO MÁRIO e O, PEDRO AIRES. *O Adeus ao Império: 40 anos de descolonização portuguesa*. Lisboa, Editora Veja.
- NOVAIS, J. R. (2006). *Contributo para uma Teoria do Estado de Direito*. Coimbra: Almedina.
- OLIVEIRA, J. F. (2000). *A Manutenção da Ordem Pública em Portugal* (1.<sup>a</sup> ed). Lisboa: ISCPSI
- OLIVEIRA, J. F. (2006). *As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento: A Emergência do Policiamento de Proximidade*. Coimbra: Almedina.
- OLIVEIRA, J. F. (2015). *A Manutenção da Ordem Pública em Democracia*. Lisboa: ISCPSI-ICPOL.
- PINHO, P. M. M. V. (2009). “O Direito de Reunião e de Manifestação. A Lei e a sua Pática” in M. M. G. VALENTE (coord.). *Reuniões e Manifestações: Actuação Policial*. Coimbra: Almedina, pp. 163-211.
- RAPOSO, J. (2006). *Direito Policial I*. Coimbra: Almedina.
- ROQUE, S. (2018). Massacre de Pindjiguiti, Bissau (1959), in MIGUEL CARDINA e BRUNO SENA MARTINS (org). *As Voltas do Passado*. Lisboa: Tinta-da-China, pp. 33-39.
- ROVER, C. (2005). *Direitos Humanos e Direitos Internacional Humanitário para Forças Policias e de Segurança*. 4.<sup>a</sup> Edição (Trad. SILVIA BACKES, ERNANI S. PILLA, DÉBORA DE AZEVEDO e HUGO MADER). Genebra: Comitê Internacional da Cruz Vermelha – CICV.
- SARLET, I. W. e NETO J. W. (2017). “Liberdade de Reunião, Manifestação e Expressivas em Viés Constitucional-Penal Democrático”, in MÁRCIO TEIXEIRA, CLÁUDIO GUIMARÃES e FABIO SANTIAGO (org.). *Estado, Direitos Humanos e Segurança Pública* (1.<sup>a</sup> ed). São Luís: Edufma, pp. 57-67.
- SARMENTO, C. M. (2009). *Política & Segurança. Novas Configurações do Poder*. Lisboa: Centro de Investigação do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna; Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa.
- SILVA, A. E. D. (2010). *A Invenção e Construção da Guiné-Bissau: Administração Colonial, Nacionalismo e Constitucionalismo*. Coimbra: Almedina.

- SILVA, A. E. D. (2010). *As Constituições da Guiné-Bissau. Que constitucionalismo?* Seminário “Debater a Constituição da Guiné-Bissau” UNIOGBIS/FDB.
- SILVA, F. D. (2003). *Guiné-Bissau – Páginas de história política, rumos de democracia*. Bissau: Firquidja Editora.
- SILVEIRA, O. (1992). *A Tortura em nome do Partido Único: o PAICV e sua polícia política*. Mindelo: Terra Nova e Ponto e Vírgula.
- SOUSA, A. F. (2009). “Direito de reunião e de manifestação no Estado de direito: fundamento, significado e carácter pacífico”, in M. VALENTE (coord.). *Reuniões e Manifestações: Actuação Policial*. Coimbra: Almedina, pp. 106-115.
- SOUSA, A. F. (2009). “Discrecionariedade na atuação policial”, in M. VALENTE (coord.). *Reuniões e Manifestações: Actuação Policial*. Coimbra: Almedina, pp. 215-232.
- SOUSA, A. F. (2009). *Direito de Reunião e de Manifestação*. Lisboa: Quid Juris – Sociedade Editora Ld.<sup>a</sup>.
- SOUSA, A. F. (2016). *Manual de Direito Policial. Direito da Ordem e da Segurança Públicas*. Porto: Vida Económica.
- VALA, J. (1990). “A Análise de Conteúdo”, in SILVA, e J. PINTO, (orgs.). *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento. pp. 101-128.
- VALENTE, M. M. (2007). “Da Segurança Pública: Contributos Para Uma Tipologia”, in J. B. GOUVEIA e R. PEREIRA (coord.). *Estudos de Direito e Segurança*. Coimbra: Almedina, pp. 283-316.
- VALENTE, M. M. G. (2009). “As Novas Tecnologias de Prevenção Criminal e o Urbanismo: o Caso da Videovigilância”, in M. M. G. VALENTE (coord.). *Urbanismo Segurança e Lei*. Tomo II. Coimbra: Almedina, pp. 39-58.
- VALENTE, M. M. (2012). “Desafio aos Fundamentos do Estado de Direito Democrático”, in E. P. CORREIA e R. DUQUE (coord.). *O Poder Político e a Segurança*. Lisboa: Fonte da Palavra, pp. 106-116.
- VALENTE, M. M. G. (2014). *Ciências Polícias: ensaio*. Lisboa: Universidade Católica.
- VALENTE, M. M. (2019). *Teoria Geral do Direito Policial* (6ª ed.). Coimbra: Amedina.
- ZIPPELIUS, R. (1997). *Teoria Geral do Estado* (3ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.



### ARTIGOS EM REVISTAS CIENTÍFICAS

AMADO, L. (2005). “Guiné-Bissau: 30 Anos da Independência”. *Africana Studia*, n.º 8, 2005. Porto: Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 109-135.

CARDOSO, C. (2017). “A Formação da Elite Política na Guiné-Bissau”. *Cadernos de Estudos Africanos*. Lisboa, ISCTE: Centro de Estudos Africanos.

CORREIA, E. P. e DUQUE, R. (2014). “O Poder Político e a Emergência das Políticas Públicas de Segurança”. *Politeia*, Ano VIII – 2014. Lisboa: ISCPSI, pp. 39-49.

CORREIA, E. P. e CLARO, R. (2020). “A Segurança Comunitária e a Pandemia de COVID-19”. *Revista Portuguesa de Ciência Política*, n.º 14. Lisboa: Observatório Político, pp. 21-32.

DUQUE, R. (2014). “Estados frágeis: narrativas e práticas securitárias”. *Segurança e Defesa*, n.º 28 – março-maio, Diário de Bordo, pp. 46-58.

ELIAS, L. e PINHO, P. (2012). “Reuniões e Manifestações – os desafios das novas formas de contestação social”. *Polícia Portuguesa*, IV Série, n.º 3. Lisboa: Polícia de Segurança Pública, Órgão de Informação e Cultura da PSP, pp. 37-51.

ESCORREGA, L. (2009). “A Segurança e os Novos Riscos e Ameaças: Perspetivas Várias”. *Revista Militar*. n.º 2491/2192. Lisboa: Academia Militar.

GUERRA, L. F. (2016). “Clarificação do conceito de Segurança”, in M. M. VALENTE, *Estudo Comemorativos dos 30 anos do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna e dos 10 anos da Politeia*. Lisboa: Artipol, pp. 199-132.

HENK, D. (2005) “Human Security: Relevance and Implications”. *The US Army War College Quarterly – Parameters*. Vol. 35, n.º 2. California, United States Army War College press, pp. 91-106.

JAUARÁ, M. (2005). “Os lusoafrianos e etnorurais disputam o poder na Guiné-Bissau”. *Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 24-25-26: pp. 119-145.

MONTEIRO, A. N. (2016). “Compreender os Direitos Humanos em Cabo Verde: da retórica político-filosófica à *praxis* jurídica”. *Interespaço*, Vol. 2, n.º 4. Maranhão: UFMA, pp. 147-161.

NETO, F. A. (2017). “A Intervenção Policial em Manifestações Públicas Reivindicatórias”. *O Alferes*, Vol. 71 (27), jul./dez. Minas Gerais: Polícia militar, pp. 13-31.



- NÓBREGA, A. (2005). “A Luta pelo Poder na Guiné-Bissau”. *Lusotopie* Vol. XII. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, pp. 275-277.
- NOGUEIRA, L. O. (2015). “A Proibição do Excesso e a Proteção do Núcleo Essencial dos Direitos Fundamentais Enquanto Garantias Jurídico-constitucionais: Limites aos Limites”. *Revista Jurídica Luso Brasileira*. Vol. n.º 1. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, pp. 1301-1345.
- PEREIRA, D. M. (2016). “Revolucionar ou Reajustar a Segurança Privada: Alterações e crítica à Lei nº 34/2013, de 16 de maio”. In M. M. VALENTE, Estudos Comemorativos dos 30 anos do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna e dos 10 anos da Politeia. *Studis varia*, Vols. 1. Lisboa: Artipol, pp. 59-118.
- RODRIGUES, I. N (2018). “Descolonizar a Fantasmagoria. Uma reflexão a partir do «Massacre de 1953» em São Tomé e Príncipe”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 115. Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, pp. 29-50.
- SANCHES, E. (2010). “Institucionalização dos Sistemas Partidários na África Lusófona – O caso cabo-verdiano”. *Cadernos de Estudos Africanos*. Lisboa, ISCTE: Centro de Estudos Africanos, pp. 111-138.
- SANTOS, Á. M. (2016). “Segurança e Globalização: A Perspetiva dos estudos Críticos de Segurança”. *Proelium*, Série X, Vol. 7. Lisboa: Academia Militar, pp. 10-107.
- SCHMITTER, P. e KARL, T. (1991) “What Democracy is... and is not”. *Journal of Democracy*, Vol. 2, n. 3, p. 75-88. Washington: National Endowment for Democracy, University Press.
- SEIBERT, G. (2016). “São Tomé and Príncipe 1975-2015: politics and economy in a former plantation colony”. *Estudos Ibero-Americanos*. Vol. 42, n.º 3. Porto Alegre: PUCRS, pp. 987-1012.
- SILVA, A. E. D. (2006) “Guiné-Bissau: a causa do nacionalismo e a fundação do PAIGC”. *Cadernos de Estudos Africanos*. Lisboa, ISCTE: Centro de Estudos Africanos, pp. 142-167.
- SUCUMA, A. (2017). “Breve Histórico Sobre a Construção do Estado da Guiné-Bissau”. *Caderno de História UFPE*. Vol. 9, n.º 9. Pernambuco: UFPE, pp. 129-144.

# REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO

## A INTERVENÇÃO DA POLÍCIA NA MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA NA GUINÉ-BISSAU

---

### LEGISLAÇÃO

COMISSÃO AFRICANA DOS DIREITOS HUMANOS E DOS POVOS (1981). *Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos*. Banjul.

HUMAN RIGHTS COUNCIL, UNITED NATIONS (2012). *Report of the Special Rapporteur on the rights to freedom of peaceful assembly and of association*. New York: United Nations Publications.

OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER HUMAN RIGHT, UNITED NATIONS (1965). *International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination*. New York: United Nations Publications.

OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER HUMAN RIGHT, UNITED NATIONS (1966). *International Covenant on Civil and Political Rights*. New York: United Nations Publications.

OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER HUMAN RIGHT, UNITED NATIONS (1966). *International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights*. New York: United Nations Publications.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (1994). *Human Development Report*. New York: Oxford University Press.

UNITED NATIONS (1948). *Universal Declaration of Human Rights*. New York: United Nations Publications.

UNITED NATIONS (1961). *Vienna Convention on Diplomatic Relations*. New York: United Nations Publications.

### LEGISLAÇÃO GUINEENSE

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU (aprovada a 16 de maio de 1984).

DECRETO-LEI n.º 4/1993. Aprova o código penal.

DECRETO-LEI n.º 5/93. Aprova o código de processo penal. Suplemento ao Boletim oficial n.º 41, de 13 de outubro de 1993.

LEI n.º 8/2010. Suplemento ao Boletim oficial n.º 25, de 22 de junho de 2010 Aprova a Lei Orgânica de Guarda Nacional.

LEI n.º 9/2010. Suplemento ao Boletim oficial n.º 25, de 22 de junho de 2010. Aprova a orgânica da Polícia de Ordem Pública.

RESOLUÇÃO n.º 20/85, suplemento ao Boletim Oficial n.º 49, de 7 de dezembro de 1985 (Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos).

### LEGISLAÇÃO PORTUGUESA

DECRETO DE APROVAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO, aprova a Constituição da República Portuguesa. Diário da República, I Série. n.º 86/76 de 10 de abril. Com alteração mais recente, pela LEI CONSTITUCIONAL n.º 1/2005, de 12 de agosto.

DECRETO N.º 16199/1928, *Diário do Governo* n.º 281/1928, Série I de 1928-12-06. Aprova o Código do trabalho dos indígenas nas colónias portuguesas de África. Diário de República, pp. 2443-2484.

DECRETO-LEI N.º 39666/1954, *Diário do Governo* n.º 110/1954, Série I de 1954-5-20. Promulga o Estatuto dos Indígenas Portugueses das províncias da Guiné, Angola e Moçambique. Diário de República, pp. 560-565

DECRETO-LEI N.º 406/74, *Diário do Governo* n.º 201/1974, 1º Suplemento, Série I de 1974-8-29. Garante e regulamenta o direito de reunião, p. 964.

### TESES E DISSERTAÇÕES

BARBOSA, G. M. (2020). *A Transição Democrática em Cabo Verde: o Caso do Poder Local*. Dissertação de mestrado em Ciência Política. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

DIAS, H. V. (2005). *As Medidas de Polícia Administrativa e a Polícia de Segurança Pública*. Lisboa: ISCPSI. Trabalho Final do Curso de direção e Estratégia Policial.

ELIAS, M. L. (2011). *Segurança na Contemporaneidade - Internacionalização e Comunitarização*. Tese de Doutoramento em Ciência Política, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Universidade de Lisboa.

MATOS, D. S. (2018). *Um Registo da História: A Primeira República Santomense através do jornal Revolução*. Dissertação de mestrado em Ciência Política. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

MENDES, L. F. (2010). *Democracia na Guiné-Bissau: Por uma mudança de mentalidade*. Dissertação de mestrado em Sociologia. Coimbra: Universidade de Coimbra.

RIBEIRO, V. J. M. (2016). *Os Direitos, Liberdades e Garantias à Luz da Nova Constituição da República de Angola de 2010*. Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses. Coimbra: Universidade de Coimbra.

ROBALO, A. M. S. B. (2018). *O Exercício do Direito Fundamental de Manifestação: A Ingerência Pelas Forças de Segurança*. Tese de Doutoramento em Ciências Jurídicas. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.

SEMEDO, A. (2019). *Segurança e Turismo a Polícia Nacional e a Promoção da Segurança no Turismo em Cabo Verde*. Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

STILL, G. K. (2000). *Crowd Dynamic*. Doctoral thesis of Philosophy in Mathematics. United Kingdom: University of Warwick.

### IMPrensa

CASSAMÁ, L. (2017). “Carga policial condenada por várias organizações”, *VOA*. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/bissau-manifestacoes/3804063.html>. Data de acesso: 20 de março de 2021.

DANSO, I. (2021). “Vive-se um clima de terror na Guiné-Bissau”, *DW*. Disponível em <https://www.dw.com/pt-002/vive-se-um-clima-de-terror-na-guin%C3%A9-bissau/a-56426908>. Data de acesso: 20 de março de 2021.

E-GLOBAL (2021). “Guiné-Bissau: Três pessoas foram detidas durante manifestação de estudantes”, *e-Global*. Disponível em <https://e-global.pt/noticias/lusofonia/guine-bissau/guine-bissau-tres-pessoas-foram-detidas-durante-manifestacao-de-estudantes/>. Data de acesso: 28 de janeiro de 2021.

LUSA (2019). “Polícia dispersa com gás lacrimogéneo manifestação com milhares de pessoas em Bissau”, *Correio da Manhã*, disponível em <https://www.cmjornal.pt/mundo/africa/detalhe/policia-dispersa-com-gas-lacrimogeneo-manifestacao-com-milhares-de-pessoas-em-bissau>. Data de acesso: 20 de dezembro de 2020.

LUSA, (2019). “Manifestação em Guiné-Bissau provoca um morto”, *Correio da Manhã*. Disponível em <https://www.cmjornal.pt/mundo/detalhe/manifestacao-em-guine-bissau-provoca-um-morto>. Data de acesso: 2 de dezembro de 2020.

# REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO

## A INTERVENÇÃO DA POLÍCIA NA MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA NA GUINÉ-BISSAU

---

LUSA (2019). “Um morto em manifestação não autorizada na Guiné-Bissau”, *TSF*. Disponível em <https://www.tsf.pt/mundo/um-morto-em-manifestacao-nao-autorizada-na-guine-bissau-11449361.html>. Data de acesso: 2 de dezembro de 2020.

O DEMOCRATA (2021) “Vigília: polícia dispersa jovens que protestavam contra a falta de condições no Hospital Simão Mendes”, *O Democrata*. Disponível em [https://www.odemocratagb.com/?p=28315&fbclid=IwAR1qphtjZHK6UEYRwwf0cdBAKPRYghnk9AKazEP7NRR\\_-gVZde8nYvx0F\\_s](https://www.odemocratagb.com/?p=28315&fbclid=IwAR1qphtjZHK6UEYRwwf0cdBAKPRYghnk9AKazEP7NRR_-gVZde8nYvx0F_s)

RFI (2019). “Manifestação abortada de alunos em Bissau”, *RFI*. Disponível em <https://www.rfi.fr/pt/guine-bissau/20190527-manifestacao-abortada-de-alunos-em-bissau>. Data de acesso: 20 de dezembro de 2020.

ROQUE, S. (2019). “3 de Agosto de 1959, Massacre de Pindjiguiti, Bissau”, *ESQUERDA*. Disponível em <https://www.esquerda.net/dossier/3-de-agosto-de-1959-massacre-de-pindjiguiti-bissau/63784>.

### FONTES ELETRÓNICAS

BAÍA, O. (2013). Reflexão Sobre os Direitos Fundamentais em São Tomé e Príncipe. *Téla Nón*. Consultado a 10 de janeiro de 2021 de <https://www.telanon.info/suplemento/opiniao/2013/04/28/13052/reflexao-sobre-os-direitos-fundamentais-em-sao-tome-e-principe/>.

CANOTILHO, J. J. (s.d.). *Estado de Direito*. Consultado a 18 de novembro de 2020, de [https://www.academia.edu/4993701/Joaquim\\_Jos%C3%A9\\_Gomes\\_Canotilho\\_Estado\\_de\\_Direito](https://www.academia.edu/4993701/Joaquim_Jos%C3%A9_Gomes_Canotilho_Estado_de_Direito).

CLEMENTE, P. J. (2014). Polícia e Segurança : Breves Notas. Consultado a 20 de novembro de 2020, de <http://revistas.lis.ulsiada.pt/index.php/lpis/article/view/146/135>.

FERRO, M. (2017). *Segurança Humana*. Consultado em 1 de dezembro de 2020, de Euroogle: <http://euroogle.com/dicionario.asp?definition=1014>.

FILOCRE, L. D. (2017). *Direito Policial Moderno. Polícia de Segurança Pública no Direito Administrativo Brasileiro*. São Paulo: Almedina Brasil. Consultado a 24 dezembro de 2020 de [https://books.google.pt/books?id=zyyDwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs\\_book\\_other\\_versions#v=onepage&q&f=false](https://books.google.pt/books?id=zyyDwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_book_other_versions#v=onepage&q&f=false).

# REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO

## A INTERVENÇÃO DA POLÍCIA NA MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA NA GUINÉ-BISSAU

---

LIMA, A. M. C. (2007). *Reuniões, Manifestações e Atuação Policial*. Nota para uma conferência. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. Consultado a 20 de dezembro de 2020, de <https://www.odireitoonline.com/reunioes-manifestacoes-e-actuacao-policial.html>.

MALUF, S. (2018). *Teoria Geral do Estado* (34.<sup>a</sup> ed.). São Paulo: Saraiva. Consultado a 15 de dezembro de 2020, de [https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=ZdRiDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=origem+do+Estado+&ots=9W8SxB7cLp&sig=\\_wmViCMbkBEpsK8sFSH59JSjfr8&redir\\_esc=y#v=onepage&q=origem%20do%20Estado&f=false](https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=ZdRiDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=origem+do+Estado+&ots=9W8SxB7cLp&sig=_wmViCMbkBEpsK8sFSH59JSjfr8&redir_esc=y#v=onepage&q=origem%20do%20Estado&f=false).

PETRONI, C. C. (s/d). *Declaração de Direitos de 1689*. Consultado em 29 de dezembro de 2020 de <https://www.infoescola.com/historia/declaracao-de-direitos-de-1689/>.

TARANTA, Â. (2008). *Conceito de Ordem Pública e Bons Costumes nos Contratos*. Portugal: Verbo Jurídico. Consultado a 20 de dezembro de 2020, de [https://www.verbojuridico.net/doutrina/civil/civil\\_ordempublicabonscostumes.pdf](https://www.verbojuridico.net/doutrina/civil/civil_ordempublicabonscostumes.pdf).

# **REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO**

**A INTERVENÇÃO DA POLÍCIA NA MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA NA GUINÉ-BISSAU**

---

## **ANEXOS E APÊNDICES**

# REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO

A INTERVENÇÃO DA POLÍCIA NA MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA NA GUINÉ-BISSAU

---

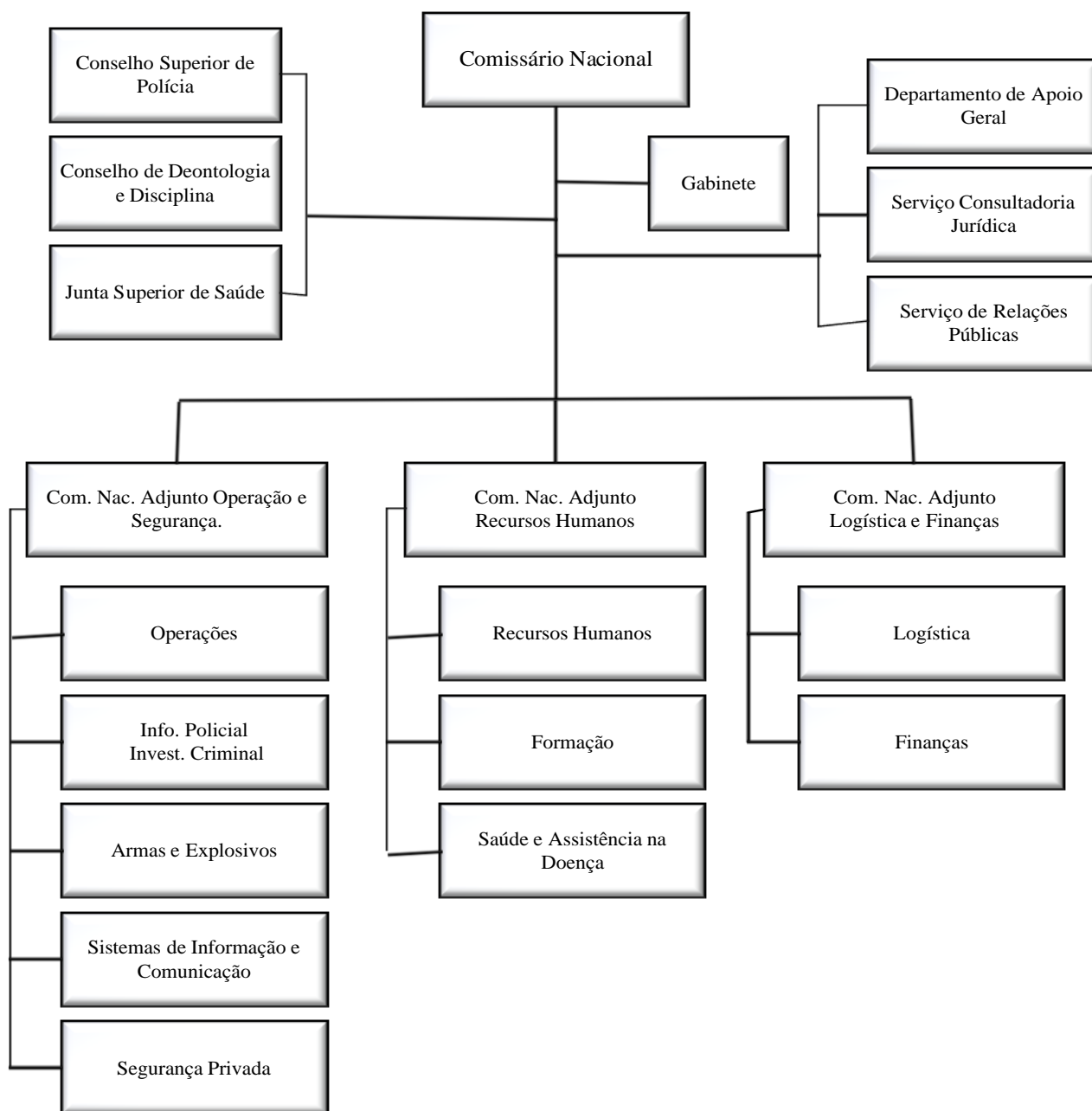
## ANEXO A



# REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO

A INTERVENÇÃO DA POLÍCIA NA MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA NA GUINÉ-BISSAU

## ANEXO A ORGANOGRAMA DA POP



Fonte dos dados: Adaptado da LOPOP, 2021.

# REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO

A INTERVENÇÃO DA POLÍCIA NA MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA NA GUINÉ-BISSAU

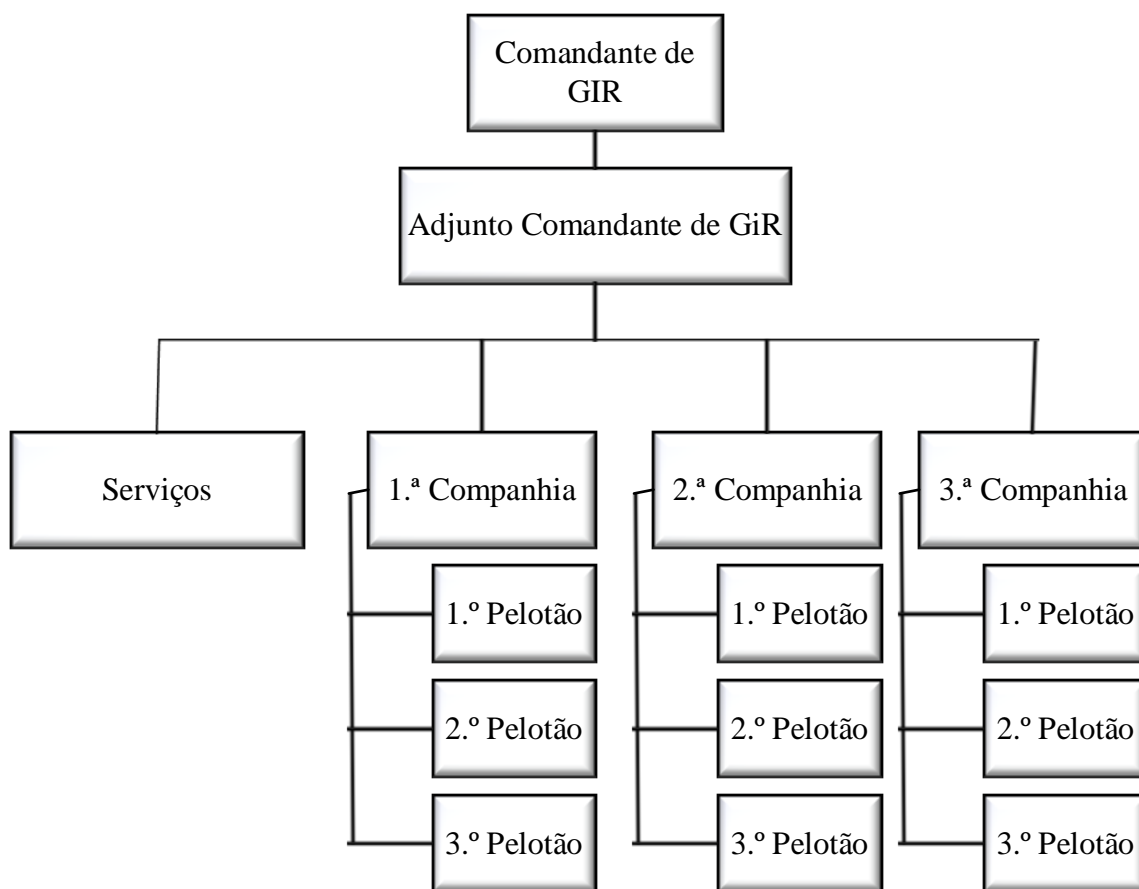
---

## ANEXO B

# REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO

A INTERVENÇÃO DA POLÍCIA NA MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA NA GUINÉ-BISSAU

## ANEXO B – ORGANOGRAMA DE GRUPO DA INTERVENÇÃO RÁPIDA



Fonte dos dados: Adaptado da LOPOP, 2021.

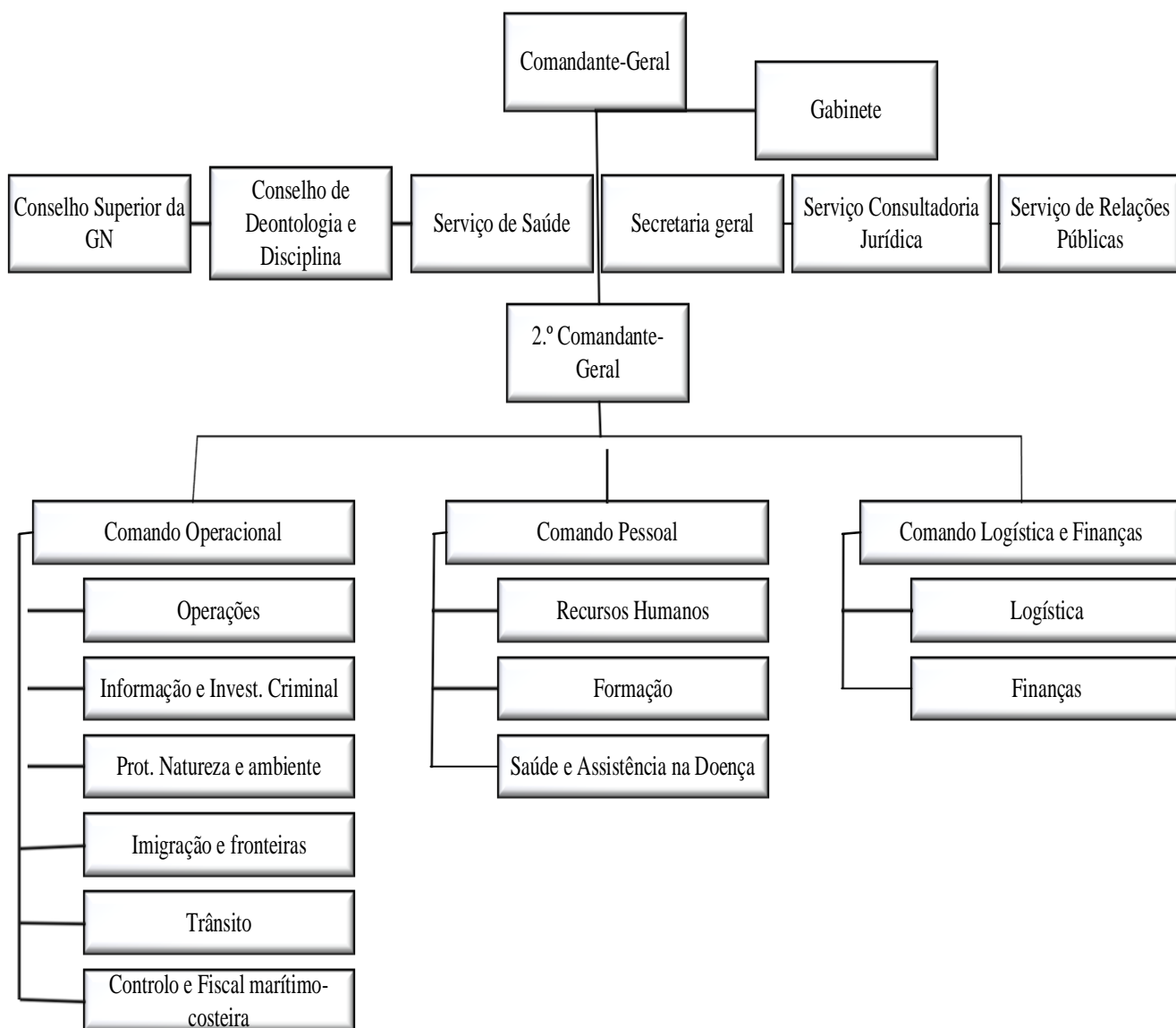
# REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO

A INTERVENÇÃO DA POLÍCIA NA MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA NA GUINÉ-BISSAU

---

## ANEXO C

### ANEXO C - ORGANOGRAMA DA GN



Fonte dos dados: Adaptado da LOGN, 2021.

# REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO

A INTERVENÇÃO DA POLÍCIA NA MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA NA GUINÉ-BISSAU

---

## APÊNDICE A

# REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO

A INTERVENÇÃO DA POLÍCIA NA MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA NA GUINÉ-BISSAU

## APÊNDICE A -DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO/COLABORAÇÃO EM TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS



Rua 1.º de Maio, 3  
1349 – 040 LISBOA



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA  
**POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS  
E  
SEGURANÇA INTERNA

### DECLARAÇÃO

Para os devidos efeitos, declara-se que o Aspirante a Oficial de Polícia (AOP) **Alexandre Danfá**, aluno deste Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, portador do passaporte n.º C0021596, válido até 10/09/2025, frequenta em regime de internato, neste ano letivo 2020/2021, o 5.º Ano do "Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais" (CMICP).

O aluno encontra-se a desenvolver um trabalho científico no âmbito da sua dissertação de mestrado na área das ciências policiais, subordinada ao tema "Reunião e Manifestação, a Intervenção da Polícia na Manutenção da Ordem Pública".

Por ser verdade, se passa a presente declaração, que por mim vai assinada e autenticada com o selo deste estabelecimento de ensino superior.

Lisboa e ISCPSI, 31 de março de 2021

  
O Diretor

José Carlos Bastos Leitão  
Superintendente



# REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO

A INTERVENÇÃO DA POLÍCIA NA MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA NA GUINÉ-BISSAU

---

## APÊNDICE B



### APÊNDICE B- GUIÃO DA ENTREVISTA

No âmbito do Trabalho de Dissertação Final de Mestrado intitulado “Reunião e Manifestação: a Intervenção da Polícia na Manutenção da Ordem Pública”, a decorrer no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), do qual são orientadores a PROFESSORA DOUTORA RAQUEL DOS SANTOS DUQUE e o PROFESSOR DOUTOR EDUARDO PEREIRA CORREIA, tendo como orientando ALEXANDRE MONTEIRO DANFÁ, pretende-se realizar uma entrevista com o propósito de sustentar todo o trabalho de investigação realizado e, neste contexto, pretende-se compreender como se garante direito de reunião e de manifestação na Guiné-Bissau. Caso o Sr/a. me permitir fazer esta entrevista as questões a colocar serão as seguintes:

Nome: \_\_\_\_\_

Patente/função: \_\_\_\_\_

Local: \_\_\_\_\_

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/ 2021.

1. Reunião e manifestação é um direito consagrado na Constituição República da Guiné-Bissau no artigo 54.º que, remete para legislação ordinária a sua realização. O exercício do direito de reunião e de manifestação carece de alguma autorização por parte da autoridade administrativa?
2. Na sua opinião, o exercício de direito de reunião e manifestação, previsto constitucionalmente, está balizado por um conjunto de circunstâncias proibitivas, ou representa um livre exercício de direito?
3. Como é que avalia papel do Estado relativamente ao direito de reunião e de manifestação? Tem sido um papel facilitador ou obstrutivo?
4. Em que situações pode o direito de reunião e de manifestação ser impedido? E porque que autoridades?
5. Qual é a avaliação que pode fazer da atuação das forças de segurança no que concerne ao direito de reunião e de manifestação?
6. A nível interno da polícia, existe alguma norma que padroniza a atuação policial em caso de reunião e/ou manifestação?
7. Quais são indicadores que podem levar a polícia a dispersar uma reunião ou manifestação?

# REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO

A INTERVENÇÃO DA POLÍCIA NA MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA NA GUINÉ-BISSAU

---

## APÊNDICE C

### APÊNDICE C- ENTREVISTA AO VLADIMIR VICTORINO GOMES

Nome: VLADIMIR VICTORINO GOMES

Patente/função: Presidente da Associação Juvenil para Promoção e Defesa dos Direitos Humanos.

Local: Bissau-Guiné-Bissau

Data 13 / 02/ 2021.

1. Reunião e manifestação é um direito consagrado na Constituição República da Guiné-Bissau no artigo 54.º que, remete para legislação ordinária a sua realização. O exercício do direito de reunião e de manifestação carece de alguma autorização por parte da autoridade administrativa?

R: *o preceito constitucional em referência, nos n.ºs 1.º e 2.º, comporta a categoria constitucional de uma norma “perceptível e não exequível por si mesma”. Isto significa que no quadro legal, apesar de a Constituição da República consagrar esse direito (direito a um livre exercício de manifestação...) no capítulo dos direitos fundamentais, ele mesmo (o direito de manifestar) não tem operacionalidade imediata a partir da lei Magna. E, isto vem significar em outra vertente que, a Constituição fez remissão à lei ordinária para, de acordo com o espírito constitucional, regular o exercício desse direito. A lei ordinária é lei 03/92 de abril (Lei de Reunião e de Manifestação).*

*E, nesta lei, já em resposta à sua questão, não consagra em nenhum dos artigos a regra que dá poderes ao Governo ou entidade administrativa para “autorizar a realização de reunião ou manifestações”.*

*Na lei só está prevista a regra segundo a qual, quem queira exercer esse direito, deve por questão de segurança, AVISAR/COMUNICAR as autoridades como dita artigo 6.º, n.º1 da referida lei. Sim, só avisar e avisar não se equipara a PEDIR, a partir do pedido que se pode dar autorização.*

2. Na sua opinião, o exercício de direito de reunião e manifestação, previsto constitucionalmente, está balizado por um conjunto de circunstâncias proibitivas, ou representa um livre exercício de direito?

R: *nesta questão ser-me-ei categórico. Sim, o direito fundamental a manifestação está fortemente ameaçada pelo próprio Estado, por adotar uma lei ordinária que contém regras que condicionam e afetam gravemente o exercício desse direito o que, para nós AJPDH, para além de “cheirar inconstitucionalidade superveniente...”, esvazia o sentido útil do previsto na Constituição da República da Guiné-Bissau.*

*A lei n.º 03/92 de 6 de abril proíbe praticamente o livre exercício desse direito. E, quando dissemos que a lei de manifestação em vigor na Guiné-Bissau esvazia o conteúdo da Constituição, é por entre várias inconveniências, a título de exemplo:*

*1-Período mínimo de comunicação às autoridades das intenções de se manifestar (4 dias antes da data da realização do protesto) previsto no n.º 1, segunda parte do artigo 6.º. Isso não é concebível se se recorrer àquilo que é a “natureza de manifestação”. Manifestar pode ser um ato espontâneo e, por assim ser, a qualquer momento o cidadão pode levantar-se e protestar de forma pacífica, contra aquilo que acha lhe favorecer ou desfavorecer. Daí que, os 4 dias de antecedência não passam de um condicionalismo forte o livre exercício de reunião manifestação.*

*2-Raio de distância de 100 metros das instituições da República, Representações diplomáticas, hospitais, aquartelamentos militares (artigo 4 n.º 2). Em certa medida, algumas instituições aqui referenciadas, como hospitais faz sentido, mas resto das instituições depende das circunstâncias e de objetivo da própria manifestação. Ora, se estiver a exigir que se diste a 100 metros e, se na Guiné-Bissau as próprias instituições de Estado (Órgãos de Soberania), têm instalações “nas vias públicas-estradas”, por exemplo, os muros da ANP e do Palácio do Governo estão à a menos de 20 metros da via pública. Como seria possível uma manifestação sem passar por perto, ou seja, à menos de 100 metros? Praticamente impossível. Algo está desenquadrado...! Mais um condicionalismo forte!*

*3-Dias da semana. Protestos devem ser só nos finais de semana, se sábado a partir das 13 horas e, se for para dias da semana, às 19 horas (artigo 5.º, n.º 2), isso é sim dos mais absurdos! Essas limitações não fazem sentido. Quem esperaria por essas horas quando tiver de manifestar mais cedo? Fim ao cabo,*

*o livre exercício de manifestação é proibido pela Lei ordinária. São apenas algumas indicações mais relevantes dos condicionalismos.*

3. Como é que avalia papel do Estado relativamente ao direito de reunião e de manifestação? Tem sido um papel facilitador ou obstrutivo?

*R: em decorrência do acima exposto, não resta dúvida alguma em como, o papel do Estado da Guiné-Bissau em garantir o livre exercício desse direito tem sido fortemente obstrutivo. Quem exerce o poder para se defender recorre à lei em causa para fundamentar o “absurdo e proibir factualmente o exercício desse direito!” E, como consequência, o cidadão manifestante entra em choque com as autoridades que, entretanto, de forma desproporcional utilizam a força física, sem observância mínio do padrão internacional de utilização dessa força, ou seja, princípio da proporcionalidade e da dignidade da pessoa humana.*

4. Em que situações pode o direito de reunião e de manifestação ser impedido? E porque que autoridades?

*R: bem, o exercício do direito à reunião e à manifestação pode levar consigo conjunto de atos que possam atentar contra a sociedade e o próprio Estado. Neste sentido, todos concordarmos quando se trata de manifestações e ou reuniões ilícitas que atentam contra o bem jurídico fundamental (valores sociais e estaduais, o bem coletivo), pode e deve ser impedido o exercício desses direitos, aliás a lei guineense vai nesse sentido (artigo 7.º).*

*É óbvio que, o Estado, enquanto o monopolista (quem, só tem o direito de uso de força) é quem pode proibir, através do Ministério do Interior.*

5. Qual é a avaliação que pode fazer da atuação das forças de segurança no que concerne ao direito de reunião e de manifestação?

*R: ao que me é revelado pelo passado recente (entre 2015 e 2020) e, até ao momento, a atuação das forças de ordem na Guiné-Bissau tem sido um “desastre”, tudo mau, infelizmente!*

*Atuação das forças de ordem no nosso país, contrapõe o nome pelo qual respondem (forças de ordem). Mais desordenam o que está em ordem.*

*Ora, vou fundamentar. Primeiro: mal ou falta de preparação dos agentes das forças de ordem. Revela-se um quadro de atuação dos agentes sem mínima*

*preparação para lidar com os direitos fundamentais de reunião e de manifestação.*

*Agentes não esgotam, no mínimo, as regras internacionais de utilização da força física do Estado contra quem manifeste publicamente e não só, querendo-o dispersar.*

*O conhecimento nesse domínio é me residual, embora, o pouco que sei através do UNIOGBIS, é que toda e qualquer manifestação pode requer uma intervenção policial e, essa intervenção vai em função da evolução do protesto e, sobretudo do nível da desordem, de reação dos manifestantes.*

*Primeiro, temos: advertência verbal, o uso de bastão (bater manifestantes em partes do corpo que não provocam lesões graves, sobretudo nos ossos...), utilização de bombas de água (fria ou quente), depois bombas de gás lacrimogénio, a seguir balas de borracha, e, porventura, utilização de balas reais (o que raras vezes acontece).*

*Na Guiné-Bissau, isso não se observa. O normal em Guiné-Bissau é se sentir a presença da polícia através de gases lacrimogénio, as forças policiais mal chegarem começam em tom de autoritarismo logo iniciam a dirigir palavrão acompanhado de bastão, gás lacrimogénio, tudo indiscriminadamente. É grave!!!*

*Pior de tudo, alegam terem recebido ordens superiores, talvez sem saberem que o direito lhes assiste a recusa de ordens ilegais.*

6. A nível interno da polícia, existe alguma norma que padroniza a atuação policial em caso de reunião e/ou manifestação?

*R: não sei se existe um documento de género. Nem parece que existe!*

7. Quais são indicadores que podem levar a polícia a dispersar uma reunião ou manifestação?

*R: é uma questão muito aberta. Indicadores no caso da Guiné-Bissau são determinados em função dos interesses de quem exerce o poder.*

*O que realmente deve, a meu ver servir de indicadores para dispersar uma reunião ou manifestação, é justamente ameaças à segurança do país (Estado), aos interesses reais dos cidadãos e à sociedade em geral.*

# REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO

A INTERVENÇÃO DA POLÍCIA NA MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA NA GUINÉ-BISSAU

---

## APÊNDICE D

### APÊNDICE D- ENTREVISTA AO CAPITÃO JÚLIO SAMBÚ

Nome: JÚLIO SAMBÚ

Patente/função: Capitão/2.º Comandante da Unidade do Comando Geral da GN

Local: Comando Geral da GN, Bissau, Guiné-Bissau

Data: 14/ 03/ 2021.

1. Reunião e manifestação é um direito consagrado na Constituição República da Guiné-Bissau no artigo 54.º que, remete para legislação ordinária a sua realização. O exercício do direito de reunião e de manifestação carece de alguma autorização por parte da autoridade administrativa?

*R: Em termos legais/formais o exercício dos direitos de reunião e de manifestação não carece de autorização alguma por parte da autoridade administrativa (vide Lei 3/92, artigo 3.º). Porém, exige-se que se avise a autoridade competente, neste caso o Ministério do Interior ou o Comando da Polícia e Ordem Pública no caso do local da aglomeração se situar nas regiões. Importa destacar que, isso é apenas formalmente. Pois, o que acontece na prática é que essas autoridades atuam como se o exercício do direito da reunião e manifestação dependesse da autorização prévia delas (autoridades competentes).*

2. Na sua opinião, o exercício de direito de reunião e manifestação, previsto constitucionalmente, está balizado por um conjunto de circunstâncias proibitivas, ou representa um livre exercício de direito?

*R: Na minha opinião, diria que, apesar desses direitos serem instrumentos basilares para a formação da opinião pública sobretudo quando se trata de um Estado de direito democrático, ainda assim o exercício de direito de reunião e manifestação é balizado pela lei. Daí podemos destacar a lei número 3/92 que, entre outros, contém normas que dificultam o normal exercício de direitos de reunião e manifestação.*



*Além dessas situações acima referidas, importa referir que o exercício de direito de reunião e manifestação não é absolutamente livre, pois pode ser suspenso ou limitado em caso de estado de emergência. Cfr. Art.º n.º 30/2 da CRGB.*

3. Como é que avalia papel do Estado relativamente ao direito de reunião e de manifestação? Tem sido um papel facilitador ou obstrutivo?

*R: No meu ponto de vista, o Estado nos últimos anos tem desempenhado um papel híbrido. Isto é, ora facilitador, ora obstrutivo, dependendo das convicções de quem detenha o poder (governantes) e de quem esteja a promover a reunião ou manifestação.*

4. Em que situações pode o direito de reunião e de manifestação ser impedido? E porque que autoridades?

*R: O direito de reunião e manifestação pacífica pode ser impedido, suspenso, limitado ou impedido durante a vigência de estados de exceção (estado de sítio/ estado de emergência) ou pelas situações previstas nos artigos 4.º e 7.º da lei 3/92.*

*É o Estado a quem compete tomar essas decisões de suspender, limitar, impedir ou não o exercício de direito de reunião e manifestação.*

5. Qual é a avaliação que pode fazer da atuação das forças de segurança no que concerne ao direito de reunião e de manifestação?

*R: A atuação das forças de segurança nesta matéria tem sido tudo, menos pedagógica e republicana. Em regra, as forças de segurança são aplicadoras de lei. O governo emite Decreto, mas não é o ministro, nem o Primeiro-ministro que irá compelir as pessoas a respeitarem as regras estabelecidas no Decreto, pois esta seria a tarefa reservada aos agentes das forças de segurança.*

*Levando em consideração aos padrões internacionais para o uso da força física do Estado, as forças de segurança devem, nas suas atuações, respeitar os seguintes pressupostos:*

- *Comandos verbais (abordagem);*
- *Uso de meios não letais, que são conhecidos como meios que não vão causar a morte da pessoa, isto é, não vão afetar os direitos fundamentais e nem*

*provocar danos irreparáveis; Ex: Uso de bastão, gás lacrimogéneo, canhão de água, balas de borracha etc.*

*Pode-se usar arma de fogo ou disparar só quando os manifestantes estiverem a usar meios iguais que podem pôr em causa a vida dos próprios agentes.*

*A cada etapa, tem de se justificar que é o único meio necessário e indispensável para compelir os cidadãos a respeitarem as regras.*

6. A nível interno da polícia, existe alguma norma que padroniza a atuação policial em caso de reunião e/ou manifestação?

*R: Uma das atribuições da polícia guineense é garantir as condições de segurança que permitam o exercício dos direitos e liberdades e o respeito pelas garantias dos cidadãos, bem como o pleno funcionamento das instituições democráticas, no respeito pela legalidade e pelos princípios do Estado de direito. Aliás, para além da respetiva lei orgânica, formalmente desconheço eu da existência duma norma sobre a atuação da polícia face ao direito da reunião ou da manifestação.*

7. Quais são indicadores que podem levar a polícia a dispersar uma reunião ou manifestação?

*R: A polícia pode dispersar uma reunião ou manifestação quando estas tenham por objeto/fins contrários a lei, a moral, os direitos das pessoas singulares ou coletivas, a ordem e tranquilidade pública etc. (Vide artigo 7.º da lei 3/93 de 6 de abril). Importa referir que esta lei de manifestação contém normas que vêm esvaziar determinados conteúdos constitucionais, basta olharmos para os artigos 4.º e 5.º do mesmo diploma legal chegaremos a esta conclusão.*

# REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO

A INTERVENÇÃO DA POLÍCIA NA MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA NA GUINÉ-BISSAU

---

## APÊNDICE E

### APÊNDICE E- ENTREVISTA AO SUPERINTENDENTE SABUM SEIDE

Nome: SABUM SEIDE

Patente/função: Superintendente/Serviço de Cooperação e Relação Internacional da POP (ex-Comandante de GIR).

Local: Bissau, Guiné-Bissau

Data: 14/ 03/ 2021.

1. Reunião e manifestação é um direito consagrado na Constituição República da Guiné-Bissau no artigo 54 que, remete para legislação ordinária a sua realização. O exercício do direito de reunião e de manifestação carece de alguma autorização por parte da autoridade administrativa?

R: *O exercício de direito de reunião e manifestação não carece de alguma autorização administrativa conforme o artigo 3.º da lei n.º 3/92 de 6 de abril. Constitucionalmente a todos os cidadãos é garantido o livre exercício de direito de reunirem em lugares públicos, abertos ao público e particulares independente de autorização para fins não contrária à lei, à moral, aos direitos das pessoas singulares ou coletivas e á ordem e tranquilidade pública.*

2. Na sua opinião, o exercício de direito de reunião e manifestação, previsto constitucionalmente, está balizado por um conjunto de circunstâncias proibitivas, ou representa um livre exercício de direito?

R: *considero que sim. Apesar de exercício de direito a reunião e manifestação previsto constitucionalmente, mas sim, está balizado a certas circunstâncias proibitivas e repressivas. A lei n.º 3/92, comporta algumas limitações/proibições, por exemplo, o artigo 4.º prevê a possibilidade de autoridades impedir a realização de reunião ou manifestação em lugares públicos situado a menos de 100 metros das sedes de órgãos da soberania, dos estabelecimentos hospitalares, escolares e dos mercados. Já para as instalações militares e militarizadas, estabelecimentos prisionais, das representações diplomáticas ou consulares e das sedes de outros Partidos Políticos, é expressamente proibida. Um outro limite, são as previstas no artigo 5.º da referida lei, os cortejos e os desfiles só*

*poderão ter lugar aos domingos e feriados, aos sábados, só depois das 13 horas e nos dias uteis depois das 19 horas. Temos também as proibições das manifestações ilícitas.*

3. Como é que avalia papel do Estado relativamente ao direito de reunião e de manifestação? Tem sido um papel facilitador ou obstrutivo?

*R: O papel do Estado relativamente ao direito à reunião e manifestação tem sido avaliado de melhor, como consta na própria Constituição da República da Guiné-Bissau (CRGB), que o Estado é pessoa de bem que as suas atuações respeitam a Constituição e as leis, neste relevo a lei n.º 3/92 de 06 de abril, lei sobre direito a reunião e manifestação.*

4. Em que situações pode o direito de reunião e de manifestação ser impedido? E porque que autoridades?

*R: As situações em que o direito a reunião e manifestação pode ser interrompido são as previstas na lei n.º 3/92, no artigo 4, ou seja, quando não são respeitadas as ordens de distanciamento da instalação dos órgãos da soberania, hospitalares, escolares como também, estabelecimentos militares e militarizadas, estabelecimentos prisionais, das representações diplomáticas ou consulares e das sedes de outros Partidos Políticos. Também quando não são respeitados os horários estabelecidos na lei.*

*Autoridade competente para impedir e, responsável pela manutenção da ordem pública é a POP.*

5. Qual é a avaliação que pode fazer da atuação das forças de segurança no que concerne ao direito de reunião e de manifestação?

*R: Avaliação que se pode fazer da atuação das forças de segurança no que concerne a direito de reunião e manifestação não podia ser outra coisa além do melhor, pois que atuação das forças de segurança é estritamente necessária e baseado na lei, cumprir e fazer cumprir a lei, garantir a ordem e a tranquilidade pública, a segurança e a proteção das pessoas e bens.*

6. A nível interno da polícia, existe alguma norma que padroniza a atuação policial em caso de reunião e/ou manifestação?

*R: Sim, a nível interno de estrutura da Polícia existe normas que padroniza atuação policial em caso de reunião e manifestação, conforme previsto nas alíneas a), b), c) e d) do n.º 2 de artigo 3 da lei n.º 9/2010 de 22 de junho.*

*Este artigo, atribui à polícia função de garantir as condições de seguranças que permita o exercício dos direitos e liberdades e o respeito pelas garantias dos cidadãos, bem como o pleno funcionamento das instituições democráticas no respeito pela legalidade e pelos princípios do Estado de Direito.*

7. Quais são indicadores que podem levar a polícia a dispersar uma reunião ou manifestação?

*R: Os indicadores que pode levar a polícia a dispersar uma reunião ou manifestação está previsto no artigo 7.º da lei n.º 3/92 de 6 de abril, ou seja, as manifestações ilícitas. Autoridades competentes só podem impedir as reuniões ou manifestações cujo objeto ou fins contrariam a lei, a moral, direitos das pessoas singulares ou coletivas a ordem e tranquilidade pública assim como os compromissos ou engagements assinados pelos atores dos acordos e outros atos jurídicos internacionais.*

# REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO

A INTERVENÇÃO DA POLÍCIA NA MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA NA GUINÉ-BISSAU

---

## APÊNDICE F

### APÊNDICE F- ENTREVISTA A MAIMUNA GOMES SILA

Nome: MAIMUNA GOMES SILA

Patente/função: Presidente de Conselho de Administração da Fundação Ana Pereira

Local: Bissau, Guiné-Bissau

Data, 20 de março de 2021.

1. Reunião e manifestação é um direito consagrado na Constituição República da Guiné-Bissau no artigo 54.º que, remete para legislação ordinária a sua realização. O exercício do direito de reunião e de manifestação carece de alguma autorização por parte da autoridade administrativa?

*R: O exercício do direito de reunião e de manifestação não carece de autorização alguma, aliás, como resulta do artigo 3 da lei n.º 3/92 de 6 de abril. Todas as pessoas que pretendem reunir ou manifestar só tem um dever de comunicar ao Ministério do Interior, ou Comando da POP caso seja no interior do país.*

2. Na sua opinião, o exercício de direito de reunião e manifestação, previsto constitucionalmente, está balizado por um conjunto de circunstâncias proibitivas, ou representa um livre exercício de direito?

*R. Na minha opinião, legalmente, considero que não existe circunstância proibitivas e repressivas. Os limites impostos na lei são necessários no sentido da salvaguarda de outros interesses constitucionalmente protegidos, ou seja, para gerir melhor eventuais interesses conflitantes. Acredito que o legislador pretende com isso proteger outros direitos legalmente protegido.*

3. Como é que avalia papel do Estado relativamente ao direito de reunião e de manifestação? Tem sido um papel facilitador ou obstrutivo?

*R. Relativamente a esta questão, eu acho que tem sido utilizado consoante os interesses. Por exemplo em 2017 aconteceu algo atípico, o governo saio em marcha a reclamar o direito. Pergunto, mas afinal quem é suposto garantir direito? Por outro lado, o próprio Estado as vezes escondem para não receber o aviso prévio quando não se compactuam com os manifestantes. Portanto, na*



*minha opinião nem é tanto facilitador e nem é tanto obstrutivo. Quando interessa governo tem sido facilitado, caso em que não interessa governo tem sido dificultado.*

4. Em que situações pode o direito de reunião e de manifestação ser impedido? E porque que autoridades?

*R. Isso só pode ser em casos excepcionais. Não basta que uma reunião ou manifestação desviar do seu fim para constituir motivo de dissolução ou dispersão, se desviar do seu fim, desde que esteja a decorrer pacificamente não deve constituir motivo da dispersão. Exercício da liberdade de reunião e de manifestação só pode ser impedidas em caso de estado de sítio e estado de emergência quando justifica. A autoridade competente para impedir uma reunião ou manifestação é o Ministério da Administração Interna.*

5. Qual é a avaliação que pode fazer da atuação das forças de segurança no que concerne ao direito de reunião e de manifestação?

*R. Atuação da polícia no que concerne ao direito de reunião e de manifestação tem sido péssimo, uma atuação autoritária repressiva e desproporcional nas medidas. Muitas das intervenções da polícia maioria delas são desnecessários. Muitas das vezes polícias vão no terreno para cumprir ordem que lhes é dadas que por vezes contraria papel da polícia como garante da ordem e, consequentemente, protetor dos manifestantes.*

6. A nível interno da polícia, existe alguma norma que padroniza a atuação policial em caso de reunião e/ou manifestação?

*R. Desconheço a existência de uma norma interna. Mas na minha opinião considero que a liberdade de reunião já está bastante regulada, como a própria atuação policial. Até porque é impossível criação das normas para regular toda a situação da nossa vida. Considero que existe falta de cumprimento da norma, mas não falta da norma.*

7. Quais são indicadores que podem levar a polícia a dispersar uma reunião ou manifestação?

# REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO

## A INTERVENÇÃO DA POLÍCIA NA MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA NA GUINÉ-BISSAU

---

*R. indicadores que podem levar polícia a dispersar uma reunião ou manifestação, geralmente as manifestações que atentam contra a ordem pública, contra outros bens jurídico constitucionalmente consagrados. Como também é caso da manifestação ilícita.*

# REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO

A INTERVENÇÃO DA POLÍCIA NA MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA NA GUINÉ-BISSAU

---

## APÊNDICE G

### APÊNDICE G- ENTREVISTA AO VITORINO INDEQUI

Nome: VICTORINO INDEQUI

Função: Vice-Presidente da Liga Guineense dos Direitos Humanos

Local: Bissau

Data: 31/ 03/2021

1. A reunião e manifestação é um direito consagrado na CRGB no art.54 que remete para legislação ordinária a sua realização. O exercício do direito de reunião e de manifestação carece de alguma autorização por parte da autoridade administrativa?

*R: Não carece de nenhuma autorização, o que existe na Lei n.º 3/92, de 6 de abril, é aviso às autoridades competentes nesse caso ao Ministério de Interior caso seja em Bissau ou Comandos da ordem pública caso seja nas regiões com antecedência mínima de quatro dias, o aviso carece de assinatura de quatro promotores da marcha, devidamente identificados pelo nome, profissão, morada ou tratando-se de pessoas coletivas, pelos respetivos órgãos de direção. O aviso deverá ainda conter a indicação da hora, do local, do objeto da reunião e, quando se trate da marcha ou desfile, a indicação do trajeto a seguir.*

2. Na sua opinião, o exercício de direito de reunião e manifestação, previsto constitucionalmente, está balizado por um conjunto de circunstâncias proibitivas ou representa um livre exercício de direito?

*R: Está balizado por um conjunto de circunstâncias proibitivas, exemplo disso, no artigo 4.º do direito da reunião e manifestação fala dos limites ao exercício do direito, onde invoca razões de segurança, as autoridades competentes poderão impedir a realização de reuniões ou manifestações em lugares públicos situados a menos de 100 metros das sedes dos órgãos de soberania, dos estabelecimentos hospitalares, escolares e dos mercados. Também nos termos do n.º 2 do artigo. 5, os cortejos e os desfiles só poderão ter lugar aos Domingos, feriados, aos sábados, depois das 13 horas e nos dias úteis depois das 19 horas, enquanto as marchas e os*

*comícios poderão ter lugar todos os dias mediante aviso às autoridades competentes, esse aviso na prática é interpretado como autorização e para ter autorização carece de muitas formalidades, exemplo de endereçar a carta a CMB e Ministério de Interior, caso seja em Bissau e na regiões Comandos da ordem pública e Administração local exigem um pedido de autorização, que muitas das vezes rejeitam receber esses pedidos.*

3. Como que avalia o papel de Estado relativamente ao direito da reunião e de manifestação? Tem sido um papel facilitador ou obstrutivo?

*R: O Estado devia ter um papel de garante para que as reuniões e manifestações decorrem num clima de maior segurança, um papel facilitador do exercício desses direitos, mas pelo contrário, o Estado através dos seus agentes obstrui exercícios desses direitos, invocando sempre razões de segurança.*

4. Em que situação pode o direito de reunião e de manifestação ser impedido? E porque que autoridades?

*R: Nos termos do n.º 3 do artigo 4 da lei n.º 3/92, vem dizer que é expressamente interdita a realização de reuniões ou manifestações em lugares públicos situados a menos de 100 metros dos acampamentos e instalações das forças militares e militarizadas, dos estabelecimentos prisionais e das representações diplomáticas ou consulares. No n.º 2 desse artigo diz que por razões de segurança as autoridades competentes poderão impedir a realização de reuniões ou manifestações em lugares públicos situados a menos de 100 metros das sedes dos órgãos de soberania, dos estabelecimentos hospitalares, escolares e dos mercados. Cumprindo a letra esse articulado, não é possível realizações de manifestação, visto que qualquer manifestação visa passar informação ou chamar atenção às autoridades e se não se pode realizar marchas nesses lugares, eu não vejo a necessidade de realizar manifestação, logo estaremos sempre a impedir o exercício desses direitos, principalmente direitos de manifestação.*

5. Qual é avaliação que pode fazer da atuação das forças de segurança no que concerne ao direito de reunião e de manifestação?

*R: É uma avaliação negativa, as nossas forças de segurança (POP e GN) todos atuam de uma forma abusiva, primeiro tentam não aceitar as realizações das manifestações exigido autorização, de um lado. Do outro lado, não aceitam receber pedido de realização das manifestações e se houver manifestações optam pela agressões físicas, detenções arbitrárias e perseguição dos promotores das manifestações.*

6. A nível interno da polícia, existe alguma norma que padroniza a atuação policial em caso de reunião e/ou manifestação?

*R: Não sei se existe qualquer norma que padroniza a atuação policial em caso de reuniões e manifestações, mas pela minha experiência enquanto ativista de direitos humanos e dirigente da Organização de defesa e promoção dos DH acho que não existe.*

7. Quais são os indicadores que podem levar a polícia a dispersar uma reunião ou manifestação?

*R: Não percebi a pergunta. Lamento.*

# REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO

A INTERVENÇÃO DA POLÍCIA NA MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA NA GUINÉ-BISSAU

---

## APÊNDICE H

### GRELHA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO

# REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO

## A INTERVENÇÃO DA POLÍCIA NA MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA NA GUINÉ-BISSAU

### ANÁLISE DE CONTEÚDO DA PERGUNTA 1

Quadro 1- Matriz cromática da unidade de contexto e de registo da pergunta 1

Entrevistados	Unidade de contexto	Unidade de registo
#1	"a lei não consagra, em nenhum dos artigos a regra que dá poderes a autoridade administrativa para autorizar realização de manifestações"	1.1
	"Só existe um dever de avisar"	1.2
#2	"em termos legais, o exercício de direito de reunião/manifestação não carece de autorização alguma por parte da autoridade administrativa"	1.1
#3	"O exercício de direito de reunião e manifestação não carece de alguma autorização administrativa"	1.1
#4	"O exercício de direito de reunião e manifestação não carece de autorização"	1.1
	"Só existe um dever de avisar"	1.2
#5	"Não carece de nenhuma autorização"	1.1
	"dever de avisar"	1.2

Quadro 2- Análise de conteúdo final da pergunta 1

Categorias	Subcategoria	Unidade de registo	Entrevistados					Unidades de enumeração	Resultados %
			1	2	3	4	5		
Direito de reunião e de manifestação	Autorização administrativa	Questão							
		1.1 Não	x	x	x	x	x	5	100%
		1.2 Aviso prévio	x			x	x	3	60%



# REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO

## A INTERVENÇÃO DA POLÍCIA NA MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA NA GUINÉ-BISSAU

### ANÁLISE DE CONTEÚDO DA PERGUNTA 2

Quadro 3- Matriz cromática da unidade de contexto da pergunta 2

Entrevistados	Unidade de contexto	Unidade de registo
#1	"o direito fundamental a manifestação está fortemente ameaçada pelo próprio Estado, por adotar uma lei ordinária que contém regras que condicionam e afetam gravemente o exercício desse direito"	2.1
#2	"o exercício de direito de reunião e manifestação é balizado pela lei, (...) contém normas que dificultam o normal exercício de direitos de reunião e manifestação"	2.1
#3	"o exercício de direito a reunião e manifestação previsto constitucionalmente, esta sim, balizado a circunstâncias proibitivas"	2.1
#4	"representa um livre exercício"	2.2
#5	"Está balizado por um conjunto de circunstâncias proibitivas"	2.1

Quadro 4- Análise de conteúdo final da pergunta 2

Categorias	Subcategoria	Unidade de registo	Entrevistados					Unidades de enumeração	Resultados %
		Questão	1	2	3	4	5		
Liberdade de reunião e de manifestação	limites legais	2.1 Proibitiva/repressiva	x	x	x		x	4	80%
		2.2 Livre exercício				x		1	20%

# REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO

## A INTERVENÇÃO DA POLÍCIA NA MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA NA GUINÉ-BISSAU

### ANÁLISE DE CONTEÚDO DA PERGUNTA 3

Quadro 5- Matriz cromática da unidade de contexto da pergunta 3

Entrevistados	Unidade de contexto	Unidade de registo
#1	"o papel do Estado da Guiné-Bissau em garantir o livre exercício desse direito tem sido obstrutivo"	3.1
#2	"Estado nos últimos anos tem desempenhado um papel híbrido. Isto é, ora facilitador, ora obstrutivo"	3.2
#3	"o papel do Estado relativamente ao direito à reunião e manifestação tem sido facilitador"	3.3
#4	"tem sido utilizado consoante os interesses, nem é tanto facilitador e nem é tanto obstrutivo"	3.2
#5	"o Estado através dos seus agentes obstrui exercícios desses direitos, invocando sempre razões de segurança"	3.1

Quadro 6- Análise de conteúdo final da pergunta 3

Categorias	Subcategoria	Unidade de registo	Entrevistados					Unidades de enumeração	Resultados %
			1	2	3	4	5		
liberdade de reunião e de manifestação	papel do Estado	Questão							
		3.1 Obstrutivo	x				x	2	40%
		3.2 Facilitador			x			1	20%
		3.3 Híbrido		x		x		2	40%

# REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO

## A INTERVENÇÃO DA POLÍCIA NA MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA NA GUINÉ-BISSAU

### ANÁLISE DE CONTEÚDO DA PERGUNTA 4

Quadro 7- Matriz cromática da unidade de contexto da pergunta 4

Entrevistados	Unidade de contexto	Unidade de registo
#1	"quando se trata de manifestações e ou reuniões ilícitas que atentam contra o bem jurídico fundamental, pode ser impedido o exercício desses direitos"	4.1
#2	"pode ser impedido, suspenso, limitado ou impedido durante a vigência de estados de exceção (estado de sítio/ estado de emergência)"	4.2
	"em casos da manifestação ilícita, ou manifestações que possam atentar bem jurídico protegidos"	4.1
#3	"quando estão em causa a segurança pública, casos das manifestações ilícitas"	4.1
#4	"o exercício da liberdade de reunião e de manifestação só pode ser impedidas em caso de estado de sítio e estado de emergência"	4.2
#5	"manifestações realizadas foras dos limites impostos pela lei"	4.1

Quadro 8- Análise de conteúdo final da pergunta 4

Categorias	Subcategoria	Unidade de registo	Entrevistados					Unidades de enumeração	Resultados %
			1	2	3	4	5		
liberdade de reunião e de manifestação		Questão							
		4.1 manifestações ilícitas	x	x	x		x	4	100%
		4.2 estado de sítio / emergência		x		x		2	40%

# REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO

## A INTERVENÇÃO DA POLÍCIA NA MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA NA GUINÉ-BISSAU

### ANÁLISE DE CONTEÚDO DA PERGUNTA 5

Quadro 9- Matriz cromática da unidade de contexto da pergunta 5

Entrevistados	Unidade de contexto	Unidade de registo
#1	“passado recente (entre 2015 e 2020), e, até ao momento, a atuação das forças de ordem, na Guiné-Bissau, tem sido um «desastre», tudo mau, infelizmente!”	5.1
#2	“A atuação das forças de segurança nesta matéria tem sido tudo, menos pedagógica e republicana”	5.1
#3	“a atuação das forças de segurança tem sido melhor”	5.2
#4	"Atuação da polícia no que concerne ao direito de reunião e de manifestação tem sido péssimo"	5.1
#5	"uma avaliação negativa"	5.1

Quadro 10- Análise de conteúdo final da pergunta 5

Categorias	Subcategoria	Unidade de registo	Entrevistados					Unidades de enumeração	Resultados %
			1	2	3	4	5		
exercício da liberdade de reunião e de manifestação	atuação das forças de segurança	Questão							
		5.1 Negativa	x	x		x	x	4	80%
		5.2 Positiva			x			1	20%

# REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO

## A INTERVENÇÃO DA POLÍCIA NA MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA NA GUINÉ-BISSAU

### ANÁLISE DE CONTEÚDO DA PERGUNTA 6

Quadro 11- Matriz cromática da unidade de contexto da pergunta 6

Entrevistados	Unidade de contexto	Unidade de registo
#1	desconheço da existência da norma interna	6.1
#2	desconheço da existência duma norma sobre a atuação da polícia face ao direito da reunião ou da manifestação	6.1
#3	"Sim, existe. A LOPOP"	6.2
#4	desconheço	6.1
#5	"desconheço, mas julgo que não"	6.1

Quadro 12- Análise de conteúdo final da pergunta 6

Categorias	Subcategoria	Unidade de registo	Entrevistados					Unidades de enumeração	Resultados %
Direito de reunião e de manifestação		Questão	1	2	3	4	5		
		6.1 Desconheço	x	x		x	x	4	80%
		6.2 Sim			x			1	20%
		6.3 Não							

# REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO

## A INTERVENÇÃO DA POLÍCIA NA MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA NA GUINÉ-BISSAU

### ANÁLISE DE CONTEÚDO DA PERGUNTA 7

Quadro 13- Matriz cromática da unidade de contexto da pergunta 7

Entrevistados	Unidade de contexto	Unidade de registo
#1	"ameaças à segurança do país (Estado), aos interesses reais dos cidadãos e à sociedade em geral"	7.1
#2	"manifestação cujo objeto/fins contrários a lei, a moral, os direitos das pessoas singulares ou coletivas, a ordem e tranquilidade pública"	7.1
#3	"reuniões ou manifestações cujo abjeto ou fins contrariam a lei"	7.1
#4	"as manifestações que atentam contra a ordem pública, contra outros bens jurídicos constitucionalmente consagrados"	7.1
#5	...	7.2

Quadro 14- Análise de conteúdo final da pergunta 7

Categorias	Subcategoria	Unidade de registo	Entrevistados					Unidades de enumeração	Resultados %
			1	2	3	4	5		
Direito de reunião e de manifestação		Questão							
		7.1 Ilícito fim/objeto contrária a lei e ou moral	x	x	x	x		4	80%
		7.2 Desviar do fim						0	0%